

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Junho de 2007

Índice

Comissão debate projeto para mineração em área indígena - Marta Cury Maia – Estado de São Paulo - Nacional – 01/06/2007	10
Desaceleração – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007	11
Pressão da Cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007	11
MDA lança Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e entrega prêmio – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007	11
Congresso aceita uso de terra indígena - Raquel Ulhôa – Valor Econômico – Brasil – 01/06/2007	13
Proposta é rejeitada por liderança da Amazônia - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007	14
Famílias sem terra invadem fazenda em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 02/06/2007	15
'Dependemos da água e da floresta para viver' – O Globo – O País – 03/06/2007	15
Marambaia: ONG afirma que moradores têm direito à terra - Antônio Marinho – O Globo – Rio – 03/06/2007	16
Marinha: solução é garantir uso de terra já ocupada – O Globo – Rio – 03/05/2007 ...	16
Não ao faroeste – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2007.....	17
Planalto ameaça descontar salários de grevistas do Incra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Brasil – 04/06/2007	18
Servidoras da Funasa são seqüestradas – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007.....	19
Movimentos pedem para participar da elaboração de projeto - Natalia Suzuki - Carta Maior – 05/06/2007	19
Polícia derruba escola de sem-terra no Sul - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2007	22
Assentados seguem agronegócio - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2007	23

STF decide contra produtores em Roraima – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007	23
Polícia destrói horta e banheiro do MST no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007	24
A delicada tensão entre os índios e as empresas - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007	24
"É melhor um xikrin produzir vídeo a mel de abelha" – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007	27
Líder diz que arrozeiros ficam na Serra do Sol - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007	28
'Decisão é parte de processo irreversível' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007	30
'Eles ajudaram no Desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007 ..	31
Os sem-queimada - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007	32
Corte de verba muda a vida dos xikrin - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007	33
Na estrada com os índios, de Marabá ao Cateté – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007	35
Em Porto Alegre, MST invade Conab para pedir cesta básica - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2007	37
Produção de etanol faz preço da terra ter valorização histórica no Brasil - Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 07/06/2007	38
Proposta reabre disputa por terras entre índios e Aracruz - Raquel Balarin – Valor Econômico - 08/06/2007	39
Disputa sobre terras entre índios e Aracruz está longe da solução - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007	39
Com os krenaks, de Minas, Vale quer fazer "PPP" dos índios – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007	41
Guajajaras mantêm bloqueio de rodovia – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2007	43

MST mira empresas estrangeiras - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007	43
Incra quer rever lei sobre venda de terras - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007	45
Operação expulsa 800 de terra indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007	46
5º Congresso Nacional do MST - Jaime Amorim – Agência Carta Maior – 11/06/2007 ..	46
5º CONGRESSO DO MST - Verena Glass - Carta Maior – 11/06/2007	48
MST espera apoio de sete governadores – Estado de São Paulo – Nacional – 11/06/2007	50
Reforma agrária, por justiça e soberania popular – João Pedro Stedile – Folha de São Paulo – Opinião – 11/06/2007	50
Estados terão áreas específicas para assentamentos – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2007	52
MST abre hoje congresso e faz campanha – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo - Brasil – 11/06/2007	53
FAMÍLIA ACAMPADA NÃO TERÁ GARANTIA DE ACESSO A TERRA – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2007	53
Temas agrários são debatidos na III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 11/06/2007	54
Terra pública não é terra de ninguém - Raimundo Pires Silva – Valor Econômico – Opinião - 11/06/2007	55
Congresso quer ser marco contra 'políticas neoliberais' do governo Lula - Verena Glass - Carta Maior – 12/06/2007	57
MST veta presença de Lula em seu congresso nacional - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/06/2007	59
Sem-terra armam cidade de lona perto do Planalto - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/06/2007	60
Lula não é convidado para congresso do MST – Edurdo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2007	61

MDA realiza seminário sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007	62
Sem-terra evitam convite a presidente – Valor Econômico – Política - 12/06/2007	63
Movimentos sociais estão a reboque de ofensiva do capital, diz Stedile - Verena Glass - Carta Maior – 13/06/2007	64
SRA realiza seminário sobre Programa Nacional de Crédito Fundiário – Contag - 13/06/2007	66
Um show de eficiência do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/06/2007	67
Stédile diz que Lula esconde crise social - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007	68
Na escola itinerante do MST, crianças já aprendem cartilha da invasão – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007	69
Em Ilhéus, pataxós e tupinambás ocupam Funai - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007	70
MLST invade fazenda que polícia investiga – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007	70
Stédile: sonho da reforma agrária acabou – O Globo – O País – 13/06/2007	70
Ministro destaca o Crédito Fundiário como política complementar à reforma agrária – Sítio eletrônico do MDA – 13/06/2007	72
Incra realiza oficina para debater criação do Programa Habitat do Campo – Sítio Eletrônico do MDA – 13/06/2007	74
MST quer ir além da reforma agrária - Mauro Zanatta e Raymundo Costa – Valor Econômico – Especial - 13/06/2007	74
MST decide fazer pressão sobre Lula - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007	76
Quase 100 anos e um 'restinho de esperança' na reforma agrária – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007	77
Ministro rebate MST e diz que Stedile desconhece projetos – Folha de São Paulo – Brasil – 14/06/2007	77

SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/06/2007	78
5º CONGRESSO DO MST - Verena Glass - Carta Maior – 15/6/2007	79
Movimento apóia pedido para barrar transgênicos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007	80
Marcha do MST em Brasília vira confronto com PM - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 15/06/2007	80
Incrá atropela lei ambiental, aponta estudo - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007	81
MST reúne cerca de 20 mil em passeata em Brasília para cobrar reforma de Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/06/2007.....	83
CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST – Sítio Eletrônico do MST - 15/06/2007 CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST.....	83
Segunda Quinzena	
Invasores querem resistir contra despejo em MS - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 16/06/2007	85
Incrá quer ocupar área preservada – Estado de São Paulo – Nacional – 16/06/2007.....	86
MST reabre o debate sobre reforma agrária – O Globo – Primeira Página – 17/06/2007	87
Mudança de foco – O Globo – O País – 17/06/2007	88
MST prioriza alianças políticas, diálogo com sociedade e sustentabilidade - Verena Glass - Carta Maior – 18/06/2007	89
MST vive dilema entre atacar e apoiar Lula - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2007	92
Para líderes sem-terra, governo não funciona sem pressão – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2007	93
MDS participa de evento preparatório para Encontro dos Povos das Florestas – Sítio Eletrônico do MDS – 19/06/2007.....	94
Assentamentos desmatam 4 vezes mais que média amazônica - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2007.....	95

Encontro nacional marcará reunificação do movimento fundado por Chico Mendes - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 20/06/2007.....	97
Rainha anuncia onda de invasões do MST – Estado de São Paulo – Nacional – 21/06/2007	98
Sem-terra invadem duas fazendas em SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 22/06/2007	99
Agora é o MST do Rainha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007	100
MST de Rainha inicia nova onda de invasões no interior – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007	101
PROCESSOS: SEM-TERRA JÁ SOMA DIVERSAS CONDENAÇÕES – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007	102
Para diretor do Itesp, projeto é pacificador – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007	103
CAMPO MINADO: AGRICULTORES FECHAM RODOVIA NO PARÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007	103
Pistolagem no campo se alimenta da impunidade – Tatiana Farah – O Globo – O País – 22/06/2007	103
'Antes de morrer, queria ver pelo menos um deles na cadeia' - Fellipe Awi – O Globo – O País – 22/06/2007	105
Rainha atrai Mast para ações no Pontal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007	106
Onde os bois vivem melhor que trabalhadores - Felipe Awi – O Globo – O País – 23/06/2007	106
'Este é o meu trabalho' – Fellipe Awi - O Globo – O país – 23/06/2007	108
Rainha inicia mobilização unificada no Pontal hoje - José Maria Tomazela – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007.....	108
11 grupos de índios isolados vivem em áreas desprotegidas - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	109
Funai não faz contato, só protege área – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	111

'O isolamento é um direito' – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	112
17 povos vivem na 'iminência' de extinção, alerta Cimi – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	112
Índios do Alto Rio Negro acusam Funasa de omissão no atendimento - Natália Suzuki - Carta Maior – 25/06/2007	113
MST invade 12 fazendas em SP – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2007	114
Ruralista quer prisão de Rainha – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2007.....	115
Custo de assentamento é de R\$ 31 mil por família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007	115
Governo diz que valor é alto, mas compensa – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007	117
Sem-terra invadem 12 fazendas em SP –Cristiano Machado – Folha de São Paulo –Brasil – 25/06/2007	118
ASSIS: GRUPO DE 50 SEM-TERRA É RETIRADO DE CHÁCARA ONDE MORA PM – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007	119
Não há dinheiro para reforma agrária, diz Serra – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007	119
Programa é um dos melhores investimentos em geração de emprego - Verena Glass - Carta Maior – 26/06/2007	120
MST e Mast se unem em invasão no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007	123
Há intransigência, diz Serra – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007.....	124
Ação foi combinada com dono de fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007	124
Alto custo – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/06/2007.....	125
Onda de invasões no Pontal demonstra "intransigência" do MST, afirma Serra – Evandro Spinelli – Folha de São Paulo – Brasil – 26/06/2007	125
MST de Rainha faz 15ª invasão em 4 dias em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 26/06/2007	126

Polícia apura acordo sobre invasão de terra – Cirstiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 27/06/2007	126
Uma nova agenda para a reforma agrária - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 27/06/2007.....	127
Encapuzados agridem acampados em Minas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007.....	129
Após reintegração de posse no Pará, MST critica petista – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 28/06/2007	130
CAMPO MINADO: ENCAPUZADOS QUEIMAM ACAMPAMENTO SEM-TERRA – Folha de São Paulo – Brasil – 28/06/2007	130
Sem-terra invadem mais 3 fazendas em São Paulo – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/06/2007	131
Compra de terras por empresas transnacionais é ameaça - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 30/06/2007	131
Rainha sofre terceira condenação judicial - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 30/06/2007	134
Desabrigados invadem selva e desmatam em Manaus - Liege Albuquerque – Estado de São Paulo – Nacional – 30/06/2007	135

Comissão debate projeto para mineração em área indígena - Marta Cury Maia – Estado de São Paulo - Nacional – 01/06/2007

Ministérios e Gabinete de Segurança Institucional estão elaborando texto - A Comissão Nacional de Política Indigenista discute no começo da semana que vem a proposta de projeto de lei que regulamenta a mineração em terras indígenas. É mais um passo de uma longa - e polêmica - discussão que começou em 2004 no governo Lula, após o massacre de 29 garimpeiros na Reserva Roosevelt (RO), dos cintas-largas.

O texto vem sendo elaborado pelos Ministérios da Justiça e Minas e Energia, além do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A expectativa é encaminhá-lo ainda este ano ao Congresso. Há pouco mais de um ano, no entanto, o Ministério da Justiça esperava enviar a proposta até o fim de 2006. Decidiu-se, justifica o ministério, criar a Comissão Nacional de Política Indigenista e ampliar as discussões.

A comissão, criada em abril, é composta por integrantes de órgãos do governo e 20 representantes de entidades indígenas. Outra reunião, prevista para julho, deve acertar os detalhes finais.

“Esperamos a regulamentação há quase 20 anos”, afirma Marcelo Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Ele se refere à Constituição de 1988. Diz a Carta que as empresas podem sim explorar as terras indígenas, mas, antes, é preciso aprovar uma lei que regulamente a atividade. “A falta de regulamentação leva à marginalidade e à operação irregular”, afirma Tunes.

Os mineradores reclamam que não foram convidados para as discussões e que o governo, as empresas e os índios deixaram de ganhar muito dinheiro nesses 20 anos. “Estima-se em centenas de milhões de dólares o valor do que já foi extraído da Reserva Roosevelt”, exemplifica Tunes.

O procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva, afirma que o governo tem pressa. E um dos motivos é que avança no Congresso a tramitação de uma proposta que trata do assunto - já aprovada no Senado, será agora discutida por uma comissão especial da Câmara. Segundo ele, o governo quer apresentar um substitutivo porque acha o projeto insuficiente no que diz respeito à proteção dos índios. “A proposta do governo traz uma série de garantias para os índios.”

O projeto do governo prevê a realização de licitações para a concessão temporária do direito de explorar minerais. O ponto de partida é um pedido de pesquisa do potencial dos recursos minerais em cada área. O Congresso terá de aprovar cada uma das licitações e as comunidades terão de ser ouvidas. No mínimo 3% de participação nos resultados vão para um fundo.

“O governo está voltado para a economia e nós temos outra visão das terras, que muitas vezes são lugares sagrados para nós”, afirma André Baniwa, um dos diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), dando sinais de que a discussão está longe do fim.

Desaceleração – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007

A crise agrícola dos últimos anos interrompeu a alta dos preços da terra no Estado de São Paulo. Em média, as áreas de primeira caíram 3,52% em 2006; as de segunda, 3,15%; e as de pastagem, 3,87%. Mesmo assim, de 2001 a 2006, a valorização acumulada é de 17% para as terras de culturas agrícolas e de 18% para as de pastagem.

Pressão da Cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007

Os dados são do Instituto de Economia Agrícola e foram levantados por Felipe Pires de Camargo, que destaca a pressão do setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Outro destaque é o preço das áreas de pastagens, que vem subindo devido à recuperação de renda na bovinocultura. Esta acaba forçando a alta dos preços no setor de grãos.

MDA lança Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e entrega prêmio – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007

O Direito Agrário e a legislação agrária brasileira serão os temas de solenidade que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promove na próxima semana, em Brasília (DF), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Associação Brasileira de Direito Agrário (ABDA).

A cerimônia, que será realizada dia 4 de junho, no Palácio do Itamaraty, reunirá quatro eventos: o lançamento da Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata, o lançamento da nova Revista de Direito Agrário, a entrega do Prêmio Direito Agrário e a assinatura de um protocolo de cooperação entre MDA, Incra, Advocacia Geral da União (AGU) e Universidade de Brasília (UnB).

“As iniciativas marcam a ampliação das ações do NEAD no campo do Direito Agrário no que diz respeito à divulgação e democratização do conhecimento”, diz Adriana Lopes, coordenadora-executiva do NEAD. “A cooperação com a UnB, particularmente, representa a consolidação de parcerias já existentes com a Universidade e o estabelecimento de um cenário promissor para a abertura de muitas outras, em campos relativos à memória, reforma agrária e agricultura familiar”, ressalta.

Coletânea sobre temas agrários

Dividida em três volumes e contendo Decretos, Leis, Súmulas, Medidas Provisórias, documentos históricos e normativos institucionais, desde o Império até os dias de hoje, a Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata tem o objetivo de contribuir para o trabalho de pesquisadores, profissionais e público em geral interessado na questão agrária.

Sua elaboração, envolvendo a compilação e organização de toda a legislação, resultou de um trabalho conjunto de várias estruturas do MDA – Assessoria Parlamentar, NEAD e Consultoria Jurídica –, além da Procuradoria Federal Especializada do Incra.

O trabalho de sistematização é inspirado em estudos anteriores já publicados. Iniciativa similar data de 1978, quando o Incra, em parceria com o Senado Federal, publicou o Vade Mecum Agrário, obra composta por sete volumes sobre normas agrárias brasileiras abrangendo os períodos Colonial, Império e República.

Alguns anos depois, na década de 80, foi publicada, também por meio de parceria dessas instituições, a obra Coletânea: Legislação Agrária – Legislação de Registros Públicos – Jurisprudência. Essa publicação foi a base a partir da qual a atual Coletânea foi desenvolvida. Somaram-se ao conteúdo anterior as súmulas dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e jurisprudências inovadoras, mantendo e acrescentando àquela publicação algumas normas históricas e outras revogadas.

“Essa nova coletânea deverá constituir-se em referência obrigatória para os operadores e as operadoras do Direito Agrário. Contribuirá, também, para que os diversos atores sociais interfiram, de maneira mais qualificada, tanto no processo de elaboração de novas normas jurídicas, como de aplicação das já existentes”, destaca o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, na apresentação da obra, lembrando ainda sua importância para acervos de bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa.

Prêmio Direito Agrário

Valorizar pesquisas realizadas e estimular a elaboração e a divulgação crítica de novos conhecimentos sobre o Direito Agrário. Esses são os objetivos do Prêmio Direito Agrário, de alcance nacional, uma das iniciativas que integram a parceria, iniciada em 2005, entre MDA, por meio do NEAD, com o apoio da Consultoria Jurídica do MDA e do Inbra, juntamente com a ABDA.

As instituições irão entregar, no dia 4, os prêmios e as menções honrosas aos autores dos melhores ensaios acadêmicos inéditos sobre Direito Agrário no Brasil nas categorias Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Estudantes.

Protocolo de Cooperação

Durante a cerimônia no Itamaraty, o ministro Cassel e o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, irão assinar com a AGU e a UnB um Protocolo de Cooperação Técnica que objetiva a execução de ações relacionadas aos temas da reforma agrária, do Direito Agrário, desenvolvimento rural, da agricultura familiar, memória e manifestações culturais e sociais no meio rural.

A assinatura do termo possibilitará, entre outras atividades, a elaboração de estudos e pesquisas, a realização de seminários, encontros e cursos, e a edição e co-edição de publicações. O destaque do acordo vai para a elaboração de uma proposta de curso de Pós-Graduação, nível de Especialização em Direito Agrário, para o aproveitamento direto de procuradores federais que atuam junto à Procuradoria Federal Especializada do Inbra.

Para Valdez Adriani Farias, procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada do Inbra, o protocolo ajusta as negociações que já vêm sendo feitas com a UnB para a realização da pós-Graduação em Direito Agrário a distância. “Essa iniciativa visa aprofundar o estudo do Direito Agrário por parte dos procuradores federais que atuam junto ao Inbra. O objetivo do curso será o de qualificar nossos procuradores para a nossa atividade e permitir o aprofundamento dos estudos de forma a viabilizar juridicamente a reforma agrária”, afirma.

Revista de Direito Agrário

A Revista de Direito Agrário começou a ser publicada há mais de 20 anos, pelo Inbra, mas sua distribuição foi interrompida em 1986. Voltou em 1994 e, posteriormente, em 2000.

A edição a ser lançada na cerimônia da próxima semana é a versão remodelada da revista. De fácil manuseio, possui entrevistas e artigos enviados por profissionais do ramo

do Direito Agrário. “Transformar a publicação em um instrumento de consulta e trabalho para os operadores do Direito, em especial para as pessoas que lidam com a reforma agrária brasileira, é um dos principais objetivos da revista”, diz Maria Célia dos Reis, presidente da ABDA.

A nova Revista de Direito Agrário terá uma versão impressa e on line, que será disponibilizada nos sites das entidades parceiras. A publicação será distribuída trimestralmente, com tiragem ampliada, para juízes federais, gestores públicos, procuradores da República e do Incra, professores de Direito Agrário, promotores, juízes e ouvidores agrários estaduais, além das faculdades de Direito e movimentos sociais.

Congresso aceita uso de terra indígena - Raquel Ulhôa – Valor Econômico – Brasil – 01/06/2007

A notícia da finalização de projeto de lei pelo governo para regulamentar a exploração de terras indígenas por mineradoras, a ser encaminhado ao Congresso no segundo semestre, foi bem recebida por aliados, mas gerou disputa pela autoria da idéia. A proposta prevê licitações para mineração nas terras indígenas e o pagamento de royalties de no mínimo 3% do faturamento bruto dos empreendimentos às comunidades.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, autor de uma proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas - elaborada em 1991, quando era deputado federal, e nunca votada no plenário da Câmara - cobrou do governo "respeito" ao trabalho legislativo de quase 20 anos. O texto não trata exclusivamente da exploração das terras indígenas, mas há um capítulo sobre o assunto.

"Se o governo quiser tratar do assunto, deve respeitar um trabalho legislativo de 19 anos. Deve levar em consideração propostas em tramitação, apresentar uma emenda e não simplesmente mandar um novo texto", disse. O petista afirmou que vai "ponderar" para que o governo tenha como base o projeto de sua autoria, ao qual foram apensados outros 18.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ex-presidente da Funai, é autor de um projeto de lei específico sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, aprovado na casa em 1996. Enviado à Câmara, passou por três comissões técnicas, mas também não foi submetido ao plenário.

Com a iniciativa do governo de elaborar e enviar novo projeto ao Congresso, Jucá procurou o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), para discutir a tramitação. Segundo ele, o texto do Executivo deverá tramitar como emenda ao seu projeto. A idéia é que Chinaglia constitua uma comissão especial e o relator altere o texto para encampar as modificações sugeridas pelo governo.

Jucá disse que, depois de tratar do assunto com o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abromovai, concordou com as propostas do Executivo. A base das propostas é a mesma: licitações públicas, necessidade de autorização do Congresso e pagamento de royalties sobre faturamento bruto.

A principal mudança, de acordo com Jucá, é que a proposta do governo não concede direito de preferência para as solicitações de explorações em terras indígenas feitas antes de 1988, quando foi promulgada a Constituição, que proibiu a atividade. A proposta de Jucá dava preferência aos autores dessas solicitações na negociação com as comunidades indígenas. Não havendo acordo entre as partes, seria feita licitação pública.

Para explicar a necessidade da regulamentação, Jucá cita que as terras indígenas ocupam mais de 10% do território nacional. Ricas em minério, são ocupadas pela exploração predatória e danosa ao ambiente e às comunidades.

"O primeiro passo é submeter a demanda à comunidade. Se não for aceita, ela morre ali. Depois, é preciso um laudo antropológico da Funai e um levantamento ambiental e, por fim, um posicionamento dos órgãos do setor de mineração. Aí vem a licitação pública e a autorização do Congresso, que pode ser suspensa a qualquer momento, se houver riscos à comunidade", afirmou. Na proposta de Jucá, as comunidades afetadas terão poder de veto. No texto em elaboração no governo, não.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que acompanhou a tramitação do projeto de Jucá, defendeu que, se novo projeto for encaminhado, outro debate seja realizado. Gabeira defende a regulamentação da exploração da mineração em terras indígenas, acreditando na existência de "exploração predatória, pela ausência de regras".

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que a regulamentação é importante para evitar que "gente de má fé explore a boa fé dos índios". O senador Siba Machado (PT-AC) é cauteloso. Segundo ele, há uma resistência grande na liberação da exploração de atividade mineradora em terra indígena, porque ela pressupõe a retirada de 100% da vegetação local.

Proposta é rejeitada por liderança da Amazônia - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) reagiu ontem à proposta que está sendo preparada pelo governo e que prevê a abertura de terras indígenas a empresas de mineração, dizendo que tem uma posição clara de rejeição à idéia. "A entrada de empresas nas terras dos índios vai detonar a estrutura social dos povos. A maioria das populações ainda não tem formação para lidar com as empresas nas suas terras e pode nem conseguir se beneficiar dos recursos que seriam pagos a elas", disse ao Valor, Marcos Apurinã, um dos coordenadores da Coiab, entidade com representação em 31 regiões indígenas na Amazônia.

Na segunda-feira, o coordenador-geral da entidade, Gecinaldo Sateremaué, participa ao lado de outras lideranças da primeira reunião da recém-criada Comissão Nacional de Política Indigenista, em Brasília. O procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva, afirmou esta semana que a proposta do governo será apresentada no encontro.

Para Apurinã, os povos cujas terras guardam riquezas minerais "jamais vão aceitar ganhar uma porcentagem de 2% ou 3% das empresas que vierem a operar nas regiões". O projeto do governo prevê que as empresas pagariam pelo menos 3% do faturamento aos povos afetados. A questão, diz ele, não é volume de recursos, mas que o pagamento por grandes empresas seria visto como uma forma de "paternalismo", algo que, a entidade não quer que ocorra.

No mês retrasado, durante o "Abril Indígena", em Brasília, Apurinã lembrou que as entidades participantes assinaram um documento rejeitando a possibilidade de abertura de suas terras para empresas. A Coiab defende a aprovação de um Estatuto Indígena, que segundo ele tramita há anos no Congresso. O documento estabelecerá uma abordagem mais abrangente sobre a vida dos índios.

Famílias sem terra invadem fazenda em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 02/06/2007

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e militantes de sindicatos ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) invadiram na madrugada de ontem a fazenda Santa Isabel, em Castilho (656 km a noroeste de SP). Segundo a PM, 60 famílias participaram da invasão -a 45ª neste ano em São Paulo, segundo o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina, José Carlos Bossolan, filiado à CUT, o objetivo é cobrar agilidade da Justiça no julgamento do processo para transformar a área num assentamento. O dono da fazenda, Antônio Nunes Galvão, disse que pedirá na Justiça a reintegração de posse.

'Dependemos da água e da floresta para viver' – O Globo – O País – 03/06/2007

Comunidades extrativistas resistem e dizem que árvores estão sendo cortadas JURUTI (PA). Menos de dois quilômetros vão separar a casa de Benício Cerdeira da mina de bauxita. Ele vive da pesca, da caça e da extração de castanha, assim como cerca de dois terços da população de Juruti.

— Dependemos da água e da floresta para viver e, antes da mina funcionar, eles já sujaram a nossa água e derrubam nossas árvores — diz a irmã franciscana Fátima Souza, moradora de Juruti Velho, região onde se concentram comunidades extrativistas como a de Benício.

Segundo o relatório do MP, os nove mil moradores de Juruti Velho foram ignorados pelo estudo de impacto ambiental.

O esquecimento é do tamanho da revolta dos moradores, que ameaçam invadir as instalações e incendiar os equipamentos da empresa.

— Só não invadimos até agora em respeito a um pedido do Ministério Público.

Quando eles chegaram aqui, nos deram bicicletas e sandálias, como fizeram os portugueses com os índios no passado. Quando saiu a licença, se esqueceram de nós — afirma o líder comunitário Geordenor Guedes.

É na região de Juruti Velho que a empresa estaria desmatando a área de dois assentamentos.

No de Socó, passa a ferrovia que está sendo construída para escoar o minério. No projeto agroextrativista de Juruti Velho, as árvores, inclusive castanheiras, estão sendo derrubadas para a construção de estradas e de instalações da mina.

Na região, há animais ameaçados de extinção, como onça pintada e gato maracajá. A Alcoa argumenta que todo o desmatamento é legalizado e que a área foi liberada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral antes da criação dos assentamentos pelo Incra.

— Essas famílias vivem lá há dezenas de anos. O Incra diz que o projeto inviabiliza o assentamento, e ainda não recebemos da Alcoa uma resposta para o destino dessas pessoas — diz o procurador Daniel Avelino.

Os moradores dizem que boa parte das árvores desmatadas está sendo enterrada, mas a empresa alega que só faz isso com as de menos de 15 cm de diâmetro

Marambaia: ONG afirma que moradores têm direito à terra - Antônio Marinho – O Globo – Rio – 03/06/2007

Para entidade, comunidade é amparada pela Constituição

O desentendimento sobre o direito de remanescentes de quilombolas à posse de terrenos na Ilha da Marambaia, em Mangaratiba, está longe de acabar.

A ONG Koinonia, que elaborou um relatório sobre o caso e apóia os moradores, diz que a comunidade tem o seu direito à terra garantido, com base no artigo 68 da Constituição, no decreto 4.887/03, na certidão de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O critério para se definir um remanescente de quilombola é o de autodeclaração, segundo o decreto 4.887. A constitucionalidade desse ato está sendo questionada, mas o Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a questão. A Marinha do Brasil, que administra a ilha desde 1906, reconhece o direito à ocupação da terra pelos atuais moradores, mas afirma que a área reivindicada pelos que se dizem descendentes de quilombolas não corresponde ao espaço ocupado e soma 16 milhões de metros quadrados.

Segundo a Marinha, na ilha moram 379 pessoas (106 famílias, em 87 casas). Já o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação para o lugar feito pelo Incra diz que são 645 moradores na ilha e 401 no continente (total de 1.046 ou 281 famílias), que teriam direito à titulação e ao uso coletivo da terra.

Marinha: solução é garantir uso de terra já ocupada – O Globo – Rio – 03/05/2007

ONG diz que não há risco de ocorrer favelização na ilha

A Marinha vê como solução para o caso a concessão de direito real de uso da terra já ocupada. E diz que sempre buscou o consenso. Celso Souza Silva, Gestor de Quilombos do Incra, informa que o órgão aguarda a posição da Casa Civil para continuar o trabalho de identificação, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras na Marambaia.

Já a Koinonia discorda da afirmação da Marinha de que a posse da ilha pelos quilombolas poderá causar ocupação desordenada, favelização e especulação imobiliária. Segundo a ONG, “a regularização do título coletivo da terra, indiviso e inalienável não só dará posse legítima às famílias seculares que ali habitam, mas preservará o ambiente e sua sustentabilidade, e manterá a ilha fora da especulação imobiliária”.

Para o antropólogo Fábio Mota, pesquisador da UFF, quilombolas são aqueles que se autodenominam dessa forma, partindo do princípio da Convenção 168 da OIT: — Na Marambaia, o grupo se mobiliza coletivamente a partir da identidade quilombola para reivindicar um direito que foi negado pelo próprio Estado, a partir de ações judiciais que propiciaram a expulsão de famílias e o aniquilamento dos laços de parentesco, dos costumes.

Antropólogo: ‘No Brasil, não há cadastros eficientes’

Até os anos 60 do século XX, o termo quilombo esteve ligado a fuga, resistência. Mota diz que isso foi revisto a partir de pesquisas que mostraram que essas noções não correspondiam a todos os quilombos.

Com relação aos diferentes dados sobre o número de quilombolas com direito à terra na Ilha de Marambaia, ele afirma que isso ocorre por dois motivos: — No Brasil, não há cadastros eficientes.

Outro fator é a forma como se faz a conta, pois se pode calcular o número de pessoas que vivem na ilha hoje e de indivíduos que viviam lá e foram deslocados devido a ações judiciais.

A briga em torno da ocupação da Ilha da Marambaia começou no final da década de 1990. Na época, a União ajuizou ações possessórias para impedir ampliações e novas construções, que, segundo militares, eram de invasores. Na ilha, a grande maioria dos moradores não tem energia elétrica, saneamento e atendimento médico. A Marinha diz que, apesar de não ser sua função, faz o possível para atender os moradores. Vânia Guerra, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos, diz que as ações de reintegração de posse contra uma família atingem outras: — Numa mesma casa, há várias famílias. E a cada ano mais nascimentos. Não há controle sobre o número de famílias.

O Ministério de Minas e Energia diz que há um projeto de levar energia elétrica à Restinga da Marambaia este ano.

Não ao faroeste – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2007

A regulamentação das atividades mineradoras em áreas indígenas traz benefícios para todos os agentes envolvidos

FINALMENTE , o governo prepara projeto de lei para regulamentar a exploração de terras indígenas por empresas mineradoras, como previsto na Constituição (artigo 231). A proposta será discutida nas próximas semanas pela Comissão Nacional de Política Indigenista, formada por representantes do governo e por lideranças indígenas, e depois com as companhias mineradoras, antes de ser enviada ao Congresso.

Pela legislação atual, as empresas podem explorar apenas terras adjacentes às reservas indígenas. A concessão das áreas indígenas às empresas ocorrerá mediante licitações. Cada licitação terá de ser aprovada pelo Parlamento e as comunidades afetadas serão consultadas, embora sem poder de veto.

Corretamente, a exploração prevê o pagamento de royalties de no mínimo 3% do faturamento bruto dos empreendimentos. O valor arrecadado será destinado para as comunidades próximas às minas e para um Fundo de Compartilhamento de Receitas sobre a Mineração em Terras Indígenas, gerido pela Funai.

As regras sobre a exploração de riquezas em terras indígenas visam disciplinar as atividades já realizadas de forma desordenada por garimpeiros. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, existem 192 garimpos ilegais em terras indígenas, um verdadeiro faroeste, que gera violência social e provoca danos ao ambiente.

As mineradoras poderão ampliar a capacidade de produção, num momento de expansão da demanda global. Estudo do Instituto Socioambiental (ISA) indica que há 4.821 processos de requerimento de pesquisa e lavra na região amazônica, com potencial para extração de minério de ferro, ouro, cobre, diamante, bauxita e cassiterita. Os pedidos incidem sobre 123 terras indígenas. A definição de regras para a mineração nessas áreas, eliminando o garimpo clandestino, resultará num aumento dos investimentos das empresas,

bem como da arrecadação tributária proveniente de atividades ligadas aos recursos naturais. Os valores obtidos podem melhorar as precárias condições de vida das populações indígenas, dada a falta de assistência estatal. Em 2000, a taxa de mortalidade infantil entre os índios era de 51,4 por mil nascidos vivos, bastante superior aos 30,1 por mil que representava a média da população. A exploração ilegal das riquezas minerais nas terras indígenas tem deteriorado esse quadro: os garimpos aumentam a incidência das doenças, da prostituição e do alcoolismo.

Mesmo que alguns pontos no projeto possam ser melhorados, parece claro que a regulamentação trará ganhos para todos os agentes -empresas, governo e comunidades indígenas. Talvez normas mais estritas para garantir a conservação do habitat das comunidades, a minoração do impacto ambiental e possível recuperação das áreas possam ser introduzidas. O país caminha, assim, para implementar um estatuto jurídico que já vigora em países como a África do Sul, Austrália, Canadá e EUA. Lamenta-se apenas que tenha demorado tanto para enfrentar a questão.

Planalto ameaça descontar salários de grevistas do Incra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Brasil – 04/06/2007

Ciente da possibilidade de uma paralisia total da reforma agrária a partir de hoje, o Planalto decidiu radicalizar com os grevistas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O governo fez chegar aos servidores que nenhuma mesa de negociação será aberta e que todos terão seus dias em greve, que já somam 13, descontados. Segundo a Cnasi (associação nacional de servidores do órgão), das 30 superintendências, 27 já estão paradas, além da sede, em Brasília. Outras três (AL, RS e RN), segundo a associação, devem aderir hoje à greve.

O recado foi dado pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, após reunião com Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário).

O aval ao Planejamento, para não abrir uma mesa de negociação, e ao Desenvolvimento Agrário, para descontar o salário dos grevistas, é do próprio presidente Lula. Essa é a quarta paralisação da autarquia na gestão petista. Somando as greves de 2004, 2005 e 2006, são cerca de 120 dias parados.

"Vamos buscar um amparo jurídico para não permitir que o governo adote uma medida inaceitável e de coerção como essa. Não vamos nos curvar, vamos ao enfrentamento", disse José Vaz Parente, da direção da Cnasi.

Uma greve geral no Incra engessaria todo o processo de reforma agrária, como vistoria de imóveis rurais, desapropriação de terras, divisão de lotes e seleção de famílias e a distribuição de cestas básicas em acampamentos de famílias sem-terra.

O órgão conta hoje com cerca de 6.200 servidores. Desde 2004, as principais reivindicações dos funcionários se repetem, como a reestruturação da carreira, a recomposição da força de trabalho, o reaparelhamento da autarquia e a manutenção mínima de gratificações aos servidores inativos -cerca de 4.000 pessoas.

Servidoras da Funasa são seqüestradas – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

Índios da tribo tupinambá de Olivença, em Ilhéus (BA), fizeram reféns duas funcionárias da Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Eles reivindicam melhorias no atendimento à saúde nas 22 comunidades da etnia tupinambá e dizem que só libertarão as funcionárias quando representantes da Funasa chegarem para negociar.

A Funasa, por meio de sua assessoria, até as 18h30 não tinha confirmação do seqüestro.

Movimentos pedem para participar da elaboração de projeto - Natalia Suzuki - Carta Maior – 05/06/2007

Movimento indígena quer participar da formulação do projeto que regulamenta mineração em terras demarcadas, em discussão desde 2004. Para ativistas, em tese a mineração até poderia beneficiar indígenas.

SÃO PAULO – O projeto de regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas está sendo preparado, pelo menos neste momento, sem a participação do movimento indígena. A proposta do projeto de lei vem sendo discutida desde 2004 pelos Ministérios da Justiça e das Minas e Energia e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

“Consideramos que o projeto tem uma série de problemas e que não surge da demanda indígena”, avalia Raul Telles, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). “Tanto que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) já firmou uma posição contrária em se apresentar o projeto separado ao do novo Estatuto dos Povos Indígenas. É um equívoco político”.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o movimento indígena luta para construir um novo Estatuto, que contemple as diferentes etnias e que garanta e proteja os seus direitos.

Segundo Saulo Feitosa, presidente do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), desde 1988 foi feita uma discussão ampla que reafirmava a necessidade do Estatuto, responsável também por incluir a regulamentação da mineração. Ele afirma que, até então, a proposta do projeto para a mineração está sendo organizada sem a participação da Comissão Nacional da Política Indigenista, da qual ele mesmo faz parte.

De acordo com Dionito José de Souza, indígena Macuxi e coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o movimento indígena não foi chamado pelo governo para discutir a proposta deste projeto. “E a gente nunca vai ser chamado se não formos lá espontaneamente [defender os direitos]. A discussão não chegou no movimento indígena, principalmente na base, onde o povo mora de fato e não quer a mineração”, diz.

“O que se esperava era que o governo submetesse a proposta ao movimento indígena para ser discutido junto com o Estatuto. Esse projeto, apresentado de forma isolada, prejudica os índios e beneficia as mineradoras”, considera Feitosa.

Para o presidente do Cimi, o projeto não especifica e nem atende a questão da diversidade étnica das comunidades. “Esse projeto não é de todo recusável, mas precisa ser aprimorado. Não dá para se pensar nos indígenas de forma genérica”. Ele menciona que há povos com quem o contato é intermitente ou praticamente nulo. “O capítulo sobre os direitos às comunidades deve ser trabalhado. É essa a parte que interessa para os indígenas e ele é muito limitado, porque a diversidade tem que ser pensada considerando os aspectos das realidades variadas dos indígenas. Cabe à União o respeito na garantia dos direitos desses povos”, avalia.

Mecanismos e garantias

De acordo com o procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares, esse projeto traz mais garantias e mais direitos que os anteriores: assegura o direito das comunidades indígenas serem ouvidas no processo, como determina a Constituição; há previsão para o pagamento de royalties; e obriga a existência de um laudo antropológico sobre questões socioambientais que o impactado da atividade mineradora sobre as comunidades. “Essa proposta pode não ser a ideal, mas é melhor do que as outras”, diz.

Segundo Villares, o projeto não prevê nenhum mecanismo que dê o poder de veto às comunidades indígenas, caso não desejem a mineração em suas terras. Mas ele afirma que a posição dos índios será levada em conta ao longo da discussão.

“A Constituição prevê o direito de se pronunciarem e a existência de audiências públicas. E se os índios não querem, não terá desdobramentos para a atividade de mineração”, afirma o diretor geral do DNPM, Miguel Nery, que afirma que as comunidades deveriam ter poder de veto nas negociações da mineração. Ele acredita que mecanismos como as audiências públicas conseguiriam garantir essa autonomia.

“No mínimo, os índios teriam que ter o direito de dizer como e onde a mineração pode ser feita”, afirma Raul Telles, do ISA. Segundo ele, esse é um direito inalienável porque as terras indígenas são áreas protegidas não só pelo seu aspecto ambiental, mas também porque as áreas compreendidas por ela são destinadas para usos de sobrevivência e práticas sagradas. “A mineração pode feri-los culturalmente e afetá-los em termos de sobrevivência física”.

Para Dionito Souza, coordenador do CIR, a permissão para que as terras dos índios sejam exploradas não contempla as necessidades das comunidades “Essa regulamentação é

muito ruim, porque existem etnias que ainda estão muito longe dessa discussão, não estão acompanhando a questão. É um processo muito complicado e tem que ser pensado com cuidado”, avalia.

“A decisão sobre se vai haver a mineração é do próprio governo. Com certeza a pressão será grande sobre as comunidades”, alerta Ricardo Verdum, assessor de políticas indígenas e socioambientais e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que teme os problemas ocasionados pelo eventual boom da atividade mineradora. Baseando-se em experiências anteriores, ele menciona que a mineração sempre atrai população para as pequenas cidades, que não conseguem atender a demanda crescente devido à falta de infraestrutura. Deficiência nas áreas de saúde e segurança são algumas conseqüências.

Mineração seria alternativa

O projeto prevê que as populações indígenas que sejam potencialmente afetadas pela atividade mineradora recebam 3% do faturamento bruto da mineradora como royalties pela exploração de suas terras. “Seria preciso avaliar cada caso, mas é um mecanismo que pode ser interessante. Por outro lado, há uma série de problemas em que a remuneração não vai resolver, como nas condições em que a população precisaria ser removida ou quando rios são contaminados pela poluição”, lembra Ricardo Verdum, do Inesc.

Para Nery, a mineração deve servir como alternativa econômica para as comunidades indígenas. “Em muitos países os índios se associaram com empresas [na exploração mineral]. Sem abrir mão de suas culturas, alternativas econômicas lhes foram facultadas. Eu não sei se todos os índios querem continuar em seu estado selvagem”. Segundo o diretor, as comunidades têm que ter a oportunidade de optar pelo desenvolvimento sustentável.

“Há um argumento favorável à mineração nessas áreas que diz que a atividade melhoraria as condições de vida e supriria a carências na área de saúde e educação, mas, na verdade, isso tudo são direitos dos índios assegurados pela Constituição, independente dos recursos naturais que eles dispõem”.

O coordenador do CIR afirma que a porcentagem prevista para o pagamento de royalties é muito pequena. Segundo ele, uma das propostas dos indígenas para essa questão é de que as comunidades detenham 50% do lucro bruto que as mineradoras venham a obter com a exploração dos recursos nas terras indígenas.

Segundo a Funai, não há previsão de quando o Executivo conclua a proposta do projeto e quando irá à votação. As entidades e a Funai acreditam que há um ambiente político favorável para a aprovação deste projeto. Para Villares, o consenso sobre a questão no governo ajuda a sua receptividade.

Existem mais de 4,8 mil processos de requerimento no DNPM para pesquisa e lavra em áreas indígenas na Amazônia por parte de pessoas físicas e jurídicas, como as grandes mineradoras. Mas, ainda que o projeto seja aprovado, todas essas solicitações são invalidadas. Pelo menos nesse aspecto, Inesc, ISA e Cimi são unânimes em considerar que

o projeto apresenta um avanço em relação aos anteriores. O diretor geral do DNPM explica que a anulação dos processos decorreria de um conflito legal, já que as regras da época em que os requerimentos foram feitos não valeriam mais.

Polícia derruba escola de sem-terra no Sul - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2007

Barracão estava dentro de granja mantida sob invasão do MST durante cinco dias em abril - A Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha) destruiu ontem um barracão que o Movimento dos Sem-Terra (MST) havia construído dentro da área da Granja Nenê, em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Na mesma ação, deflagrada ao amanhecer, os cerca de 30 soldados da corporação também inutilizaram um terreno que os sem-terra haviam preparado para cultivo de hortaliças.

Segundo um dos coordenadores do MST no Rio Grande do Sul, João Amaral, o barracão, construído com taquaras e coberto por uma lona, era usado como escola itinerante de ensino básico por 57 crianças de um acampamento próximo, mas fora da Granja Nenê, onde vivem 80 famílias. “Era para que elas pudessem ter aulas num local mais seco do que o banhado onde o pessoal está”, afirmou.

Diariamente os alunos e professores entravam na propriedade rural, iam até o barracão e, ao fim das aulas, voltavam para o acampamento, à beira de uma estrada vicinal, assim como os sem-terra que iam preparar o terreno para a horta.

O interdito proibitório à atividades dentro do terreno foi concedido à proprietária Eneida Portinho em abril, depois de o MST ter mantido a Granja Nenê sob invasão por cinco dias. “Cumprimos uma determinação legal”, explicou o comandante do Policiamento Metropolitano, coronel José Luiz Silveira.

BLOQUEIO

Em Mato Grosso do Sul, cerca de 300 sem-terra do MST e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) bloquearam ontem as rodovias MS-276 e MS-480, em Anaurilândia, na divisa com São Paulo. Eles causaram um congestionamento de mais de 5 quilômetros por cerca de quatro horas.

O bloqueio foi um protesto dos sem-terra, que querem deixar as barracas do Acampamento Vieira Ferreira e ocupar a Fazenda Barreiros. A área foi desapropriada em outubro pelo Incra e é reivindicada por 200 famílias ligadas ao MST e outras 200 da Fetagri.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bataguassu, João Vicente Ferreira, o acampamento é vulnerável . “Também não estamos obtendo ajuda alimentar, o que não aconteceria se o acampamento estivesse dentro da fazenda”, disse.

A Polícia Militar apreendeu em Batayporã, na divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo, duas garruchas, três espingardas e farta munição, em acampamento de sem-terra localizado às margens da rodovia MS-134. Na operação, foram presos e autuados em flagrante por porte ilegal de armas os sem-terra Manoel Messias Alves Souza, José Martins do Nascimento, Silvio Nunes Santolim e Vicente Vieira.

COLABOROU JOÃO NAVES

Assentados seguem agronegócio - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2007

Carvão vegetal, eucalipto e cana-de-açúcar estão entre os itens de maior produção nos assentamentos da reforma agrária em São Paulo, ao lado de culturas típicas da agricultura familiar, como o feijão e a mandioca. Um levantamento inédito da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) mostra que atividades mais ligadas ao agronegócio, como a soja e a bovinocultura de corte, ganham espaço e ajudam a compor a renda dos assentados.

Na safra 2004/05, objeto do estudo, os 8.297 lotes pesquisados tiveram produção avaliada em R\$ 91,7 milhões, equivalente à renda bruta mensal de quase R\$ 1.000 por lote. Só de carvão vegetal foram produzidas 1,7 mil toneladas, com receita de R\$ 899 mil. O levantamento abrangeu 89% dos 9.289 lotes existentes nos 168 assentamentos assistidos pelo Itesp. Não foram incluídos os assentamentos administrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - são 79 no Estado, com 6.048 lotes.

STF decide contra produtores em Roraima – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O STF (Supremo Tribunal Federal) negou ontem mandado de segurança movido por produtores de arroz e pecuaristas que ocupam a reserva indígena Raposa do Sol, em Roraima, e derrubou a liminar que garantia a permanência deles na área. O julgamento permite que a Funai os remova do local se eles não obtiverem outras liminares judiciais.

Relator da ação, o ministro Carlos Ayres Britto disse que essa foi uma importante vitória das comunidades indígenas que vivem na reserva, mas afirmou que a batalha não está encerrada, porque há outras ações judiciais.

A decisão do plenário do STF do unânime.

Polícia destrói horta e banheiro do MST no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

A Polícia Militar destruiu ontem banheiros e a horta de um acampamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em Nova Santa Rita (região metropolitana de Porto Alegre).

Segundo o tenente Vanderlei Fracari Pereira, responsável pela operação, a Justiça determinou reintegração de posse. Não houve conflito.

"Nós lamentamos o fato, porque esta área é improdutiva e deveria ser transformada em assentamento. Enquanto as famílias esperam, a polícia reúne um grande efetivo para destruir uma horta e até mesmo uma escola", disse João Amaral, do MST. Segundo Amaral, uma escola de madeira e capim, que atendia 57 crianças, também foi destruída. A Polícia Militar nega.

A delicada tensão entre os índios e as empresas - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007

Nos dois últimos anos, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deixou de embarcar 1,72 milhão de toneladas de minério de ferro por conta de invasões de grupos indígenas do Pará, Maranhão e de Minas. O impacto no resultado foi de US\$ 26,46 milhões e na receita, de US\$ 62,4 milhões. No Espírito Santo, uma manifestação de tupiniquins e guaranis provocou prejuízo à Aracruz de R\$ 2,5 milhões em setembro de 2006, quando 200 mil árvores foram queimadas.

Os episódios são a face mais visível do crescimento da tensão entre as comunidades indígenas e as empresas. Esse tipo de manifestação não está mais restrita à construção de estradas ou hidrelétricas. Agora, atinge também o processo produtivo das companhias. No caso da Vale, a mineração. No da Aracruz, eucaliptos que serão transformados em celulose.

Entre o empresariado, nos bastidores, toma corpo a associação dos atos indígenas à pressão de concorrentes. Como a maior parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que apóiam esses movimentos não abrem suas fontes de recursos, seria possível que competidores no mercado externo estivessem ajudando a patrocinar a causa. Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade da Aracruz, tem interpretação diferente. "Há uma oposição ao agronegócio brasileiro, uma tentativa de barrar seu crescimento. O índio é só um personagem. Há também os quilombolas e os sem-terra", afirma.

Se há ou não "forças ocultas" contra as grandes empresas brasileiras, é algo a ser investigado. Mas o fato é que as empresas têm tido dificuldades de entender o processo de transformação pelo qual os índios brasileiros passam. É comum executivos dizerem, perplexos, que índios já usam celular ou dirigem carros, que estão "aculturados" ou que não são mais índios.

"É um absurdo as empresas dizerem isso. Já fui a aldeias em que à noite o índio assiste a novela da Globo e no dia seguinte está andando nu", diz Mércio Pereira, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na aldeia dos xikrin, no Pará, apesar das casas, da luz elétrica, dos carros e das tevês, os índios se pintam para a festa, falam a

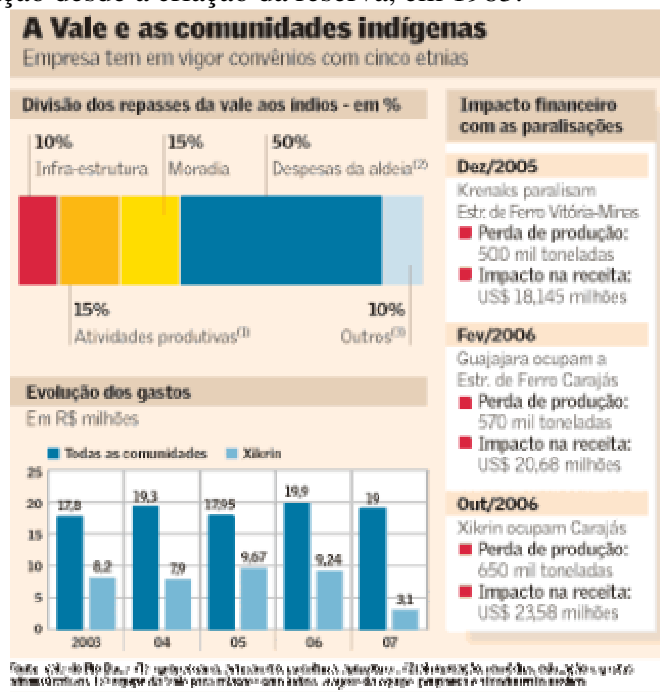
língua nativa (muitos não sabem o português) e não abrem mão de um belo assado de jabuti.

Por outro lado, os índios foram apresentados a um mundo consumista e incorporaram a idéia de que as relações são mediadas por trocas. Crêem que as empresas lhes devem compensações e, quando as conseguem, acabam por se acomodar. Tornam-se dependentes.

Outra questão que contribui para a tensão entre as comunidades e as empresas é o aumento da população indígena. Em 1978, eram 180 mil índios. A partir da década de 80, o número começou a crescer. Hoje, são 500 mil (700 mil segundo a ONG Instituto Socioambiental). Nas comunidades assistidas pelas empresas, o aumento populacional é ainda maior, por conta da melhoria das condições de saúde e da maior oferta de medicamentos. Quanto mais gente, maior é a demanda por recursos.

Além disso, assim como a população brasileira sofre com os poucos investimentos em setores como saúde, educação e infra-estrutura, os índios também se ressentem da falta de recursos do governo. A Funai tem orçamento anual de R\$ 97 milhões para os indígenas, a maior parte vivendo em regiões remotas e em lugares tão distantes entre si como o interior da Amazônia e a região de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Hoje, cerca de 13% do território brasileiro está demarcado como área indígena ou em vias de ser demarcado. Só a Vale gasta por R\$ 19 milhões por ano com as comunidades - quase 20% do orçamento da Funai.

Os índios descobriram que invadir empresas e mexer com o bolso delas chama a atenção. "Fomos forçados a fazer isso para pressionar o governo. Enquanto a gente fica de braço cruzado, ninguém se manifesta. Tem que mexer na parte econômica", afirma Paulo Henrique Vicente Oliveira, da aldeia de Caieiras Velha (ES), coordenador da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Os índios daquela região pressionam o governo para que seja demarcada área de 11 mil hectares - a terceira ampliação desde a criação da reserva, em 1983.



A Aracruz, que é proprietária da área e tem ali florestas plantadas, repassou aos índios (via acordo comercial, ação voluntária e convênio) R\$ 23 milhões de 1998 a 2005. As comunidades tornaram-se dependentes desse recurso.

O mesmo ocorre com os xikrin, povo indígena que vive no Pará e que no fim do ano passado invadiu Carajás. Ao longo dos anos, com recursos da Vale, foram construídas na aldeia casas de alvenaria com água encanada, poço artesiano, e foi instalado motor movido a óleo diesel. Tudo isso, hoje, precisa de dinheiro para ser mantido.

Depois da invasão, a Vale suspendeu os repasses aos índios que, via Funai e Ministério Público, foram à Justiça. Uma liminar restabeleceu os pagamentos, mas os recursos passaram a ser depositados em juízo. O dinheiro só é liberado mensalmente pelo juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad, de Marabá, após uma análise dos gastos. O juiz deu prazo até julho para que xikrins, Vale, Funai e Ministério Público cheguem a uma solução negociada. "De outra forma, eu resolveria o processo, mas não o problema", diz Haddad.

A proposta da Vale aos xikrin segue uma nova diretriz da empresa para as comunidades indígenas. Hoje, 50% dos recursos repassados a essas comunidades são usados para alimentação, remédios, educação e gastos administrativos e 15% para atividades produtivas, como piscicultura, apicultura, artesanato e agropecuária. "Queremos mudar essa distribuição. Vamos reduzir os projetos de assistencialismo, como saúde e educação, que são papel do Estado. E aumentar os projetos estruturantes", diz Walter Cover, diretor de projetos institucionais estratégicos da Vale. Segundo ele, outro objetivo é fechar acordos de longo prazo, evitando as tensões anuais.

A Funai tem incentivado esse tipo de convênio de auto-sustentação com base nos resultados do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), acordo firmado entre os xerentes do Tocantins e a Investco por conta da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. O convênio de dez anos, lançado em 2002, previa investimentos de R\$ 10 milhões. Foram criadas roças mecanizadas e os índios foram treinados a criar peixes e galinhas caipiras. Saúde e educação foram assumidos pelo governo.

O problema de projetos como esse é que nem sempre os recursos são aplicados como as empresas ou os "brancos" imaginam. Numa área florestal, eles cortam mais madeira do que se poderia cortar, para distribuir os recursos entre as famílias e "contentar a todos". A pressão da comunidade sobre as lideranças é muito grande e, na maior parte dos casos, a coletividade ainda se sobrepõe à individualidade. Além disso, nesses projetos produtivos, os índios têm de "aprender" com os brancos as técnicas de produção e cultivo.

"Temos de parar de olhar para o índio com os olhos do branco. As etnias sempre foram coletoras e não produtoras. Isso não muda por decreto", diz, um tanto resignado, Francisco de Oliveira Ramos, gerente da Associação Indígena Kákárekré, dos xikrin, no Pará.

A segunda reportagem da série "Economia na selva", sobre os xikrin, será publicada amanhã.

"É melhor um xikrin produzir vídeo a mel de abelha" – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007

O antropólogo Cesar Gordon acompanhou bem a crescente circulação de dinheiro e mercadoria entre os índios xikrin. Em 1998, quando pisou na aldeia pela primeira vez, pretendia estudar o parentesco de um grupo indígena. Mudou de idéia ao perceber como os índios gastavam tempo e energia elaborando estratégias para aumentar o poder aquisitivo e o consumo de bens industrializados. No ano passado, lançou o livro "Economia Selvagem", baseado em sua experiência. É hoje quem mais entende da lógica econômica xikrin. A seguir, sua entrevista:

Valor: *Os xikrin hoje usam jeans, celular, têm TV, caminhonete, casas de alvenaria e até máquina de lavar roupa. Eles deixaram de ser índios? Não preservam mais sua cultura?*

Cesar Gordon: Antes de tudo, é preciso lembrar que a idéia de "deixar de ser índio" é herdeira de uma tradição intelectual. Durante muito tempo, brasileiros pensaram a respeito dos índios por meio de noções oriundas do evolucionismo e do positivismo progressista. Acreditava-se que eles seriam assimilados à nação brasileira e se tornariam civilizados (isto é, deixariam de ser índios ou selvagens). Por outro lado, a idéia de "preservação da cultura" é herdeira de outra tradição, em boa medida contrária à primeira. Suas raízes são o romantismo alemão e sua versão moderna: o culturalismo antropológico. Defendia-se a manutenção de certos elementos culturais, supostamente genuínos e responsáveis pela singularidade dos povos. As sociedades, idealmente, deveriam se conservar, em algum grau, imunes à história e à mudança. Agora, veja a situação dos índios. Primeiro: deveriam deixar de ser índios para serem sujeitos de direitos. Depois, eles não podem deixar de ser índios. Ocorre que tais preocupações não são preocupações tradicionais dos xikrin. Sua herança intelectual e política é muito diferente. Eles nunca conceberam sua própria cultura como algo imutável, imune a transformações históricas. Reconhecem um modo correto de estar no mundo (o modo xikrin), mas vêem esse modo como algo em constante transformação. No fim das contas, quem deve dizer se eles estão deixando de ser índios? Nós? Ou eles?

Valor: *O acesso ao dinheiro os tornou materialistas demais?*

Gordon: O interesse dos xikrin pelo dinheiro é meramente instrumental. Eles não acumulam, não se capitalizam. Isso fica evidente com a quantidade de dívidas que eles costumam contrair. O interesse é pelos objetos produzidos pelos "brancos", mas não se pode dizer que o interesse pelos bens industrializados seja materialista. Quando estive entre os xikrin, percebi que a lógica que rege o consumo de bens entre eles é uma lógica ritual. As mercadorias entraram na vida xikrin para cumprir funções rituais e para aumentar a produção de rituais e auxiliam na reprodução da cultura e da sociedade xikrin. O grande problema é que quando o combustível do maquinário ritual xikrin passou a ser dinheiro e mercadorias, efeitos inesperados aconteceram. Um deles é um certo aquecimento do sistema ritual, que começou a necessitar de mais e mais combustível. Surge, portanto, uma demanda que cresce indefinidamente.

Valor: *O fato de a Vale ter passado a dar os recursos diretamente para as associações indígenas a partir de 1999 foi um erro?*

Gordon: Não. O erro foi o modo abrupto como a mudança ocorreu e a falta total de planejamento. Até 1999, o repasse dos recursos à Funai causava dificuldades. O processo de compras era burocratizado e havia o risco de que os recursos fossem misturados e utilizados para custos administrativos ou com outros povos indígenas. Às vezes, por

demora em licitações, os xikrin ficavam sem medicamentos durante semanas. A solução foi transferir os recursos diretamente, mas não houve preparação, não houve muita discussão com os índios, nem treinamento de pessoal para assumir a gerência da associação. Apesar dos problemas, ainda penso que os recursos devem ser geridos pelos próprios índios. Mas que isso seja feito com apoio da Funai e de especialistas. Pode existir, por exemplo, um conselho administrativo, com participação da Vale. É necessário estabelecer um planejamento para o convênio, que não existe até hoje, investir na capacitação, achar interlocutores qualificados independentes para auxiliar o diálogo. É um direito dos índios gerenciar esses recursos. Eles são os beneficiários. A Funai deve auxiliá-los, não tutelá-los.

Valor: *O acordo em discussão entre a Vale e os Xikrin prevê a instalação de projetos produtivos, como criação de peixes e apicultura. A estratégia terá sucesso?*

Gordon: Projetos baseados exclusivamente no extrativismo e na criação de animais não são adequados. Podem ser implementados, mas não mobilizarão a comunidade. Projetos ligados à produção cultural e audiovisual, que permitam acesso a tecnologias, por exemplo, têm mais chance de funcionar. Mais de 80% da população xikrin tem menos de 30 anos. São jovens. Foram criados sob intenso contato com a sociedade brasileira. Têm enorme interesse por tudo que se relaciona com o "mundo dos brancos", principalmente a tecnologia. Querem aprender a fotografar e a usar vídeo, conhecem internet, as músicas da moda, querem aprender inglês. Não se pode dizer para um jovem xikrin de 16 anos que fique o tempo todo na floresta pescando e caçando. Isto é irreal. Por outro lado, é preciso compatibilizar esse interesse com a vida dos mais velhos, seus saberes e valores. Por isso as atividades "culturais" são estratégicas - permitem fazer a ponte entre as gerações. Podemos ter uma garotada operando filmadoras digitais para registrar cerimônias elaboradas, que só são do conhecimento dos velhos. Ou jovens manuseando computadores para elaborar um acervo de canções rituais. Isso permite a inserção dos índios no mercado capitalista de forma menos subordinada, com produtos de maior valor econômico e simbólico. É curioso constatar que, em algumas regiões, os índios já têm a cabeça na era da informação, mas a Funai insiste em pecuária, extrativismo. É uma visão ingênua.

Valor: *Por que a Vale tem de compensar os índios, se não opera em área indígena?*

Gordon: A CVRD não opera dentro da terra indígena, mas em área contígua. Tem obrigação de prestar assistência aos xikrin, fornecendo a contraprestação pelo uso da área que é hoje a Floresta Nacional de Carajás e que faz divisa com a área xikrin na altura do rio Itacaiúnas. Fora o aspecto legal, há o moral. Sem desconsiderar sua importância econômica e excelência, a Vale ainda deve uma participação mais ativa e responsável no que toca ao desenvolvimento da região da Serra de Carajás. **(RB)**

Líder diz que arrozeiros ficam na Serra do Sol - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Ncional – 06/05/2007

Produtores preparam novo round jurídico após decisão do Supremo, que mandou desocupar a área em Roraima - Os impasses em torno da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vão continuar - apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou na segunda-feira a liminar que garantia a permanência de um grupo produtores de arroz naquela área. Ontem, enquanto lideranças indígenas comemoravam a decisão do STF como uma vitória, o advogado dos arrozeiros, Luiz

Valdemar Albrecht, preparava-se para novo round jurídico. “Os ministros da corte julgaram apenas que o caminho para se resolver a questão não é a do mandado de segurança”, disse ele. “O mérito ainda não foi julgado e vamos continuar brigando, pelas vias ordinárias.”

Por outro lado, o líder dos arroteiros, Paulo César Quartiero, que ontem visitou parlamentares da bancada ruralista, em Brasília, em busca de apoio para sua causa, deixou claro que os produtores não pretendem deixar a área. Sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai), que em abril notificou os fazendeiros para que deixem a Raposa Serra do Sol, Quartiero disse: “Sabemos que querem nos botar para fora, mas não podem fazer isso antes de esgotarem todos os trâmites legais.”

Daqui para a frente, os arroteiros pretendem brigar em duas frentes, segundo o advogado. Em primeiro lugar vão continuar tentando abater o decreto presidencial que, em abril de 2005, entregou definitivamente a terra aos indígenas. “Os laudos nos quais a decisão presidencial se baseou são falsos”, afirma Albrecht. “Podemos provar que não existia ocupação indígena tradicional nas terras onde estão instalados os arroteiros.”

A segunda frente, no caso de falhar a primeira, é a da indenização: “Os arroteiros já foram reconhecidos como detentores de posse de boa fé. E nesses casos o Código Civil prevê indenização prévia e justa, em dinheiro. Os produtores podem reter a posse enquanto não forem indenizados.”

A Funai já disse que pretende indenizar os fazendeiros, em dinheiro ou com terras. Mas essa discussão pode render mais um longo capítulo na história da demarcação.

Os arroteiros querem ser pagos pelo que chamam de complexo agroindustrial - o que envolve as lavouras, com todas as benfeitorias e equipamentos, as máquinas de beneficiamento de arroz que mantêm em Boa Vista, capital do Estado, e também as marcas com que comercializam o produto na região norte do País.

TENSÃO

Entre as lideranças indígenas, a torcida é para que a Funai comece logo a retirada dos arroteiros. “O governo já ofereceu terras em outros lugares”, diz Dionito José de Souza, coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima. “Está na hora de iniciar a retirada, sem violência, de acordo com as leis e as decisões da Justiça, pondo fim a um processo que se arrasta há quase trinta anos.”

Segundo o coordenador, o nível de tensão na área ainda é alto. Ele disse ontem ao Estado que Quartiero, o líder dos arroteiros, percorre até hoje as comunidades indígenas, ameaçando suas lideranças ou tentando convencê-las a desistir da idéia da extensão da reserva às áreas com arroz. “Já dissemos que ele não pode circular dessa maneira pela terra dos índios, mas ele responde que a terra é da União”, disse Souza.

Quartiero já foi prefeito de Pacaraima - município situado na fronteira do Brasil com Venezuela. Cassado em fevereiro, por abuso de poder econômico nas eleições, dedica-

se agora às suas duas fazendas, onde cria gado e planta arroz, e à campanha contra a demarcação.

Sua principal reivindicação é que o governo deixe fora da reserva uma área de aproximadamente 190 mil hectares, onde ficam as fazendas de arroz: “Isso é uma gorjeta diante do total da área para os índios, de 1,7 milhão de hectares.”

Para Souza, do conselho indígena, não há mais nada a negociar. “Aqui vivem 18.751 índios. Quando os não-índios saírem e a terra for liberada, eles vão se transformar, enfim, em cidadãos brasileiros.”

'Decisão é parte de processo irreversível' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007

Entrevistas - Guenter Francisco Loebens: coordenador do Cimi Norte 1

Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região Norte 1, que inclui Amazonas e Roraima, Guenter Francisco Loebens considera “uma grande vitória e parte de um processo irreversível” a determinação da retirada das empresas da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Para ele, a visão do governo estadual e de empresários, segundo a qual a demarcação das terras indígenas atrapalha o desenvolvimento de Roraima, é equivocada. “Metade da população rural do Estado é composta por índios. Assim, ao garantir a terra às populações indígenas, estamos proporcionado melhor condição de vida aos nossos agricultores.” A seguir, trechos da entrevista.

Como o sr. viu a decisão do STF?

A medida foi altamente favorável aos índios na medida em que se reconheceu o seu direito histórico àquelas terras e, ao mesmo tempo, se obstruiu o processo de exclusão das populações indígenas.

Existem casos de violência contra índios?

Reiteradas vezes, os fazendeiros usaram de violência e intimidação contra índios e seus aliados. Com a decisão, entretanto, já se deu um passo para resolver a questão sem violência, dentro da legalidade. Acredito que, agora, as tensões tendem a diminuir.

Por que o sr. considera a decisão do Supremo Tribunal Federal irreversível?

Porque ela não deixa dúvidas sobre a demarcação. Acredito que os fazendeiros deveriam discutir, agora, como deve ser a sua retirada e não tentar permanecer na área.

Uma das reclamações de arroteiros e pecuaristas é que quase 80% do Estado está protegido na forma de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Não sobra muito pouco para estimular o desenvolvimento?

Esta questão encerra um equívoco, fruto de uma visão segundo a qual as populações indígenas não estão incluídas na luta pelo desenvolvimento. No entanto, metade da população rural de Roraima é composta por indígenas. Dessa forma, ao garantir terras aos índios e à preservação ambiental, estamos incentivando o desenvolvimento, com respeito ao meio ambiente

Qual será, em sua visão, a atitude dos fazendeiros e agricultores diante desse quadro adverso?

Acredito que, como têm feito, vão insistir um pouco mais na questão judicial. Nós, de nossa parte, estamos preocupados, agora, em garantir criação e desenvolvimento de economia sustentável para melhorar a vida das populações indígenas. Gastamos muita energia nesta luta e queremos, agora, nos preparar para este novo passo, de melhorar qualidade de vida dos índios.

'Eles ajudaram no Desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007

Kátia Abreu: senadora da bancada ruralista

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), uma das principais líderes da bancada ruralista, vê como “um crime” a retirada das empresas e dos arroteiros da reserva. “Os empresários e agricultores saíram do Sul e foram para lá há 30 anos, como convidados. Ajudaram no desenvolvimento, geraram 8 mil empregos e agora vão sair com uma mão na frente e outra atrás”, disse. A parlamentar não vê muita possibilidade de reversão da decisão do STF, mas se prepara para reapresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê o pagamento de indenização a ocupantes, titulados, de áreas indígenas.

Por que a senhora considera “criminoso” a retirada das empresas?

Porque eles são trabalhadores, produtores de todo arroz consumido na região, e estão sendo expulsos sem ter a mínima possibilidade de reclamar. Para o governo, não custa nada fazer uma média com a opinião pública internacional, retirando o pessoal de lá.

A principal crítica dos produtores é que quase todo o Estado está incluído em áreas de proteção. É verdade?

Sim. Cerca de 80% de Roraima é área indígena ou de proteção ambiental. Como, da área que resta, 80% precisam ser preservados, não sobra praticamente nada para plantar. Mesmo assim, os arroteiros abastecem todo o Amazonas. Como ficará sem eles lá? Devemos ter desabastecimento e aumento de preços de alimentos.

Este grande número de áreas protegidas, em sua opinião, atrapalha o desenvolvimento do Estado?

Não se pode atrapalhar o que não existe. É impossível tocar um Estado com apenas 20% de área para produção. Há, também, as cidades e regiões nas quais não se pode plantar nada.

Há acusações do Cimi de violência de fazendeiros contra índios. Isso confere?

Basta se colocar do outro lado, de alguém que construiu um patrimônio de uma vida e ficará sem nada. Nunca vi um lugar tão abandonado como aquele. Há situações em que é matar ou morrer.

A senhora acredita que se possa, de alguma forma, questionar a decisão do STF?

Acho, sinceramente, muito difícil, o assunto tem um forte apelo internacional e há forças políticas grandes interessadas neste assunto.

O que poderia ser feito, então?

Estamos reapresentando uma PEC, que foi apresentada por um ex-senador, para garantir, ao menos, indenização aos que perderem suas terras. Hoje, eles só recebem as benfeitorias e jamais poderão comprar terras em outro lugar. Este pessoal está desesperado.

Os sem-queimada - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007

Entendimento entre o governador paulista, José Serra, e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que defende os interesses dos usineiros do Estado, garante a antecipação em sete anos do fim das queimadas na colheita da cana.

Uma lei estadual, a 11.241, de 2002, previa esse objetivo apenas para 2021. As queimadas se fazem imediatamente antes do corte. Um fogo rápido sapeca o canavial para eliminar a palha (folhas secas) e facilitar o trabalho manual.

Essas queimadas são parte do processo de produção. São feitas desde que a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil. O problema é que lançam uma quantidade colossal de monóxido de carbono na atmosfera (cerca de 800 milhões de toneladas por ano apenas em São Paulo) misturada com fuligem e cinza. Nos dias de vento, as cidades próximas do canavial recebem essa carga que invade as casas e obriga a população a respirar um ar carregado de partículas negras. A criança na escola, onde as janelas não podem permanecer fechadas, não pára de tossir. O prejuízo para a saúde e para a limpeza pública é incalculável.

Sem as queimadas, a colheita manual fica impraticável. Um trabalhador corta, em média, 10 toneladas de cana por dia. Dispensada a queimada, não passaria de 2 ou, quem sabe, 3. A solução é a utilização intensiva da colheita mecânica, que só não é praticável em solos com declive superior a 12%. No ano passado, em São Paulo, apenas 26% da cana foi colhida por colheitadeiras.

O governador José Serra vai tratando de reduzir a deterioração da qualidade do ar e, ao mesmo tempo, de reduzir os custos da saúde pública no atendimento às deficiências respiratórias.

Está também se antecipando a um provável movimento de europeus e americanos que se apegam a argumentos ambientalistas para expandir seu protecionismo comercial e, assim, restringir importações de produtos brasileiros, especialmente agora que a qualidade e o baixo custo de produção do etanol nacional vão sendo reconhecidos.

O presidente da Unica, Eduardo Carvalho, não esconde que há um importante objetivo de marketing por trás da iniciativa. 'O produtor que conseguir eliminar inteiramente as queimadas ganhará um certificado (selo verde) emitido pela autoridade ambiental e seu produto (etanol) terá mais aceitação no exterior.'

Mas a mecanização eliminará ao menos 250 mil empregos: os 165 mil hoje existentes e mais 85 mil que se criariam com a expansão para dar conta da demanda de etanol. Uma única colheitadeira de cana corta cerca de 700 toneladas diárias e pode substituir 70 pares de braços. Isso eliminará outra acusação que vem de fora: o de uso de trabalho semi-escravo na produção de etanol.

A iniciativa de acabar com o foco de poluição é elogiável. Mas é preocupante a falta de empenho no remanejamento do pessoal que ganha o pão que o diabo amassou. Esses bóias-frias, sem-grana e sem-teto, vão se tornar sem-queimada. Vão deixar de empunhar o facão entre abril e dezembro, safra no Centro-Sul, e tenderão a engrossar os acampamentos dos sem-terra.

Corte de verba muda a vida dos xikrin - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007

Uma das primeiras palavras que se aprende na língua Jê falada pelos índios xikrin é "piokaprin" ou "folhas pálidas". Significa dinheiro. É a resposta que muitas índias dão quando se pede para tirar uma fotografia (mekaron). Os fornecedores já chegam às associações dos xikrin em Marabá (PA) dizendo que querem tratar de "piokaprin". E até Raimundo de Oliveira, conhecido como Ivan, chefe do posto de vigilância da Funai na aldeia Djudjêkô, que fica na Terra Indígena Xikrin do Cateté, brinca com os índios que quer "piokaprin" quando arruma uma instalação elétrica que não funcionava ou quando entrega uma lima para afiar faca. Como resposta, invariavelmente, ouve uma sonora gargalhada.

Dinheiro tornou-se um assunto essencial na vida dos xikrin, comunidade que vive próxima a quatro grandes projetos da Companhia Vale do Rio Doce: Carajás (minério de ferro), Onça Puma (níquel, que começa a operar no próximo ano), Salobo e Sossego

(cobre). Até o ano passado, a Vale repassava anualmente cerca de R\$ 9 milhões aos cerca de 910 índios que vivem nas duas aldeias da terra indígena. Mas uma invasão a Carajás em outubro do ano passado levou a companhia a suspender os repasses.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público entraram com uma ação na Justiça Federal e uma liminar restabeleceu os pagamentos. Problema resolvido? Não. Os depósitos são feitos em juízo e os recursos só são liberados depois de uma análise dos gastos. O processo está provocando uma revolução entre os xikrin e na sua relação com a Vale.

O primeiro reflexo pode ser sentido já em Marabá. Os comerciantes, antes interessados em prestar serviços aos xikrin, agora estão mais cautelosos. Os da aldeia Cateté, representados pela Associação Bep Noi, estão sem crédito na praça. Calcula-se que a Bep Noi tenha cerca de R\$ 1,2 milhão em dívidas. Para os 310 índios da Djudjêkô, representados pela Associação Kákárekré, os serviços são prestados normalmente. Mas o gerente da associação, Francisco de Oliveira Ramos, trava uma batalha diária para conter os gastos. Envolve-se pessoalmente em cada uma das aquisições feitas pela entidade. Conta com o respaldo do presidente, o cacique Karangré Xikrin.

Por decisão do juiz Carlos Henrique Haddad, a Kákárekré está recebendo normalmente os R\$ 243 mil mensais acertados com a Vale. A Bep Noi, que representa 600 índios, tem recebido R\$ 150 mil. Em maio, houve a liberação extra de R\$ 233 mil para o pagamento de verbas rescisórias da Bep Noi.

"Fizemos um enxugamento de pessoal e estamos aos poucos consertando os carros que estavam quebrados", diz Salomão Santos, gerente recém-contratado pela Bep Noi com a missão de colocar a casa em ordem. Segundo ele, havia 32 "kubens" (não-índigenas) trabalhando na aldeia do Cateté e, hoje, apenas dois. "Muitas pessoas haviam sido contratadas para fazer serviços na fazenda Kunumbre, como a colocação de estacas e o corte com motosserras", explica. O Valor apurou, porém, que um ex-presidente da associação Bep Noi chegou a ter empregada doméstica "kuben" para sua casa na aldeia. Outros chegaram a contratar peões para suas roças.

O juiz Haddad diz que viu excessos nos gastos da aldeia Djudjêkô e por isso pediu uma auditoria. Entre os pagamentos não autorizados por ele estão uma prestação de R\$ 1.190,00 de som MP3 e kit auto falante, R\$ 4,23 mil da Pizzaria Verdes Mares e R\$ 3,18 mil da Locadora Marabá (a dívida total com a locadora de veículos é de R\$ 110 mil). A justificativa é de que esses gastos não dizem respeito ao escopo do convênio com a Vale (saúde, educação, atividade produtiva, vigilância e administração).

"Incluíram minha conta como absurda. Mas meu estabelecimento não é só pizzaria. Na hora do almoço, funciona como churrascaria, serve comida. O serviço foi prestado", diz Fernando Antonio Ximenes, proprietário da Verdes Mares. Segundo ele, a falha foi da administração da associação Bep Noi. "Os índios são meio descontrolados mesmo com dinheiro."

Descontrole não é a melhor palavra para explicar a relação dos xikrin com o dinheiro. Nos sete dias em que a reportagem teve contato com eles, o que se pode observar é que eles são vidrados em tecnologias e máquinas. Adquirir esses produtos é para eles como adquirir o conhecimento do "kuben". Eles também não negociam desconto, têm dificuldade em entender juro em uma compra a prazo e acreditam no que lhes é informado por comerciantes.

Bep Karôti, que foi presidente da Bep Noi e que ainda hoje passa boa parte do tempo em Marabá, justifica que os índios estão comprando tevês para ver no telejornal o

que está acontecendo no Brasil e as festas gravadas de seu povo. O som, para ouvir música indígena. "Por que o branco fez restaurante? Para comer. Nós também tem boca, barriga. Também quer experimentar", afirma. Ele também diz que os índios são os donos do minério. "Por que a Vale tem telefone, tevê, CD, carro e nós não pode?"

Os índios relacionam ainda algumas necessidades ao crescimento populacional (em 1995, eram 517; hoje, são 910) e ao desmatamento. "Hoje, a palha está longe. A caça está há 20 quilômetros. O fazendeiro acaba com a floresta. Queima jabuti, anta. Não tem como voltar à tradição", diz Bep Tum.

Bep Tum e Bep Karôti estão criando uma terceira aldeia. Tiveram problemas com a comunidade em parte por causa do excesso de gastos. Karôti, figura polêmica mesmo entre os xikrin, é o melhor exemplo da diferença entre o modo de vida na aldeia e na cidade.

Em Marabá, sua imagem é de gastador. Mas, na aldeia, a não ser pelos eletroeletrônicos, impera a simplicidade. Muitas famílias têm uma pequena criação de aves, as mulheres se pintam, dançam, falam a língua nativa, muitas preferem cozinhar do lado de fora da casa, com madeira. "Estamos preservando nossa cultura", diz Tamakwaré, da aldeia Cateté, que defende uma ampliação do acordo com a Vale. "Eles exploram Salobo, Sossego, Carajás e compraram Onça Puma. Só pagam Carajás."

As aldeias têm uma boa infra-estrutura, com casas, enfermaria (remédios cedidos pelo governo são insuficientes e as associações garantem o estoque), consultório dentário, motor para a geração de energia, água encanada e escola.

O juiz Haddad, que vai decidir o futuro dos xikrin, afirma que a Vale deve continuar a pagar aos índios. "Eles terão de se acostumar com menos, a trabalhar para se sustentar." Resta saber se o impacto desse aperto financeiro será sentido na cidade ou na aldeia.

A terceira matéria da série "Economia na selva" será publicada na edição de sexta-feira

Na estrada com os índios, de Marabá ao Cateté – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007

São pouco mais de 8h da manhã de uma quinta-feira e Francisco Ramos, o gerente kuben (branco) da Associação Indígena Kákárekré, dá as últimas instruções a Vicente, o motorista xikrin que nos levará de Marabá até a aldeia, na Terra Indígena Xikrin do Cateté. Entrega a requisição para abastecer o carro e sugere a compra de uma lona para cobrir a caçamba da caminhonete Mitsubishi vermelha L200 GLS, placa NGR 7200.

Um motoqueiro entrega uma encomenda de última hora: pacotes e pacotes de fraldas descartáveis. Sim, boa parte dos indiozinhos xikrin usa hoje fraldas descartáveis, muitas delas encontradas no chão das duas aldeias, a Cateté e a Djudjêkô. Na caçamba, já estavam acomodadas duas bicicletas, TV Samsung de 29 polegadas, colchão infantil, uma caixa de som grande e minha mala.

Ao volante, Vicente. Ao seu lado, o cacique Karangré, da aldeia Djudjêkô. Atrás, a mulher de Karangré com o neto no colo, o índio Bepkré e, entre os dois, eu. Após abastecer, a primeira parada (das muitas daquele dia) é no atacadista Correntão, à saída de Marabá. Compro pilhas e Vicente ajeita a lona. A mulher do cacique, que fala poucas palavras em português, me pede para comprar amendoins e brinquedos para o neto. Esse tipo de pedido se repetiria várias vezes: para chiclete, bolos e salgadinhos.

A viagem para a aldeia começa na PA-150, de Marabá a Xinguará. Embora ainda seja Amazônia legal, a região não guarda nada do que se entende por Amazônia. Esqueça

matas e grandes árvores. À saída de Marabá estão as siderúrgicas de ferro-gusa, atividade que contribuiu para o desmatamento da região. Em seguida, as fazendas de gado. Karangré conta como era aquela área antes do avanço dos kuben. Sua mulher fala algo, aponta para o lado e dispara em português: sem-terra. Era o primeiro dos três assentamentos do trajeto.

Ligeiro alvoroço, ar de excitação e a caminhonete pára. Karangré desce e negocia com uma sem-terra que vende produtos na beira da estrada. Volta satisfeito. Comprara quatro jabutis vivos. A fêmea, maior, custou R\$ 20. Os menores, R\$ 10 cada. A carne do kapran é muito apreciada pelos xikrin.

O almoço é em um restaurante em um posto de gasolina. O cacique se serve de arroz, feijão, frango e muita farinha de mandioca. O neto, de dois anos, pede coxinha. Pago a conta de todos.

No carro, as conversas são na língua dos índios. Mas eles me deixam à vontade para puxar conversa. Karangré, atencioso, explica tudo. Em Eldorado dos Carajás, ele me chama a atenção para grandes troncos queimados. Foram colocados ali em homenagem aos 19 sem-terra que morreram em 1996 em conflito com a polícia.

No som do carro, música sertaneja. Depois, forró do Risca Faca, sucesso entre os xikrin com músicas politicamente incorretas ("Quer beber? Quer beber? De bar em bar, de mesa em mesa, bebendo cachaça, tomando cerveja"). Em Xinguara, Karangré pára e compra CDs - piratas, como todo o comércio de CDs por ali. Não é fácil uma viagem tão longa sem música.

A partir de Xinguara, a caminhonete segue para Água Azul do Norte pela PA-279. A cidade é a última parada antes da reserva. No Comercial Pereira, cada um compra seus mantimentos, inclusive carne, já que agora faltam apenas três horas para a aldeia. No caixa, um aviso da outra associação indígena, a Bep Noi, alerta que as compras só podem ser feitas com requisição. O dono do estabelecimento, Hortêncio, tem a receber cerca de R\$ 240 mil da Bep Noi. A Kákárekré está em dia.

A essa altura, a caçamba e meu colo estão abarrotados. Com esforço, consegue-se encaixar um botijão de gás, amparado por uma corda. A partir de Água Azul do Norte, o asfalto, que já era ruim, some e dá espaço a caminhões levantando poeira. Um bom trecho da estrada ainda não está pavimentado. A mulher de Karangré não se incomoda com os buracos e amamenta o neto, comum entre os xikrin.

Uma conversão e, logo mais à frente, a porteira que dá acesso à terra indígena pelo lado do posto PKV. A diferença na paisagem é gritante. Os pastos dão vez à mata nativa. Karangré conta histórias de fazendeiros invasores. O ar mais fechado do cacique se transforma. Mostra árvores, diz nomes de rios, seus afluentes e caminhos, faz questão de parar na Fazenda Tep Kré, onde os xikrin do Djudjêkô criam 570 cabeças de gado. Para montá-la, a associação aproveitou uma área que fora invadida. Os investimentos foram de R\$ 182 mil.

A estrada é estreita, está em condições ruins e tem precárias pontes de madeira. Paramos para ver uma jibóia. Mais à frente, casas de pau-a-pique. É o início da terceira aldeia, a Ô-Ô-Djã, liderada por Bep Karôti e Bep Tum, que deixaram a aldeia do Cateté em parte por conta dos problemas financeiros.

Karangré aponta as roças comunitárias e diz que, com o crescimento da população e a impossibilidade de migrar para novas áreas, as roças e a caça estão cada vez mais distantes. Por isso a necessidade de caminhão e carro para transporte dentro da aldeia. Às 19h - dez horas após a partida - chegamos a Djudjêkô.

Vicente, o motorista, faz o trajeto Marabá-aldeia pelo menos duas vezes por semana, ida e volta. Dirige do início ao fim da viagem. Na volta, no domingo, teve trabalho extra. Um caminhão ficou preso em uma ponte e foi preciso sair da aldeia pelo posto Bekaware, em direção a Ourilândia do Norte. A estrada estava ainda pior e foi necessário usar a tração nas quatro rodas. À saída da reserva, as grandes obras de Onça Puma chamam a atenção. A volta levou 11 horas. O mesmo CD do Risca Faca tocou por quase cinco horas. **(RB)**

Em Porto Alegre, MST invade Conab para pedir cesta básica - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2007

Sem-terra só desocuparam órgão depois de ouvir promessa de que repasse de alimento voltará a ocorrer

Cerca de cem integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) das 7 horas às 16 horas de ontem. Não houve agressões a funcionários do órgão nem depredação de instalações. Essa foi a quarta invasão no local nos últimos sete anos.

Os sem-terra exigiam cestas básicas para as 2,5 mil famílias acampadas em diversas regiões do Estado. Receberam a promessa de repasse emergencial e de que remessas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome voltarão ao fluxo regular nos próximos dias, depois de sofrerem atrasos em maio e no início de junho.

O grupo saiu de um acampamento às margens da BR-386, em Nova Santa Rita, e viajou 30 quilômetros até o armazém. Comissão dos sem-terra apresentou a reivindicação à superintendente em exercício do órgão, Mirtys Sarres Pessoa, e a representantes do governo do Estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os manifestantes alegaram que as famílias correm o risco de passar fome.

Segundo Mirtys, foi providenciado o envio emergencial de 2 quilos de açúcar, 5 quilos de feijão, 10 quilos de arroz e 2 quilos de fubá dos estoques da Conab e mais uma lata de óleo comestível e 1 quilo de farinha, do governo do Estado, para cada família de sem-terra.

Os sem-terra desocuparam o armazém logo depois de concluída a negociação. Ontem mesmo os mantimentos já começaram a ser distribuídos nos acampamentos.

Produção de etanol faz preço da terra ter valorização histórica no Brasil - Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 07/06/2007

Custo de áreas destinadas ao cultivo de cana no Nordeste subiu 84%

SÃO PAULO. O crescimento dos projetos envolvendo o plantio de cana-de-açúcar e a produção do etanol fez explodirem os preços das terras no Brasil, que atingiram em abril o seu pico histórico. Na média do país, o preço do hectare chegou a R\$ 3.432, contra pouco mais de R\$ 3.300 no bimestre maio-junho de 2004, quando a cultura da soja dava o tom no campo.

Somente nos últimos 12 meses, a valorização foi de 11,64%, mas algumas regiões do país tiveram resultados bem superiores à média.

As terras destinadas ao cultivo da cana no Nordeste, em especial na Zona da Mata alagoana, tiveram valorização de 84%. Em Araraquara, interior paulista, o que era ocupado por grãos e pastagens agora passou a dividir espaço com a cana, o que fez o preço do hectare subir 70% nos últimos 12 meses. De R\$ 9.621 em maio-junho de 2006, esse valor chegou a R\$ 16.332 em abril deste ano. No Rio, o preço da terra teve alta média de 26%, com destaque para a região de Campos (aumento de 46,82%).

— Há dois anos, só se falava em soja. Agora, a vedete do momento é o etanol. Essa inflação está estritamente ligada ao etanol — afirmou a engenheira agrônoma Jacqueline Dettmann Bierhalds, analista do Instituto FNP, responsável pelos dados.

Preço de terreno assusta investidores estrangeiros Essa valorização tem assustado muita gente. Em meados do ano passado, um grupo de 14 empresários da Holanda que produzem álcool a partir da beterraba desembarcou em Cravinhos, no interior paulista, interessado em comprar uma área para se instalar no país. Eles desistiram do negócio quando souberam que o preço do hectare na região pode chegar a R\$ 30 mil — valor que restringiria o potencial de rentabilidade do projeto.

— Todo dia recebo a visita ou a ligação de alguém que representa grupos estrangeiros.

O preço sempre assusta — disse o corretor de terras Atílio Benedini Filho, com 40 anos de atuação no setor.

A cana já ocupa cerca de 3,4 milhões de hectares em São Paulo, o correspondente a 52% do plantio do produto no país. A saturação no estado levou os empresários a abrirem novas fronteiras para o etanol.

Três regiões têm concentrado as atenções: as cidades que formam o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás e o Leste de Mato Grosso do Sul.

Nesses lugares, pelo efeito da demanda, os preços também dão sinais de explosão.

Há um ano, era possível fechar negócio por entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil o hectare em cidades como Rio Verde, no Sul de Goiás. Hoje, o vendedor da terra não começa a conversa com preços inferiores a R\$ 4 mil. O teto já chegou a R\$ 7 mil.

O mesmo vale para Três Lagoas e Aparecida, em Mato Grosso do Sul. Ali, o preço do hectare, que oscilava entre R\$ 1.500 e R\$ 3.500 há um ano, pulou para o intervalo entre R\$ 2 mil e R\$ 4.500. Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o valor do hectare acumula valorização de até 31% nos últimos 12 meses: de R\$ 8 mil, foi para R\$ 10.500.

Jacqueline acredita que o preço já chegou a seu teto no interior paulista. Mas é possível esperar valores ainda mais elevados para regiões da nova fronteira.

— Salvo poucas exceções, existe uma forte resistência em vender terras neste momento, diante do fato de que a maioria dos produtores acredita na retomada dos preços dos imóveis rurais num horizonte de prazo mais longo — disse a engenheira.

Proposta reabre disputa por terras entre índios e Aracruz - Raquel Balarin – Valor Econômico - 08/06/2007

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá reenviar nos próximos dias ao ministro da Justiça, Tarso Genro, a proposta de ampliação da área indígena dos tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo, em 11 mil hectares. É a mais complexa discussão entre comunidades indígenas e empresas hoje no país. A área representa 55% das propriedades da Aracruz no Estado. A empresa alega que os índios da região não mantêm mais tradições como caça e pesca e que, por isso, não precisam de área tão grande. Além disso, pesquisas históricas comprovariam que eles não habitavam a área permanentemente. A disputa tem acirrado os ânimos na região da cidade de Aracruz. Moradores fazem manifestações contra os indígenas. ONGs e o Ministério Público dizem que a empresa jogou a população contra as comunidades.

Para resolver o impasse, a Aracruz propôs doar algumas terras, mas de forma a lhe garantir segurança jurídica de que não haverá novos pedidos de ampliação no futuro. Além disso, se dispõe a apoiar projetos que garantam a sustentação econômica dos índios, a exemplo do que a Vale do Rio Doce negocia com os krenaks, em Minas, mas apenas uma aldeia dos tupiniquins e guaranis aceita negociar com a Aracruz.

Cresce a preocupação com a disputa entre as comunidades e a Aracruz. Em dezembro do ano passado, durante uma invasão ao Portocel, em Linhares (ES), trabalhadores e índios chegaram a entrar em confronto, mas foram contidos pela polícia. A Aracruz questiona dois pontos: a tradicionalidade dos índios e a ocupação da área reivindicada por eles. Se os índios não seguem mais suas tradições de viver da caça e da pesca, não teriam mais direito a áreas tão grandes, ponderam seus dirigentes. "Não deixamos de ser índios por isso ou por termos celular e acesso à internet", diz Paulo Henrique Vicente Oliveira, da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Segundo ele, a comunidade continua a fazer festas, rituais e artesanato e as crianças estão aprendendo a língua tupi com professores indígenas.

A Aracruz chegou a manter um acordo comercial de aquisição de madeira dos índios, rompido em 2005. Os recursos se somavam aos repasses às aldeias para projetos de assistência social, agricultura, saúde e educação.

Disputa sobre terras entre índios e Aracruz está longe da solução - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007

Está para cair no colo do ministro da Justiça, Tarso Genro, a mais complexa discussão hoje em curso entre comunidades indígenas e empresas. Trata-se da proposta de ampliação das reservas dos tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo, em 11 mil hectares. A área reivindicada representa 55% das propriedades da Aracruz no Estado.

O processo estava nas mãos do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Pouco antes de deixar o cargo, em fevereiro, ele decidiu devolver a questão para a Fundação Nacional do Índio (Funai), solicitando que fossem aprofundados estudos e que fosse elaborada uma proposta que "compusesse os interesses das partes". O Valor apurou que a Funai está para reenviar o processo ao Ministério da Justiça, alegando que os estudos necessários já foram feitos nos últimos 12 anos.

A disputa entre as comunidades e a Aracruz é cada vez mais preocupante. Em dezembro do ano passado, durante uma invasão ao Portocel, único porto brasileiro dedicado

à exportação de celulose, em Linhares (ES), trabalhadores e índios chegaram a entrar em confronto, mas foram contidos pela polícia.

Alguns meses antes, em setembro, uma manifestação contra os índios e a favor da empresa reuniu 5 mil pessoas na cidade de Aracruz. Foi organizado por sindicatos dos trabalhadores. Outdoors traziam dizeres como "A Aracruz trouxe o progresso. A Funai, os índios". Em fóruns na internet, é possível encontrar moradores da região vociferando contra os tupiniquins e guaranis.

"Os trabalhadores foram se sentindo com medo, agredidos, diante de atos de ilegalidade praticados pelos índios, como botar fogo nas florestas, invadir fábricas e portos. Isso acabou gerando uma reação entre os funcionários, o comércio. A população está reagindo", afirma Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade e relações corporativas da Aracruz.

Os índios e entidades como o Ministério Público e a organização não-governamental (ONG) Fase têm explicação diferente para a reação. "A Aracruz lançou uma campanha tentando jogar a população contra os índios", diz um representante da Fase. O procurador André Pimentel Filho, do Ministério Público Federal, que determinou no fim de 2006 a retirada de cartilhas distribuídas pela Aracruz na região, diz que o material desqualificava a cultura indígena.

Nas cartilhas, a Aracruz questionava dois pontos: a tradicionalidade dos índios e a ocupação da área reivindicada por eles. Para isso, usou fotografias tiradas pelo extinto Instituto Brasileiro do Café em 1957 - antes de comprar as terras - e as confrontou com registros históricos. Também mostrou fotos de casas de alvenaria dentro da aldeia, algumas com antena parabólica, ruas asfaltadas e carros.

"Não deixamos de ser índios por isso ou por termos celular e acesso à internet. É de se admirar que uma multinacional pense que temos de ser primitivos, de viver no meio da mata. A empresa contribuiu para isso. As aldeias ficaram ilhadas no meio do eucalipto", diz Paulo Henrique Vicente Oliveira, coordenador da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Segundo ele, a comunidade continua a fazer festas, rituais e artesanato e as crianças estão aprendendo a língua tupi com professores indígenas.

Para a Aracruz, a razão de se questionar a tradicionalidade não tem a ver com a discussão sobre o que caracteriza ou não um índio. "Por que a Constituição garante aos índios uma área maior que aos outros? Porque eles precisam caçar, pescar", explica Roxo, da Aracruz. De acordo com ele, o que a empresa quis mostrar é que os índios da região não têm mais essa tradição e, por isso, não precisam de área tão grande. Além disso, Roxo diz que a empresa tem o histórico, tanto da criação da reserva, como de sua ampliação, em 1998. "Eles não quiseram substituir o eucalipto por madeira nativa."

A Aracruz chegou a manter um acordo comercial de aquisição de madeira dos índios de 1999 a 2005. Os recursos pagos se somavam aos repasses às aldeias para projetos de assistência social, agricultura, saúde e educação. O lucro era distribuído entre as famílias - 300 a princípio. Mas as comunidades cresceram, o número de famílias aumentou para algo como 420 e, segundo o Valor apurou, mais madeira foi cortada do que o planejado inicialmente. A fonte secou. No ano passado, um pouco de madeira chegou a ser vendida a terceiros. Neste ano, nada.

Paulo Oliveira, da comissão de caciques, diz que as pessoas da comunidade se tornaram dependentes dos recursos da Aracruz enquanto os acordos vigoraram. "Antes do acordo, as pessoas iam para o mangue pescar marisco, faziam roças. Com o acordo, a associação cortava madeira e repassava para as famílias e as pessoas se acomodaram",

explica. Hoje, segundo ele, os índios voltaram a exercer algumas dessas atividades. "A gente sofre aperto, mas não passa fome."

Atualmente, as comunidades sobrevivem de agricultura e pesca e muitos trabalham na cidade, como empregadas domésticas ou pedreiros. O principal suporte da associação são as doações de ONGs, como a alemã Robin Wood, que chegou a patrocinar a ida de Paulo e de um cacique guarani à Europa. Lá, eles fizeram manifestações em frente à Procter & Gamble, cliente da Aracruz, e chegaram a ser recebidos pela diretoria.

Para Roxo, da Aracruz, a disputa envolvendo a empresa e os índios só traz perdas aos dois lados. "Perde a Aracruz, porque não é bom ter esse tipo de conflito. E perdem as comunidades, que não estão tocando um projeto produtivo." Segundo ele, a Aracruz está disposta a doar parte das terras, desde que essa nova área seja considerada "reserva indígena" e não "terra indígena". A principal diferença entre os dois termos é que a terra se refere a um local sagrado, tradicional para os índios. Já a reserva é uma espécie de assentamento.

A questão vai além da semântica. Na verdade, a Aracruz busca segurança jurídica. A terra indígena dos tupiniquins e guaranis foi criada em 1982 e ampliada em 1998. Se a nova área for classificada como reserva, reduz-se o risco de um pedido de expansão no futuro porque isso dependeria de desapropriação. Segundo ele, há também uma questão moral: a Aracruz não admite a versão que se propagou, de que expulsou índios do local.

Em sua defesa, para mostrar que adquiriu as terras legitimamente e que a região não tinha aldeamentos tradicionais, a Aracruz foi buscar arquivos históricos e chegou a fazer pesquisas na Torre do Tombo, em Portugal, segundo José Luiz Braga, diretor-jurídico da empresa. Ele diz que, em audiência na Vara Federal de Linhares, em março, a companhia abriu não só a possibilidade de doar terras, como também a de desenvolver projetos que dêem autonomia às comunidades e que permitam eliminar sua dependência da Aracruz.

Por enquanto, das sete aldeias da região, apenas uma, a de Comboios, aceita negociar com a empresa. As outras se mantêm firmes no propósito da demarcação.

O Valor tentou durante dez dias uma entrevista com o presidente da Funai, Márcio Meira, para a série "Economia na selva", mas ele não atendeu a reportagem.

Com os krenaks, de Minas, Vale quer fazer "PPP" dos índios – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007

O consórcio formado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela estatal mineira de energia Cemig deve informar na próxima semana ao Ministério Público Federal se aceita continuar pagando aos índios krenak, de Minas Gerais, um valor mensal de R\$ 450 por família, mais uma cesta básica. O pagamento estava sendo feito há seis meses, como parte de um acordo provisório com a comunidade krenak que venceu em maio.

Os krenaks habitam uma área indígena à margem do rio Doce, próximo à cidade de Resplendor, e reivindicam uma compensação pelos impactos da usina hidrelétrica Eliezer Baptista. Inaugurada em maio do ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a usina tem capacidade de geração de 330 MW, e está localizada na divisa entre Minas e o Espírito Santo.

"A usina tem grandes conseqüências sobre a vida dos índios, mas o estudo de impacto ambiental não contemplava isso", diz Waldemar Adilson Krenak administrador regional da Funai em Governador Valadares e também membro da comunidade krenak. A usina fica a 40 quilômetros da aldeia, que tem cerca de 230 índios.

Em março de 2005, o Ministério Público entrou com ação civil pública contra a Vale e a Cemig. Em dezembro daquele ano, os índios chegaram a bloquear a Estrada de Ferro Vitória-Minas para pressionar a mineradora, que tem 51% do consórcio. Na época, a Vale chegou a anunciar que os índios pediam R\$ 30 milhões. "Não há um valor estipulado. É difícil botar preço em água", afirma Waldemar.

Os índios e a população ribeirinha da região reclamam que houve redução dos peixes depois da instalação da usina e que há um aumento do número de mosquitos, que podem provocar malária e dengue. Há ainda uma questão cultural. As sobras de uma cerimônia tradicional dos krenaks costumam ser jogadas no rio Doce, para que sigam seu curso até o mar. O reservatório prejudica o ritual, segundo os índios.

O processo judicial contra o consórcio Vale/Cemig foi suspenso em outubro do ano passado, para que a Funai e a comunidade indígena fizesse uma avaliação de uma proposta de acordo oferecida pelas empresas. "A idéia é colocar um fim a essa demanda. O pagamento mensal às famílias, por seis meses, foi estabelecido até que essa proposta pudesse ser analisada", afirma o procurador do Ministério Público Federal em Governador Valadares, Flávio Behring Leite Praça.

A Vale do Rio Doce quer tornar o acordo com os krenaks exemplar. Internamente, chega-se a brincar que o convênio será "a primeira PPP indígena", em uma referência às Parcerias Público-Privadas. A idéia é que o governo mineiro integre o acordo dando suporte à saúde, educação e infra-estrutura (como a manutenção de estradas); a Funai, com os antropólogos e a supervisão do convênio e a Vale, com o apoio financeiro para projetos de auto-sustentação.

Na proposta apresentada, há projetos de agricultura, pecuária e artesanato. "Eles têm um nome forte no artesanato, uma marca importante", diz Walter Cover, diretor de projetos institucionais estratégicos da Vale. Segundo ele, pode ainda surgir algum projeto ligado a cosméticos, porque os krenaks têm acesso a uma fonte de água mineral. "Esperamos que isso esteja pronto em agosto."

A água a que se refere Cover, na verdade, não está na aldeia Krenak. Fica do outro lado do rio Doce, entre a aldeia e o Parque Estadual Sete Salões, e já é explorada comercialmente pelo fazendeiro Valdir Cher, que detém o direito de lavra. Detalhe: as garrafinhas podem ser encontrada nos restaurantes nos arredores dos municípios de Resplendor e Aimorés com o nome Água Mineral Krenak.

Os índios não recebem nada pelo uso de seu nome, mas têm se beneficiado da exploração da fonte. Há cerca de dois anos, a reserva, de 4 mil hectares, recebeu um sistema de captação, tratamento e armazenamento. A água vem da fonte mineral e a empresa que a explora autorizou que 14 quilômetros de rede fossem instalados em suas terras para abastecer os krenak.

Os índios da aldeia vivem hoje em casas de alvenaria e, segundo Waldemar, não têm outra fonte de receita além dos recursos do consórcio Cemig/Vale. "Os índios pescam e tem roças, mas pedem que os recursos mensais às famílias, de R\$ 450, sejam aumentados para três salários mínimos (R\$ 1,14 mil). É uma forma de eles terem suporte até encontrar outra forma de se sustentar", explica Waldemar.

Outra reivindicação dos índios é a demarcação de uma área de 1,8 mil hectares no Parque Estadual dos Sete Salões, à margem direita do rio Doce. No lugar há sete cavernas consideradas sagradas pelos indígenas e pinturas rupestres feitas por antepassados. Segundo a lenda, o túmulo do líder Krenak estaria no local e, como sua alma não foi alimentada após

a invasão dos brancos, ela teria se transformado em onça e passado a viver no sétimo salão de uma caverna.

A proposta de acordo feita pela Vale segue nova estratégia da empresa. No ano passado, após várias invasões, a mineradora decidiu canalizar os recursos para projetos de auto-sustentação, ao mesmo tempo em que tenta deixar as funções de assistência à saúde e à educação e a infra-estrutura sob a responsabilidade do Estado.

A companhia fechou em fevereiro acordo com os índios do Maranhão (1.090 guajajaras, 300 guajás e 320 urubu ka'apor) em que 100% dos recursos serão destinados a atividades como pecuária, fruticultura, apicultura e criação de aves. Será um total de R\$ 7,6 milhões por dez anos. Os gaviões, no Pará, que receberam R\$ 9,5 milhões em 2006 (são 555 índios), já começaram a renegociar o acordo que vence em julho e a idéia é incluir atividades como a produção de mudas. "O valor repassado a eles foi alto porque previa a construção de casas. As últimas foram entregues e eles se comprometeram a não pedir casas nos próximos dez anos", diz Cover.(RB)

Guajajaras mantêm bloqueio de rodovia – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2007

A interdição da BR-226, no Maranhão, chega hoje ao quinto dia. Os índios guajajaras, liderados pelo cacique Zé Murry, afirmam que só vão liberar o tráfego de veículos de passeio e de carga após receberem a visita de equipes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles reivindicam a reabertura dos núcleos da Funai nos municípios de Grajaú e Barra do Corda. Para evitar conflitos, a Polícia Federal tem desviado o trajeto da BR-226 para uma estrada paralela.

MST mira empresas estrangeiras - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007

Movimento espera reunir 17.500 pessoas no maior congresso da sua história, que começa amanhã em Brasília

O Movimento dos Sem-Terra (MST) realiza a partir de amanhã, em Brasília, o maior congresso de sua história. Cerca de 17.500 representantes de acampados e assentados de todo o Brasil, segundo previsão dos organizadores, participarão do encontro, que se prolonga até sexta-feira, no ginásio de esportes Nilson Nelson.

É o quinto congresso do MST. O primeiro, realizado em 1985, em Curitiba, um ano após a criação do movimento, reuniu cerca de 1.500 pessoas.

Os congressos são a instância máxima na estrutura de poder da organização, com a função de definir os seus rumos por um período em torno de cinco anos. Isso é feito a partir de debates sobre a conjuntura do País e seus principais problemas, a correlação de forças entre os diferentes setores da sociedade, as relações com o poder. "É um encontro para

debates políticos e ideológicos”, segundo João Pedro Stédile, do grupo de diretores nacionais.

No momento, o maior problema que o MST vê no campo é o avanço do agronegócio e, de modo particular, a crescente presença de empresas estrangeiras em negócios de compra de terras. Essa questão, que reflete na política de reforma agrária, terá um lugar destacado no congresso.

“Nos preocupa o processo de concentração da propriedade da terra, que vem ocorrendo em São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso do Sul, por influência do álcool e da cana”, diz Stédile. “E nos preocupa agora como o capital estrangeiro, por meio de associação com empresas brasileiras, como fez a Cargill no interior de São Paulo, ou disfarçado em fundos de investimentos, como esse do George Soros, está comprando terras no Brasil. Achávamos que isso era coisa do período colonial, mas a sanha deles é insaciável.”

Para outro integrante da direção nacional, José Batista de Oliveira, a ofensiva do capital internacional na área da produção de commodities agrícolas “é assustadora”. Segundo suas explicações, “não se trata só da posse da terra: isso envolve também o domínio da água, das florestas, da biodiversidade”.

Oliveira considera quase impossível ter uma dimensão exata do avanço das empresas estrangeiras no campo: “Normalmente, isso ocorre por meio de associações, fusões e confusões de capitais estrangeiros e nacionais, sem falar nos laranjas - que cedem os nomes para os negócios. Muitas vezes são empresas brasileiras turbinadas por capitais estrangeiros.”

Pelas observações dos líderes, é possível presumir que o congresso incluirá entre as suas bandeiras de luta para os próximos anos o ataque às empresas estrangeiras. Será um reforço para o que já vem sendo feito em alguns Estados.

Em março, na região de Ribeirão Preto, interior do São Paulo, um grupo de mulheres ligadas à Via Campesina e ao MST invadiu a usina de açúcar e álcool Cevasa. Protestavam contra a presença da Cargill, gigante norte-americana no setor do agronegócio, que há um ano comprou 63% da empresa - uma das maiores do setor. Os outros 37% ficaram com os produtores de cana que abastecem a usina.

Com a corrida pelo biocombustível e a elevação dos preços da terra, torna-se mais difícil a obtenção de áreas para a reforma agrária. A informação de que o megainvestidor George Soros, húngaro naturalizado americano, prepara-se para investir US\$ 900 milhões na montagem de uma usina de etanol, no Mato Grosso do Sul, é vista com preocupação pelo MST.

ENCONTRO - Em 2000, ao final do 4º Congresso do MST, também em Brasília, o então presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu uma comissão de representantes dos sem-terra. Neste ano, os organizadores também querem ser recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva, mas até agora não há nada agendado.

Já se sabe que o presidente, aliado histórico do MST, não será poupado no congresso que começa amanhã. Ele é acusado de ter acelerado o modelo agrícola que herdou do governo de Fernando Henrique.

FRASE - João Pedro Stédile - Líder nacional do MST - “Nos preocupa agora como o capital estrangeiro, por meio de associação com empresas brasileiras, está comprando terras no Brasil. Achávamos que isso era coisa do período colonial, mas a sanha deles é insaciável”

Incra quer rever lei sobre venda de terras - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007

Objetivo é ter mais controle sobre negociações feitas com pessoas e empresas estrangeiras

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quer rever as leis que regulam a compra de terras por estrangeiros. Já está quase pronto o texto da portaria que vai constituir um grupo de trabalho para analisar o assunto e apresentar uma proposta ao Congresso. Ele reunirá técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, com a supervisão da Casa Civil.

De acordo com técnicos do instituto ouvidos pelo Estado, as leis atuais, que permitem a compra de terras por empresas estrangeiras, desde que associadas a outras de capital nacional, não permitem nenhum controle sobre o avanço do capital externo nas terras brasileiras. Um sinal disso seria o fato de o Incra não ter sido notificado de negócios recentes, apesar do grande número de informações sobre negócios com estrangeiros veiculadas pela imprensa.

O normal seria a instituição ser informada, uma vez que os cartórios de registro de imóveis são obrigados por lei a notificar tais negócios, a cada três meses. Como isso não ocorre, supõe-se que as transações são encabeçadas por brasileiros.

Os técnicos do Incra, que é legalmente o órgão controlador fundiário do País, acreditam que os problemas começaram com a revogação, em 1994, do artigo 171 da Constituição - que definia os conceitos de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional. O objetivo era facilitar a entrada de capital estrangeiro no País.

Nesse processo, foi congelada a aplicação da Lei 5.709, de outubro de 1971, que impõe uma vasta lista de restrições aos estrangeiros interessados em terras. Na opinião do advogado Augusto Ribeiro Garcia, especializado em direito agrário, foi um equívoco: “A Emenda 6, que revogou o artigo 171, não tocou em absolutamente nada da Lei 5.709, que continua em vigor.”

Para o advogado, o equívoco deve-se a um parecer jurídico encomendado pelo próprio Incra, que não sabia como proceder: “Esse parecer, subscrito pelo então advogado-geral da União, Geraldo Magela Quintão, é embasado apenas na revogação do artigo 171 da Constituição, e não se atém aos dispositivos da Lei 5.709.”

É tal parecer, no entanto, que hoje regula os negócios fundiários com estrangeiros. “Isso está errado. Um parecer não é lei”, diz Garcia.

A preocupação do Incra encontra eco em setores do Congresso. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) é um dos parlamentares que têm conversado com técnicos do instituto sobre o tema.

Ele apóia a ênfase do governo na produção de biocombustível, mas ressalva que deve ser acompanhada de cuidados com o meio ambiente, os trabalhadores e a soberania nacional. É nesse último capítulo que entra a questão da compra de terras por estrangeiros.

“O problema não é vender ou comprar terras, mas ter meios de manter a soberania sobre a terra vendida”, diz Cristovam. “A legislação não é precisa. Veja um exemplo: o comprador vai poder construir aeroportos em suas terras?”

Operação expulsa 800 de terra indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007

Uma operação conjunta entre a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) retirou anteontem mais de 800 invasores da maior terra indígena de Rondônia. A reserva Uru Eu Wau Wau tem 1,8 milhão de hectares e fica no município de Seringueiras. De acordo com o governo de Rondônia, a terra havia sido dividida em lotes e era vendida para pequenos produtores rurais. A investigação da Polícia Federal começou há seis meses. Os invasores foram levados para instalações da Funai, da Polícia Militar e para um ginásio de esportes do município de Seringueiras. Eles serão processados por crime ambiental.

5º Congresso Nacional do MST - Jaime Amorim – Agência Carta Maior – 11/06/2007

Reunidos esta semana em Brasília, mais de 17 mil delegados participarão do maior congresso camponês da América Latina. Na pauta, a necessidade conjuntural de redefinição dos rumos da luta histórica pela Reforma Agrária.

Entre os dias 11 e 15 de junho realizaremos o 5º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Brasília. Participarão do Congresso mais de 17.500 delegados e delegadas, vindos de todas as regiões do Brasil. Este congresso deverá marcar a história como o maior congresso camponês da América Latina e, ao

mesmo tempo, marca a necessidade conjuntural de redefinição dos rumos da luta histórica pela Reforma Agrária.

O Brasil está vivendo um momento complexo de sua história. Durante 50 anos, tivemos um modelo econômico de industrialização dependente que organizou a nossa economia e, pelo menos, fazia a economia crescer. Esse modelo entrou em crise. A economia está praticamente paralisada há 20 anos. As elites brasileiras, cada vez mais subordinadas aos interesses do capital estrangeiro e dos bancos, estão implementando um novo modelo, baseado nesse capital financeiro e internacional. O chamado neoliberalismo. Mas esse modelo só agravou os problemas do povo.

A Reforma Agrária não tem mais lugar em um modelo econômico que tem seu centro apenas nas exportações, nos bancos e nos grandes grupos econômicos. Cerca de 200 empresas controlam a maior parte da economia e 78% de todas as exportações. Por isso o discurso hegemônico hoje é de que a Reforma Agrária não faz mais sentido.

Reforma Agrária não é apenas pegar um grande latifúndio, dividi-lo em lotes e largar lá os pobres do campo para que se virem. A Reforma Agrária ficou mais complexa, porque o capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da nossa agricultura, para exportar matérias-primas, para produzir celulose e energia, para sustentar o seu modo de consumo. No entanto, mais do que nunca é necessária uma Reforma Agrária. Uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir.

Durante o 5º Congresso do MST, um dos debates que deve transpassar todas as discussões é o da disputa dos dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação.

O MST está debatendo com suas bases e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude.

A Reforma Agrária não é um problema dos Sem Terra, ou do MST, ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos.

O 5º Congresso, como aponta sua palavra de ordem-tema – "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular" –, deverá sinalizar a qualificação de nossa intervenção na luta contra o latifúndio e na organização dos trabalhadores e de toda a população excluída. O tema orientador do primeiro congresso, realizado em 1985 em Curitiba, no Paraná, foi "Sem reforma Agrária, não há democracia". Uma reflexão sobre o processo de

redemocratização do Brasil. O segundo congresso, já realizado em Brasília em 1990, definiu como palavra de ordem os princípios que nos guiam permanentemente: "Ocupar, Resistir e Produzir", apontando os desafios da consolidação nacional do Movimento, da massificação e resistência contra a UDR aos desafios da produção e cooperação agrícola e do processo organizativo do MST.

Já o terceiro congresso, também realizado em Brasília, é uma conclamação à luta contra o mal do latifúndio, com o tema. "Reforma Agrária: Uma luta de todos". Em 2.000 realizamos em Brasília o nosso quarto Congresso, com o tema, "Reforma Agraria: Por um Brasil Sem Latifúndio", apontando a luta de resistência contra as políticas neoliberais.

O tema desse 5º Congresso representa os novos desafios da luta, a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social. E que a luta pela Reforma Agrária construa e acumule forças para a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil.

Certamente, continuaremos na luta, juntos, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, como é o sonho de todo brasileiro honesto e trabalhador. Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular!

Jaime Amorim é membro da Coordenação Nacional do MST.

5º CONGRESSO DO MST - Verena Glass - Carta Maior – 11/06/2007

Mais de 18 mil chegam a Brasília para discutir o futuro da reforma agrária

Cerca de 18 mil integrantes do MST estão em Brasília para participar do 5º congresso do movimento. Evento é momento interno de reorganização, mas traz possibilidade de conversas com a presidência da República e governadores de oito estados.

BRASÍLIA – Cercanias do ginásio poliesportivo Nilson Nelson, na capital federal. Os 31 mil metros quadrados de lonas e barracas, 200 banheiros, 350 chuveiros e 140 cozinhas (cada estado trouxe seus próprios alimentos e traquitanas culinárias) são apenas parte da estrutura montada nas últimas semanas em Brasília para receber cerca de 18 mil militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para o 5º Congresso do movimento. O encontro, que acontece esta semana (11 a 15), contará também com representantes de, no mínimo, outros 21 países (Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Haiti, República Dominicana, Cuba, México, EUA, Canadá, além de países da Ásia, África e Europa).

Vindos de ônibus de 24 estados do país, os primeiros participantes começaram a chegar no domingo (10), e os últimos desembarcaram barracas e lonas pretas no final da manhã desta segunda (11), tempo de fazer um almoço rápido e se instalar no acampamento antes da abertura do Congresso, previsto para às 19h.

Já por volta das 10h da manhã, por exemplo, as painéis do Paraná, uma das primeiras delegações a chegar em Brasília, com 700 pessoas, fumegavam com arroz carreteiro na cozinha arrumada, onde um “varal” de lingüiça no teto fazia as vezes de dispensa e decoração. O Mato Grosso do Sul, por sua vez, que trouxe 900 delegados e ofereceu o almoço à **Carta Maior**, teve que improvisar um pouco por ter acabado de chegar e ainda estar às voltas com lonas e colchões.

Considerado o maior congresso da história do MST, o encontro desta semana é visto pelo movimento como um momento interno de formação e articulação política. Na pauta, análises da conjuntura política nacional e internacional, o aprofundamento do debate sobre o modelo agrícola aplicado no país e suas fragilidades, a inserção da reforma agrária neste contexto, o conceito de soberania alimentar, e os desafios organizativos do movimento.

Por outro lado, além de formular uma agenda concreta para a pequena e média agricultura e a reforma agrária – a “Carta dos Sem Terra à Sociedade Brasileira”, discutida por todas as delegações durante as últimas semanas, deve ser divulgada ainda antes do término do congresso –, o MST também admite a possibilidade de uma audiência com o presidente Lula, e prevê uma conversa com governadores abertos à questão da reforma agrária em graus diversos, como Roberto Requião (PR), José Roberto Arruda (DF), Ana Júlia Carepa (PA), Jackson Lago (MA), Marcelo Déda (SE), Eduardo Campos (PE), Cássio Cunha Lima (PA) e Jaques Wagner (BA), convidados para um diálogo no dia 14 pela manhã.

De acordo com Vanderlei Martini, membro da coordenação nacional do MST em Minas Gerais, a intenção do movimento não é depositar em diálogos com o poder público as expectativas de avanço da reforma agrária, que dependeria majoritariamente da luta dos movimentos sociais, mas alguma movimentação neste sentido poderia significar uma injeção de ânimo nos 18 mil participantes do evento.

Segundo Martini, o congresso terá como um de seus principais debates o desafio do MST quanto às estratégias de organização e luta do movimento diante de uma conjuntura cada vez menos propícia à implementação da reforma agrária enquanto política nacional de desenvolvimento, uma vez que, no interior do governo, a questão é vista cada vez mais como um paliativo de compensação social.

“Já tivemos governos piores para a reforma agrária do que o Lula, principalmente em relação à repressão ao movimento. Mas este governo fez uma clara opção pelo agronegócio em detrimento da reforma agrária”, explica Martini. Para ele, o modelo agroexportador baseado em grandes monoculturas, como a soja, os agrocombustíveis (cana e grãos para biodiesel) ou madeira para papel e celulose, mantém os problemas históricos de concentração fundiária. Assim como aprofunda as distorções do uso do solo e da produção de alimentos para commodities agroindustriais.

“Assim, se ficarmos esperando o governo mudar alguma coisa, esperaremos sentados. Precisamos inovar em nossas formas de luta, aprofundar a articulação com outros setores da sociedade, investir na juventude. A crise geral das esquerdas, o descenso das lutas sociais, tudo isso deixou a militância muito sem perspectivas. Por isso, a urgência da reforma agrária como pauta aglutinadora”, diz o dirigente do MST.

MST espera apoio de sete governadores – Estado de São Paulo – Nacional – 11/06/2007

O Movimento dos Sem-Terra (MST) espera a participação de pelo menos sete governadores no 5º Congresso Nacional que será aberto hoje à noite, em Brasília. Eles devem comparecer na quinta-feira para manifestar apoio ao movimento pela terra. O congresso se encerra no dia seguinte. Estão na lista do MST Jaques Wagner (BA), Ana Júlia Carepa (PA), Eduardo Campos (PE), Roberto Requião (PR), Jackson Lago (MA) e Cássio Cunha Lima (PB), além do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Reforma agrária, por justiça e soberania popular – João Pedro Stedile – Folha de São Paulo – Opinião – 11/06/2007

ESTAMOS enfrentando um novo momento da luta pela reforma agrária, no qual a agricultura se apresenta numa verdadeira encruzilhada. De um lado, o futuro de mais de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais e das nossas riquezas naturais. De outro, as forças do latifúndio aliadas com grandes grupos estrangeiros que adotaram o modelo agroexportador como única forma de organizar a produção agrícola. O agronegócio dá prioridade às monoculturas em grande escala, por meio da expulsão do homem do campo com a mecanização, do uso de agrotóxicos sem responsabilidade e da agressão ao ambiente. Até matam camponeses e indígenas, como apontam levantamentos da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O objetivo é o lucro fácil e o aumento das exportações para sustentar o modelo neoliberal. Isso tem como resultado concentração da terra, riqueza e renda. Conseqüentemente, aumenta a desigualdade, o número de pobres e o êxodo rural que engrossa as favelas das cidades. Os seus porta-vozes em jornais, nas universidades e até no governo Lula se atrevem a dizer que a questão agrária está resolvida. Sim, têm razão! Está resolvida para garantir os interesses do latifúndio e do capital financeiro. Mas as necessidades do povo brasileiro continuam sem solução.

Estamos reunidos em mais de 18 mil trabalhadores rurais para debater a necessidade de um modelo agrícola democrático, que garanta a todos acesso a trabalho, terra, água e sementes. Temos o apoio e a companhia de amigos que atuam em igrejas, universidades e no Parlamento, além do movimento sindical, popular e camponês internacional. O 5º Congresso Nacional do MST é realizado num momento especial da nossa história, quando o país precisa de um modelo agrícola que aponte para a geração de emprego, distribuição de renda e acesso à educação para as famílias do meio rural. Aí está o

significado de uma verdadeira reforma agrária, com justiça social e soberania popular: todo cidadão brasileiro deve ter direito a terra, emprego e renda.

Precisamos de uma nova organização da agricultura, com prioridade à produção de alimentos para o mercado interno, usando técnicas agrícolas que respeitem o ambiente e preservem a saúde dos consumidores. Para isso, deve estar submetida aos interesses da sociedade, não apenas ao lucro de grupos financeiros. Em mais de 20 anos, passamos por momentos importantes da vida do povo. Militamos pela redemocratização e ajudamos a preservar o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Resistimos às privatizações e denunciemos os efeitos do neoliberalismo desde a era FHC. Ajudamos a eleger uma candidatura historicamente comprometida com a luta contra o latifúndio.

Mas não faltam aqueles que nos atacam dizendo que a reforma agrária é cara. Nada dizem sobre os R\$ 600 bilhões, denunciados até pelo vice-presidente José Alencar, que foram repassados pelo governo aos bancos nos últimos quatro anos. Outros repetem que a democratização da terra é ineficiente. Ineficiente é o latifúndio do agronegócio, que impede a atualização dos índices de produtividade no país, sobrevive com financiamentos públicos e faz anualmente renegociações para não pagar suas dívidas com os cofres públicos. O modelo agroexportador, que escravizou nosso povo por séculos, também era eficiente - à custa do trabalho escravo. Nos nossos assentamentos, todos têm trabalho, alimentação, moradia e educação para todas as crianças. É a dita ineficiência. A reforma agrária não é apenas uma questão de eficiência produtiva, mas de justiça social e soberania popular.

O MST seguirá organizando os trabalhadores para que lutem por seus direitos e por uma sociedade mais justa. É claro que a participação dos pobres é um incômodo para a classe dominante e governante, porque sabe que somente a luta pode sustentar as mudanças sociais.

Estamos convencidos de que a reforma agrária não é só algumas medidas de compensação social ou a mera distribuição de lotes, como a burguesia fez no passado em todos os países industrializados e desenvolvidos.

Um novo modelo de produção agrícola implica a derrota do neoliberalismo e da voracidade do capital internacional, que quer controlar terra, sementes, água, mão-de-obra e o mercado nacional. Temos consciência de que essas mudanças não dependem apenas dos sem-terra, mas de uma grande aliança entre todas as forças sociais do país em torno de lutas da sociedade brasileira.

JOÃO PEDRO STEDILE , 52, economista, é integrante da direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Incrá quer concentrar desapropriações em pontos estratégicos; sem-terra terão de migrar para local selecionado pelo governo

O governo federal definiu uma mudança de estratégia para tentar diminuir o número de famílias sem-terra acampadas. Nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, um certo ponto de cada Estado irá concentrar as desapropriações de áreas aos novos assentamentos de reforma agrária.

Na prática, cada um desses Estados terá, a partir de agora, uma espécie de microrregião específica para a criação de projetos de assentamento. A idéia do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é que famílias sem-terra de outras regiões de um mesmo Estado sejam convencidas a migrar ao ponto escolhido pelo governo -haverá resistência, pois os movimentos e as entidades de lavradores estão acostumados a pressionar pela desapropriação justamente das áreas invadidas.

Rolf Hackbart, presidente do Incra, diz que essas serão as chamadas "áreas reformadas" dos Estados. Vários fatores irão defini-las, entre os quais a concentração de terra (ou seja, onde há muitos hectares nas mãos de poucos proprietários). "Nessa área reformada tem de haver a seguinte combinação: a maior concentração da propriedade e que a terra seja viável para a agricultura. Além disso, que tenha uma maior demanda por terra e a possibilidade de acesso ao mercado."

Quando sugere a migração dos acampados para as "áreas reformadas", o governo sinaliza que, pelo menos em princípio, não deseja continuar desapropriando áreas a reboque das pressões dos movimentos.

A orientação do Planalto ao Incra é priorizar os acampados. Mas o fato de uma família estar há cinco anos debaixo de um barraco de lona, por exemplo, não será critério no momento de selecioná-la para preencher um novo lote de assentamento (leia texto nesta página).

Ao traçar esse plano, o governo quer amenizar a dívida deixada com os movimentos no primeiro mandato. O recado é especialmente dirigido ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que, entre amanhã e sexta-feira, em Brasília, espera reunir pelo menos 15 mil integrantes em seu 5º Congresso Nacional.

Entre 2003 e 2006, a maioria das famílias foi assentada na região amazônica -ou seja, longe das bases dos sem-terra. Atualmente, no país, há cerca de 200 mil famílias (quase 1 milhão de pessoas) vivendo em acampamentos, a maioria delas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Em 2007, a meta é assentar 100 mil famílias. O comando do Incra, porém, sabe que não depende só de vontade própria para pôr em prática esse plano, que inclui ainda a meta de diminuir de 18 para sete meses o período médio entre a vistoria de uma área e o assentamento das famílias.

O órgão, assim como os líderes sem-terra, aguarda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpra a promessa, feita dois anos atrás, de atualizar os índices de produtividade usados como critério para desapropriar uma propriedade rural para fins de reforma agrária.

MST abre hoje congresso e faz campanha – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo - Brasil – 11/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) quer aproveitar o seu 5º Congresso Nacional, que começa hoje e vai até sexta-feira em Brasília, para relançar uma campanha pela definição do limite máximo da propriedade da terra no país.

O movimento também revelará a pelo menos 15 mil integrantes o conteúdo de uma reunião sigilosa, ocorrida em agosto de 2002, com o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na época, no auge da campanha eleitoral, Lula procurou representantes de movimentos e entidades do campo e os convenceu a tirar das ruas a campanha pela emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade.

Lula foi direto, segundo relatos de alguns dos presentes. Disse que aquela discussão poderia prejudicá-lo.

E, ao sugerir uma troca de favores, usou o termo "canetada" para dizer que faria uma reforma agrária rápida e tranqüila.

Agora, o movimento quer denunciar o que, nos bastidores, chamam de "rasteira" passada por Lula.

Oficialmente a campanha deve ser relançada no fim de julho. Até lá, será definido o tamanho limite de propriedade a ser defendido. (ES)

FAMÍLIA ACAMPADA NÃO TERÁ GARANTIA DE ACESSO A TERRA – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2007

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que o fato de uma família estar acampada em um barraco de lona não será critério para definir os selecionados para assentamentos -a família tem de se encaixar nos critérios do Incra. "Os movimentos podem ajudar na seleção das famílias, mas o Incra é que vai dizer quem vai ou não ser assentado."

Temas agrários são debatidos na III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 11/06/2007

Impactos do cultivo da cana-de-açúcar nos assentamentos, agricultura familiar, questões de gênero e cultura e soberania alimentar. Esses são alguns dos temas que vão estar presentes na pauta da III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, de quarta (13) a sexta-feira (15), em Campinas (SP).

Organizado pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Feagri/Unicamp) e pelo Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHES), o evento tem apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Conforme Sônia Bergamasco, uma das coordenadoras do encontro, a III Jornada pretende dar continuidade às discussões e reflexões desencadeadas nas duas Jornadas anteriores (questões da família, cultura e gênero), incluindo elementos novos “cuja importância está diretamente relacionada às constantes transformações que a realidade impõe aos assentamentos rurais”. Dentre esses temas está, por exemplo, a expansão da cultura canavieira no estado de São Paulo, que avança sobre propriedades familiares e áreas de assentamento.

“Fenômenos como esse abrem espaço para discutirmos políticas públicas e segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, experiências técnicas alternativas de produção e muitos outros temas”, enumera a professora.

Três mesas-redondas irão agrupar os blocos principais de discussão. Entre os debatedores estão pesquisadores, representantes de órgãos do governo e de movimentos sociais. Além disso, temas como educação no campo; juventude rural; estratégias de produção e de geração de renda; gestão, planejamento e ocupação do espaço; questões ambientais e questões jurídicas da luta pela terra irão figurar em mais de 80 trabalhos apresentados oralmente e em pôsteres por estudantes.

Conferência na programação

A III Jornada também irá contar com uma conferência. O convidado é o pesquisador chileno Jacques Chonchol. Engenheiro agrônomo, Chonchol atuou como perito junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em diversas missões na América Latina, entre 1957 e 1961 (México, Peru, Colômbia, Cuba).

Em 1970, passou a ocupar a posição de ministro da Agricultura do governo de Salvador Allende. Chonchol foi diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina na Universidade de Paris III – até o ano de 1993 – e atualmente é professor da Universidade Arcis, em Santiago, Chile.

Intitulada Impacto da Globalização na Agricultura Campesina Latino-americana, a conferência acontecerá no dia 15, às 9h.

NEAD na III Jornada

O NEAD estará presente no evento promovendo o lançamento regional da publicação e do CD-ROM Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República, no dia 13 de junho, às 18h30. As obras foram produzidas em conjunto com o Projeto República, da Universidade Federal de Minas Gerais.

As produções apresentam uma reflexão sobre as abordagens da questão agrária por diferentes tradições do pensamento brasileiro. O livro é uma coletânea de textos acadêmicos que, segundo os autores, focou o tema proposto em dois suportes conceituais

principais: o tema da tradição, responsável por demarcar, no tempo e no espaço, características distintivas da formação social e histórica brasileira; e o conceito de utopia, através do qual foi possível reforçar um traço crítico e criativo em movimentos sociais e políticos, como o de Canudos, que descobriam novas formas de vida guiados pelo desejo de uma sociedade justa e boa.

O CD-ROM procura tornar amplamente acessíveis os resultados da pesquisa, aproveitando, também, os variados recursos que o suporte oferece. O CD convida o usuário a descobrir o universo agrário através de personalidades e ícones da história agrária do País. Além dos textos, o CD traz um vasto material fotográfico, mapas, trechos de filmes escolhidos entre mais de 300 produções pesquisadas e músicas populares que remetem ao tema.

Mostra de filme

No dia 14, também está prevista a exibição do filme *Expedito – Em Busca de Outros Nortes*, de Beto Novaes, produzido com o apoio do NEAD. O NEAD também vai manter, durante o encontro, um estande institucional onde o público poderá conhecer alguns títulos da produção editorial do Núcleo, dividida em publicações das séries NEAD Especial, NEAD Estudos e NEAD Debate.

Mais informações e a programação completa da III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais podem ser obtidas no site <http://www.feagri.unicamp.br/eventos> ou pelo telefone (19) 3521-1066.

Terra pública não é terra de ninguém - Raimundo Pires Silva – Valor Econômico – Opinião - 11/06/2007

Inferno verde, vazio demográfico, pulmão do mundo... Muitos têm sido os mitos sobre a Amazônia e danosas suas conseqüências ao nortear projetos governamentais. Diante dos fracassos do passado e das exigências futuras para o desenvolvimento do Norte do país, é imprescindível uma ruptura com o senso comum e a discussão aprofundada sobre esse bioma continental. O problema estrutural básico da região, a falta de ordenamento fundiário, veio à tona recentemente com a decisão da Justiça Federal de Altamira, no Pará, que determinou a retirada imediata de grileiros da fazenda Curuá, a maior área grilada do Brasil, com 4,7 milhões de hectares. Não por mera coincidência, a fazenda está localizada na região conhecida como Terra do Meio, palco de alguns dos mais graves conflitos fundiários do país.

Um novo ciclo de desenvolvimento para a Amazônia, compromisso materializado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a recriação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), requer combate implacável à grilagem. Para isso, são necessárias uma base cadastral fidedigna dos imóveis rurais e a retomada das áreas públicas, objetivo do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É preciso lembrar que toda propriedade rural brasileira foi, na sua origem, terra pública. A apropriação privada só se tornou possível com a Lei de Terras de 1850, que deflagrou uma corrida pela posse da terra em que a ilegalidade não raro foi a regra. O termo "grilagem", por exemplo, tem origem em um método engenhoso e pitoresco: o documento falso era colocado em um recipiente fechado, junto com grilos vivos. Os insetos roíam parte do documento e exalavam substâncias que amareleciam o papel. Com aspecto envelhecido,

o documento poderia ser utilizado para "comprovar" uma ocupação anterior à promulgação da Lei de Terras.

Ainda hoje o poder público se vê às voltas com grileiros em quase todo o país. Em muitos Estados, ocorrem fenômenos curiosos, como fazendas de dois, três ou mais "andares", tantos são os títulos com áreas sobrepostas em função da ocupação desordenada. Isso leva a absurdos, como em Ladário, no Mato Grosso do Sul, onde a soma das áreas dos imóveis rurais cadastrados é mais de seis vezes maior que a superfície territorial do município.

Mas é na Amazônia legal, região que corresponde a 60% do território nacional, que o problema da grilagem adquire dimensões colossais. Do tamanho dos territórios da Bélgica e Holanda somados, a fazenda Curuá, por exemplo, se sobrepõe à totalidade das terras indígenas Xypaia e Curuaya, da Floresta Nacional de Altamira, sobre 82% da Terra Indígena Baú e parte da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

Ao desatar o nó fundiário da Amazônia, governo cria condições indispensáveis aos investimentos para desenvolver a região

O emaranhado fundiário da Amazônia agravou-se com o projeto de integração nacional do regime militar, sustentado pelo mito do "vazio demográfico", como se ali já não vivessem povos indígenas, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos. Por meio de grandes obras de infra-estrutura e incentivos fiscais a projetos agropecuários, o governo desencadeou fluxos migratórios e uma exploração predatória que se revelaram ecológica e socialmente catastróficos. O saldo desse modelo de ocupação é perceptível ainda hoje nas estatísticas de violência no campo.

Esse cenário de "terra sem lei" também favoreceu a proliferação de relações de trabalho degradantes, análogas à escravidão. Dos cerca de 18 mil trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho entre 1995 e 2005, mais de 78% estavam em Estados da Amazônia legal, 37,5% deles só no Pará. Aqui, destaca-se a reforma agrária como uma das políticas mais importantes no combate ao trabalho escravo. Assentamentos rurais têm possibilitado a inclusão social de trabalhadores resgatados. E a reforma agrária também tem sido feita nos municípios de origem e aliciamiento desses trabalhadores, a maioria da região Nordeste, como forma de propiciar condições de vida digna a quem, por absoluta falta de opção, se deixa seduzir pelas promessas dos "gatos", como são chamados os agenciadores de mão-de-obra a serviço dos grileiros.

Diferentemente dos antigos projetos de colonização do regime militar, a reforma agrária é considerada hoje uma forma de garantir a ocupação não-predatória das áreas retomadas pela União. Com esse objetivo, foram criados modelos de assentamento que conciliam a produção agrícola com a conservação ambiental, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) e de Assentamento Florestal (PAF).

Além disso, ao desatar o nó fundiário da Amazônia, o governo cria as condições indispensáveis às políticas públicas e aos investimentos voltados ao desenvolvimento da região. Resultados significativos já têm sido alcançados: só no município de Lábrea, no Amazonas, o Incra retomou 1,335 milhão de hectares de terras públicas. Com isso, é possível reverter o processo de expulsão sofrido nas últimas décadas pelas populações tradicionais, assegurando o seu direito à posse da terra.

A integração possível para a Amazônia não é, portanto, a de uma "fronteira aberta". Tampouco sua integração ao mercado externo, baseada numa divisão internacional do trabalho em que a região se encaixe como mera exportadora de matéria-prima. Integrar a Amazônia é reconhecer a legítima posse da terra pelos povos que ali resistiram a séculos de violência. O Judiciário tem importante papel nesse processo e a recente decisão da Justiça Federal sobre a desocupação da fazenda Curuá cria um precedente importante: o juiz proibiu o Ibama de pagar qualquer tipo de indenização aos grileiros. O recado foi claro: terra pública não é "terra de ninguém", é do povo brasileiro.

Raimundo Pires Silva é engenheiro agrônomo formado pela Esalq, mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Unicamp e superintendente regional do INCRA-SP.

Congresso quer ser marco contra 'políticas neoliberais' do governo Lula - Verena Glass - Carta Maior – 12/06/2007

No ato de abertura, dirigente do MST diz que evento terá de ser marco na resistência contra a nova fase do poder econômico no campo, fortalecido politicamente pelo incentivo estatal.

BRASÍLIA – Completamente tomado por militantes do MST, o estádio Nilson Nelson, em Brasília, foi palco da abertura do maior congresso da história do movimento, que reúne esta semana cerca de 18 mil delegados e mais de 500 convidados de várias organizações brasileiras e internacionais.

Depois de uma longa representação teatral da realidade dos trabalhadores rurais, da luta pela terra e dos principais preceitos políticos e ideológicos do MST - a chamada mística -, a dirigente nacional do movimento em Brasília, Marina dos Santos, abriu oficialmente o evento com o posicionamento político do MST sobre os desafios para o próximo período, visto como crucial para o futuro das lutas sociais do país.

“Com certeza, estamos realizando o congresso no momento mais oportuno da História e da correlação de forças na América Latina. Oportuno, porque estamos presenciando em todo o mundo a intervenção do imperialismo através das guerras, da invasão em países para disputar os recursos naturais, dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o BIRD e o FMI. Oportuno, porque vivenciamos no Brasil, através da estrutura do Estado burguês, a manutenção dos privilégios e a defesa dos interesses das elites, seja através do Legislativo, Executivo ou do Judiciário”, afirmou Marina.

Segundo a dirigente do movimento, frente à estratégia do governo de priorização das transnacionais, às políticas de incentivo da produção de monocultivos, à liberação e uso de transgênicos e agrotóxicos, e à opção de tratar a Reforma Agrária como compensação social, vem se fortalecendo no campo um novo tipo de poder econômico que tem investido

em formas de controle também dos recursos naturais, como sementes, biodiversidade, e água, entre outros.

“Por isso, companheirada, nosso 5º Congresso tem que ser um marco na História da classe trabalhadora. Um marco contra o imperialismo, um marco contra as políticas neoliberais desse governo, um marco contra as transnacionais, um marco na luta por uma legislação que limite o tamanho máximo da propriedade, uma certeza na orientação de Florestan Fernandes: não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, obter conquistas para o povo. E, sobretudo um marco na construção de um instrumento de luta que reacenda o movimento de massas e possibilite um projeto político, popular, revolucionário, que resolva os problemas sociais do povo brasileiro, da América Latina e do mundo”, conclamou Marina.

Em um segundo momento, a dirigente do MST reforçou as conquistas do movimento não apenas no campo político, mas também no cultural, uma vez que a formação e a educação dos militantes é uma das principais estratégias do movimento. “Ainda temos muito o que fazer, enfrentar muitos desafios, mas já podemos nos honrar em ter e estar formando nossos próprios médicos, pedagogos, agrônomos, advogados, administradores e a militância num alto grau de consciência política e ideológica. Aprendemos que ninguém é imprescindível, e que quem conduz a organização de massa é o coletivo”.

Sobre a formação política, Marina reforçou que os “inimigos sabem que, mais eficaz do que a morte [de militantes por pistoleiros] para nos derrotar, seria a morte de nossos valores, a morte da crença na nossa profunda solidariedade, da nossa dedicação integral na construção de um novo mundo para nossos filhos e filhas e para as próximas gerações. Não tenhamos dúvidas, podem nos tirar tudo, menos os valores socialistas e humanistas”.

“Precisamos, sobretudo, cuidar e valorizar o nosso maior patrimônio, que é a nossa militância. Esta militância, mesmo com todas as dificuldades e problemas, faz o MST acontecer, cuida e constrói a base de sustentação do Movimento, que é a unidade, a disciplina e a participação”, acrescentou Marina, e concluiu: “do ponto de vista humanista e socialista, o MST já é patrimônio da humanidade, por isso temos que cuidar. Nós não devemos ter medo de ser chamados de revolucionários, porque graças à nossa luta e organização estamos vendo milhares de pessoas que antes passavam fome, hoje se alimentam com fartura todos os dias. Estamos vendo centenas de pessoas que eram analfabetas, que nunca tiveram a oportunidade de sentar num banco de escola, hoje lendo, escrevendo, e muitos de nós freqüentando a universidade. Estamos vendo pessoas que já estavam em um grande nível de degradação social, hoje com os valores do amor, da solidariedade, da cooperação, do cuidado. Gente com dignidade. Tudo isso é revolucionário”.

“Ringue”

Enquanto o MST buscou reafirmar o caráter evento interno do congresso, espaço destinado à formação e ao debate político do movimento, alguns convidados na mesa de abertura trocaram farpas.

Apesar de ser considerado um “aliado histórico” do PT, o MST reforçou a posição de autonomia em relação ao governo, com o qual mantém um diálogo sobre questões agrárias como buscou fazer com todos os governos, e ao qual aplica a máxima que “qualquer governo é como feijão duro, se não botar pressão, não cozinha”.

Ja o dirigente nacional do PSTU e coordenador do movimento sindical Conlutas, José Maria de Almeida, convidado para a mesa de abertura do congresso, aproveitou o gancho das novas acusações de irregularidades envolvendo nomes ligados ao governo para criticar o presidente Lula e chamar ao enfrentamento, uma vez que os heróis dos movimentos sociais continuariam sendo “os cortadores de cana, os trabalhadores rurais e os operários” – uma alusão à eleição dos usineiros como heróis nacionais por Lula.

Por sua vez, o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, criticou as radicalidades que poderiam por em cheque uma ainda frágil unidade dos movimentos de esquerda, que se unificaram pela primeira vez na jornada nacional contra ataques a direitos trabalhistas e por avanços nas políticas sociais, no último dia 23 de maio.

“Para continuarmos a construir a unidade, teremos que romper amarras”, disse Artur, indicando inclusive possíveis conteúdos mais radicais de textos que seriam estudados e elaborados pelo MST em seu congresso. “Temos que romper com sectarismos e vanguardismos para mantermos a unidade”, concluiu.

MST veta presença de Lula em seu congresso nacional - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/06/2007

Líderes avisam que, se presidente quiser, comissão vai ao Planalto discutir

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia comparecer ao 5º Congresso Nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), que começou ontem, em Brasília, mas foi vetado pelos líderes do movimento. O dirigente nacional Vanderlei Martini disse ao Estado que a Casa Civil acenou com a possibilidade de o presidente ir ao ginásio Nilson Nelson, onde se realiza o Congresso, mas a coordenação recusou.

“A conexão foi feita pelo secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, e pelo ministro Tarso Genro, da Justiça”, contou Martini. “Nós respondemos que o principal objetivo não era receber ou ser recebido pelo presidente, mas discutir a reforma agrária.” Foi dito aos dois que, se Lula quisesse, uma comissão do MST poderia ir até ele depois do congresso. Procurados, os ministros não foram encontrados.

Com essa posição, o MST pretende se distanciar de um de seus principais aliados. O descontentamento com o governo será manifestado numa carta a ser entregue ao presidente quinta-feira. O texto ainda será definido durante os debates, mas Martini adiantou que a mensagem conterà “críticas duras” como jamais Lula ouviu do MST.

Ao ser indagado se o movimento vai romper com o governo, ele disse que é o presidente que se afasta dos movimentos sociais. “Não é o MST que está rompendo. O que se deve perguntar é por que o governo Lula está se afastando do povo e, cada vez mais, se aproxima do agronegócio e dos banqueiros.” O líder contou que entre militantes há grande desapontamento com o governo. “O sentimento é de decepção. São mais de 350 mil famílias só do MST que continuam acampadas. O governo Lula sabe que está devendo ao MST.”

Ele afirmou que até o ex-presidente Fernando Henrique, que tratava o MST como “inimigo”, assentou mais. “Foram 130 mil famílias assentadas nos últimos quatro anos de FHC e apenas 86 mil em período igual de Lula.”

Na abertura do Congresso, à noite, a dirigente Marina dos Santos, acusou o governo de dar prioridade ao capital internacional em detrimento das reformas que poderiam melhorar a distribuição de renda. Ela disse que o governo mantém a política de seguir à risca as regras internacionais e nada faz contra os “privilégios e interesses das elites”.

Sem-terra armam cidade de lona perto do Planalto - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/06/2007

Montagem de galpões e barracos, perto da Esplanada dos Ministérios, mobilizou 2 mil pessoas

O Movimento dos Sem-Terra (MST) ergueu uma cidade de lona em Brasília, a 5 quilômetros do Palácio do Planalto, para abrigar durante cinco dias os 18 mil participantes do seu 5º Congresso, aberto ontem à noite. Foram usados 31 mil metros quadrados - equivalentes a mais de cinco gramados de futebol - para erguer os barracos transformados em grandes dormitórios, cozinhas e refeitórios.

Os galpões de lona e as barracas menores, individuais, cobrem as áreas de estacionamento e se espalham pelo entorno do estádio Mané Garrincha, na Asa Norte, perto da Esplanada dos Ministérios. A montagem da estrutura mobilizou 2 mil pessoas durante uma semana. As 140 cozinhas vão preparar cerca de 30 toneladas de alimentos por dia até o encerramento do congresso, na sexta-feira. Os produtos vieram dos assentamentos. A carne seca, trazida pelas comitativas do Nordeste, foi estendida ao sol em longos varais.

O aroma de comida que desprenhia dos painéis despertou o apetite do assentado Luís Beltrame, de 98 anos - o mais velho congressista. Ele viajou de ônibus do interior de São Paulo e, apesar da idade, espera ter disposição para participar do próximo, em 2012. “Vou ter mais de 100, mas saúde eu tenho.”

A partir de hoje, vai funcionar a Feira da Reforma Agrária oferecendo a produção dos sem-terra. São produtos de processamento artesanal e semi-industrial e peças de artesanato, além de roupas e alimentos produzidos por cooperativas.

O governador José Roberto Arruda liberou 50 caminhões-pipa e 20 caixas de água de mil litros para abastecer o acampamento. Também forneceu os 200 banheiros químicos que serão usados nos cinco dias do evento. Segundo Arruda, a colaboração visa a evitar problemas de saúde por falta de saneamento básico para os acampados.

Os debates, palestras e atividades internas vão se concentrar no Ginásio de Esportes Nilson Nelson, também cedido pelo governo. Nas cabines e setores sociais foi montada a estrutura de apoio: salas de imprensa, informática, som, centro de processamento de dados e secretarias. Todos os participantes serão cadastrados e vão receber uma pasta contendo três livros. Os cerca de 50 mil exemplares foram doados pela editora Expressão Popular, ligada ao movimento.

Foi montada uma escola para as 1.500 crianças com até 11 anos que acompanham os pais. “Muitos, como eu, vieram com a família”, disse o militante Cledson Mendes, do Pontal do Paranapanema (SP), que viajou com a mulher e os dois filhos. Os 500 professores são do próprio MST.

A organização está dividida em brigadas. A de teatro conta com 35 grupos e vai apresentar peças nos intervalos dos debates. Possíveis emergências e problemas de saúde serão atendidos por uma equipe interna e outra cedida pelo governo, que conta com ambulância.

Este é o maior congresso do MST desde a primeira edição, realizada em 1985 com 1.500 delegados. Em 1990 foram 4 mil participantes, em 1995, 6 mil e, em 2000, 12 mil.

Lula não é convidado para congresso do MST – Eduino Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2007

Coordenadores avaliam que discurso de presidente prejudicaria "tom crítico" que pretendem dar ao governo no evento

Movimento planeja reunir cerca de 15 mil em frente ao Planalto para pressionar petista a receber comissão; presidente estará no Rio

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu não convidar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o 5º Congresso Nacional do movimento, que começou ontem, em Brasília, com cerca de 15 mil sem-terra e recheado de ataques ao governo petista.

A avaliação dos coordenadores do MST é que, com um microfone em mãos, o petista tem tudo para empolgar os sem-terra e, ao mesmo tempo, colocar em risco o tom crítico que o congresso quer ter em relação ao governo.

O efeito seria mais devastador ao MST diante da possibilidade de os militantes levarem o recado de Lula aos seus acampamentos e assentamentos -espalhados em 24

Estados. O objetivo do congresso é traçar os rumos do movimento para os próximos cinco anos.

Na quinta, a idéia do movimento é organizar uma marcha até a praça dos Três Poderes e concentrar ao menos 15 mil sem-terra diante do Planalto. O efeito de pressão direta contra Lula, porém, pode ficar esvaziado. Isso porque, neste dia, o presidente estará no Rio, onde cumpre agenda durante todo o dia. Por conta disso, o MST avalia antecipar a marcha em um dia. O congresso termina sexta-feira. O movimento tem cobrado encontro com Lula desde 2006. O presidente tem resistido em recebê-los. No mês passado, conversa reservada chegou a ser agendada para a residência da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), mas foi cancelada devido à Operação Navalha da PF. Em 1985, por exemplo, Lula representou o PT no primeiro congresso nacional do movimento, em Curitiba. A relação entre eles, porém, vem se acirrando nos últimos anos. De um lado, Lula se transformou num crítico às metas quantitativas de assentamentos e às ações simbólicas do MST, como a recente invasão à usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Por outro lado, o movimento, entre outras críticas, faz propaganda contra a política de incentivo do governo à produção de biocombustíveis e reclama que seus acampados (falam em 140 mil) não foram atendidos.

Ontem à noite, na abertura do congresso, num ginásio de Brasília, o discurso oficial do MST ficou por conta de Marina dos Santos, da coordenação nacional do movimento. Em sua fala, lida, atacou as políticas econômica e de reformas do governo. "É um governo que trata a reforma agrária como compensação social", disse Marina, que, diante de sem-terra e representantes de partidos, de centrais sindicais e da Igreja Católica, criticou ainda a "mídia conservadora" e "nefasta" do país.

No atual congresso, o MST quer denunciar o avanço conjunto do latifúndio, do capital financeiro e das empresas transnacionais no campo. Para isso, montou uma megaestrutura no centro de Brasília para receber os integrantes. O aparato inclui 24 cozinhas (uma para cada Estado), 350 chuveiros e 200 banheiros químicos, além de barracos que, juntos, somam 31 mil m² de lona.

MDA realiza seminário sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007

O I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) começou nesta quarta-feira (13), às 9h, no Hotel Retiro das Pedras, em Valparaíso, na região do entorno de Brasília. A solenidade de abertura contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho, de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e do Banco Mundial.

O seminário acontece até o dia 15 com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo do encontro é abrir um processo de discussão e avaliação

do programa no período 2002/2007, além de construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

No encontro, serão debatidas duas demandas importantes dos movimentos sociais: a renovação do acordo de empréstimo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Banco Mundial e a implementação do PNCF como política pública.

Como funciona o programa

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e propiciar qualidade de vida aos trabalhadores rurais. Isso ocorre por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o Crédito Fundiário é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47.682 famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Serviço

O quê: abertura do I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Data/hora: amanhã (13), às 9h. O seminário continua até o dia 15.

Local: Hotel Retiro das Pedras (Rodovia DF 495, km 08 – Valparaíso, em Goiás, na região do entorno de Brasília)

Sem-terra evitam convite a presidente – Valor Econômico – Política - 12/06/2007

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu não convidar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o 5º Congresso Nacional do movimento, que começou ontem, em Brasília, com cerca de 15 mil sem-terra. A avaliação dos coordenadores do MST é que, com um microfone em mãos, o petista tem tudo para empolgar os sem-terra e, ao mesmo tempo, colocar em risco o tom crítico que o congresso quer dar ao governo. O efeito seria mais devastador ao MST diante da possibilidade de os militantes levarem o recado de Lula aos seus acampamentos e assentamentos - espalhados em 24 Estados.

Até sexta-feira, quando termina o congresso, a idéia do movimento é organizar uma marcha até a praça dos Três Poderes e concentrar ao menos 15 mil sem-terra em frente ao Planalto. Diante disso, com a pressão do outro lado da rua, Lula receberia em seu gabinete um grupo de dirigentes dos sem-terra.

O MST tem cobrado encontro com Lula desde 2006. O presidente tem resistido em recebê-los. No mês passado, conversa reservada chegou a ser agendada para a residência da

ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), mas foi cancelada devido à Operação Navalha da Polícia Federal.

Em 1985, por exemplo, Lula representou o PT no primeiro congresso nacional do movimento, em Curitiba. A relação entre eles, porém, vem se acirrando nos últimos anos. De um lado, Lula se transformou num crítico às metas quantitativas de assentamentos e às ações simbólicas do MST, como a recente invasão à usina hidrelétrica de Tucuruí.

Por outro lado, o movimento, entre outras críticas, faz propaganda contra a política de incentivo do governo à produção de biocombustíveis e reclama que seus acampados (cerca de 140 mil famílias) não foram atendidos até agora. No atual congresso, o MST quer denunciar o avanço conjunto do latifúndio, do capital financeiro e das empresas transnacionais no campo.

Para a abertura do evento, que ocorreria na noite de ontem, nenhum integrante do governo nem de partido recebeu convite oficial. Só entidades convidadas iriam ao microfone, entre elas Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Conlutas (ligado ao PSTU) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Uma megaestrutura foi erguida pelo MST no centro de Brasília para receber os integrantes do movimento, vindos de 24 Estados. O aparato inclui 24 cozinhas (uma para cada Estado), 350 chuveiros e 200 banheiros químicos, além de barracos que, juntos, somam 31 mil m² de lona - equivalente a quatro campos de futebol.

O governo do Distrito Federal cedeu o principal ginásio da cidade ao evento e o estacionamento para a montagem dos barracos. Haverá ainda um espaço para atividades com os filhos dos militantes - são esperadas cerca de 1,5 mil crianças.

Movimentos sociais estão a reboque de ofensiva do capital, diz Stedile - Verena Glass - Carta Maior – 13/06/2007

“Aquele reforma agrária que o MST sonhou não existe mais. Mas isso ajudou a politizar o movimento. Ou seja, quem politiza o MST não são as suas escolas, é a classe dominante”, afirma João Pedro Stedile.

BRASÍLIA – O capital tem atacado primeiro. Esta, grosso modo, é a avaliação do dirigente nacional do MST, João Pedro Stedile, sobre a essência dos embates entre os movimentos sociais e os setores econômicos hegemônicos, no sentido de que os movimentos têm tido que adequar suas lutas e resistências aos avanços do capital nacional e internacional sobre direitos e recursos dos trabalhadores.

Retomando o período histórico a partir da Era Vargas, Stedile lembrou que até os anos 1970 a reforma agrária no Brasil visava o assentamento dos pobres para que se inserissem, com o tempo, no modelo de produção econômica de um país que vivia um crescimento de mais de 6% ao ano e um desenvolvimento exponencial da indústria nacional. Na época, afirma o dirigente, havia um projeto claro para o país que incluía ou definia o papel do campesinato como parte do processo produtivo.

A partir dos anos 1980, no entanto, houve uma estagnação econômica que teria levado a elite brasileira a optar pela subordinação do setor produtivo do país ao capital internacional, dando início a um processo de liberalização que se manifestou de forma aguda nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sob Lula, que não apenas não rompeu com o modelo econômico anterior, mas teria patrocinado a maior transferência de renda da história do Brasil do setor produtivo para o financeiro – o capital financeiro lucrou mais nesta gestão do que sob oito anos de FHC, uma vez que os altos juros oferecidos no Brasil atraíram os investidores especulativos –, acabou se consolidando um novo projeto para o campo, que uniu o latifúndio e o capital financeiro na construção de um modelo que não apenas descarta a idéia de reforma agrária, como também o pequeno agricultor, jogado nas periferias dos centros urbanos, disse Stedile. “Hoje em Ribeirão Preto [maior pólo sucroalcooleiro de São Paulo] tem mais gente na cadeia do que no campo”, exemplifica.

É nesse processo que o MST se viu obrigado a evoluir de uma pauta estritamente ligada à demanda por assentamentos para uma luta que enfrenta um modelo no qual a reforma agrária não tem função, exceto se tornar uma política de compensação social.

Posto de outra forma, o enfraquecimento dos movimentos sociais nas últimas décadas – o que o MST chama de descenso das lutas de massa – e a falta de capacidade de aglutinação colocou os movimentos a reboque do grande capital, reagindo às suas ofensivas e se adequando aos desafios por ele colocado, explica o dirigente do MST. “Aquele reforma agrária que o MST sonhou não existe mais. Mas isso ajudou a politizar o movimento. Ou seja, quem politiza o MST não são as suas escolas, é a classe dominante”, afirma.

Relação como governo

A proposta de uma nova reforma agrária demandada pelo MST é um dos principais pontos de pauta que o movimento trata com o governo, tanto no aspecto técnico – localização dos assentamentos perto dos centros consumidores, estruturação de agrovilas e agroindústrias, etc – quanto no político, que confronta a opção política pelo modelo do agronegócio, explica Stedile.

É esta a pauta do MST com o governo, e não um posicionamento que considera simplista, de “pau no governo”. Este posicionamento seria o que Gramsci chamou de política pequena. “A grande política é analisar como a sociedade se move”, defende.

Questionado sobre a delegação, por parte de vários setores de esquerda, de papel de liderança de um processo de reunificação e fortalecimento das lutas sociais, Stedile afirmou que o MST refuta esta posição. “Não assumimos o papel de unificar as esquerdas. A unidade é um processo histórico”, explica. A desvantagem dos movimentos sociais e de esquerda frente ao grande capital, segundo ele, está na sua incapacidade de unificação em torno de um projeto alternativo concreto para o país, uma vez que a direita não se prende nem em projetos nem em ideologias, o que facilita as alianças em torno dos seus interesses econômicos, avalia.

Por outro lado, um movimento de aproximação de vários setores em torno de posições consensuadas é vista pelo MST como um esforço de grande importância, uma vez que, para o movimento, a unidade só se dará no bojo das lutas sociais.

SRA realiza seminário sobre Programa Nacional de Crédito Fundiário – Contag - 13/06/2007

O I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) começa hoje (13), às 9h, no Hotel Retiro das Pedras, em Valparaíso, na região do entorno de Brasília. A solenidade de abertura contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho, do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e do Banco Mundial.

O seminário acontece até o dia 15 com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo do encontro é abrir um processo de discussão e avaliação do programa no período 2002/2007, além de construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

No encontro, serão debatidas duas demandas importantes dos movimentos sociais: a renovação do acordo de empréstimo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Banco Mundial e a implementação do PNCF como política pública.

Como funciona o programa

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e propiciar qualidade de vida aos trabalhadores rurais. Isso ocorre por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o Crédito Fundiário é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar - CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47.682 famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Mais informações:

Assessora de Comunicação da SRA/MDA

Geralda Magela - (61) 21919778 e 9961-8240.

Um show de eficiência do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/06/2007

É verdade que o Movimento dos Sem-Terra (MST) já deu tantas demonstrações de excepcional capacidade de organização logística - nas ações coordenadas de invasões e depredações simultâneas que tem empreendido em todos os cantos do País, especialmente nas operações do “Abril Vermelho” - que não era de surpreender a eficiência com que montou uma verdadeira cidade de lona nas proximidades do Palácio do Planalto, para realizar seu 5º congresso nacional. Mesmo assim, o grau de organização estrutural e a eficiência dos serviços de intendência desse movimento são de causar inveja a qualquer instituição militar - especialmente em se tratando de uma entidade ilegal, porque não registrada, não prestante nem obediente ao ordenamento jurídico nacional.

Os dados são impressionantes. Duas mil pessoas se incumbiram de montar, em uma semana, barracas transformadas em grandes dormitórios, cozinhas e refeitórios para 18 mil participantes. São 140 cozinhas que vão preparar cerca de 30 toneladas diárias de alimentos, durante cinco dias. Os produtos vieram dos assentamentos - como a carne seca trazida pelas comitativas nordestinas -, mas o movimento também contou, fora a ajuda do governo federal e de ONGs do exterior que recebe rotineiramente, com apoio oficial local.

Além de ceder o Ginásio de Esportes Nilson Nelson para os debates, palestras e atividade internas, o governo do Distrito Federal disponibilizou 50 caminhões-pipa, 20 caixas d’água de mil litros para abastecer o acampamento e 200 banheiros químicos. E inteiramente disponível para os militantes emesetistas ficaram 31 mil metros quadrados (equivalentes a mais de 5 gramados de futebol) em áreas de estacionamento e no entorno do estádio Mané Garrincha, perto da Esplanada dos Ministérios, onde se instalaram os balcões de lona e as barracas individuais.

Mas tem mais, nessa organização que mostra sua fantástica opulência, de fazer inveja aos partidos políticos brasileiros: além da montagem de dormitórios, cozinhas e refeitórios, foi montada uma escola para as 1.500 crianças com até 11 anos que acompanham os pais militantes. Delas se incumbem nada menos do que 500 professores, todos do MST.

Essa organização está dividida em “brigadas”. A brigada de teatro conta com 35 grupos que apresentarão espetáculos nos intervalos dos debates.

Se já não fosse tão visível pelas dimensões cada vez maiores de todas as suas operações pelas diferentes regiões do País, o crescimento do número de participantes em cada novo congresso nacional do MST dá boa medida de sua força: ao primeiro congresso, realizado em 1985, compareceram 1.500 delegados; ao segundo, em 1990, foram 4 mil; ao terceiro, em 1995, 6 mil; ao quarto, em 2000, 12 mil; e neste, agora, 18 mil. Mas há outra inequívoca demonstração de força desse movimento. Trata-se da frustrada intenção do presidente de comparecer ao conclave. A “visita” presidencial foi, simplesmente, “vetada” pelos líderes do MST.

O incidente nos sugere duas reflexões. Primeiro, parece inacreditável que um chefe de Estado e governo se disponha a prestigiar, com sua presença, uma entidade que se recusa a entrar na legalidade, para não assumir responsabilidades diretas - civis, tributárias, ou de qualquer ordem - ou a obrigação de prestar contas, nos Tribunais de Contas e outras instâncias, das verbas públicas que recebe por meio de entidades intermediárias “laranjas”, estas devidamente registradas. Segundo, pode parecer até uma despropositada arrogância os líderes do MST dispensarem a visita de um presidente da República - mesmo que se disponham a trocar tal visita por uma ida em comissão ao Planalto. Seria o caso de indagar o que provoca esse tipo de mágoa dos emessetistas com o “companheiro”, ao qual jamais deixaram de dar apoio político-eleitoral. Seria o fato de o presidente da República não ter aceitado a exigência, do MST, de que modifique inteiramente a política econômica do governo? Ou seria uma objeção à sua política ambientalista - já que as questões atinentes à reforma agrária, propriamente dita, parecem, nesta altura, ser as que menos interessam ao MST?

Stédile diz que Lula esconde crise social - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007

Para líder do MST, governo usa Bolsa-Família para maquiagem situação

Dois dos principais dirigentes do Movimento dos Sem-Terra (MST) voltaram a falar em mudança de poder no País, apesar de faltar mais de um ano para o fim do governo do presidente Lula, seu antigo aliado. O líder João Pedro Stédile disse que as mudanças são possíveis se “as massas forem para as ruas”.

Segundo ele, o MST agora está num momento de acumular forças. “Mobilização sem crise econômica é muito difícil. Estamos num momento de descenso do movimento de massa, mas um dia vai haver uma reação.” Stédile traçou um quadro propício para a mobilização popular, mas acusou o governo Lula de “abafar” os efeitos da crise. “No meio do povo, a crise está sendo maquiada com o programa Bolsa-Família.”

No mesmo evento, o 5º Congresso Nacional do MST em Brasília, o dirigente Gilmar Mauro disse que o movimento vai construir um novo ciclo “que ajudará que tenha uma revolução no Brasil”. Dirigindo-se a mais de 10 mil sem-terra que lotavam o Ginásio Nilson Nelson, disse que não se fará reforma agrária sem mudar o poder no País. “O futuro da revolução brasileira depende de nós.” Ele resumiu a missão do MST: formar militantes para fazer a reforma agrária e estimular as classes operárias, as periferias e os morros para mudar o País.

Em conversa com jornalistas, Stédile reconheceu que o modelo de reforma agrária, “resultado de 20 anos de lutas”, fracassou. Ele acusou Lula de ter descumprido compromisso assinado durante a marcha nacional em 2005, de liberar R\$ 100 milhões para agroindústrias.

Contou ainda que o MST não vai parar as ocupações, mas terá novas formas de luta, principalmente contra o agronegócio. “Por exemplo, nosso sonho é desapropriar a Usina Cevasa, da Cargill, na região de Ribeirão Preto”, disse Stédile. “Como não temos forma de desapropriar, vamos ocupar por um dia.”

Na escola itinerante do MST, crianças já aprendem cartilha da invasão – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007

Sob a lona, um grupo de 28 meninos e meninas repete um refrão que ensina a “ocupar toda terra improdutiva, resistir com organização e enfrentar para não sair”. É hora de aula na Escola Itinerante Paulo Freire, do Movimento dos Sem-Terra (MST), no acampamento do 5º Congresso Nacional, em Brasília. São estudantes de 8 a 10 anos e acompanham os pais no evento.

Ali, enquanto os adultos discutem as formas de pressão pela reforma agrária, os garotos são preparados para a “luta”. O MST informa que tem 2 mil escolas públicas em seus acampamentos e assentamentos, onde estudam 160 mil crianças. O movimento já formou mais de 4 mil professores. Entre os que atuam na escolinha itinerante, muitos se intitulam “educadores”, já que, segundo o MST, nem todos têm diploma.

Maurally Fernandes, de 8 anos, canta o refrão sem saber o que significa. “Estou aprendendo a cantar, mas quero pintar”, diz. Ela é uma das filhas de Adenilson Pereira Souza, assentado em São Mateus (ES), e cursa a segunda série do primeiro grau. Maria Cristina Vargas, do setor de educação do MST, diz que as aulas na escola itinerante são dadas de forma “mais lúdica e dinâmica”. Ter escolas próprias foi uma forma de aproximar o ensino da realidade das crianças assentadas e acampadas. “Elas precisam entender o que os pais fazem e falam”, explica Maria Cristina. Nas escolas das cidades, alega, há preconceito contra os alunos sem-terra.

O MST considera que camponeses têm o direito de construir seu projeto de ensino. Por isso passou a discutir que tipo de escola queria. Uma constatação foi de que o processo de “formação” dos militantes esbarrava na falta de escolaridade. Muitos não sabiam ler ou interpretar as cartilhas do movimento.

Um levantamento mostrou que em alguns Estados, como o Maranhão, o índice de analfabetismo entre assentados e acampados com mais de 12 anos chega perto de 50%. Segundo Cristina, mais de 50 mil aprenderam a ler e escrever nos últimos 2 anos.

Hoje, o MST lança uma campanha nacional com o lema “todas e todos sem-terra estudando”. Assentados e acampados vão identificar os analfabetos para encaminhá-los para os cursos de alfabetização.

Em Ilhéus, pataxós e tupinambás ocupam Funai - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007

Cerca de 200 índios pataxós e tupinambás, de quatro aldeias do sul da Bahia, ocuparam na manhã de ontem a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ilhéus, a 462 quilômetros de Salvador.

Eles reivindicam a saída imediata do administrador regional do órgão, Agnaldo Francisco dos Santos. Os índios acusam Santos de má administração das verbas federais repassadas à fundação.

Apesar da ocupação, não foram feitos reféns e os trabalhos na unidade continuaram sendo realizados durante o dia. Os índios, porém, afirmam que só deixam o prédio depois que a mudança de administração local for feita.

Os manifestantes enviaram um documento com a reivindicação ao presidente da Funai, Márcio Meira, em Brasília.

Existe a expectativa, entre os índios, que Agnaldo Francisco dos Santos, administrador regional da Funai desde dezembro de 2005, renuncie ao cargo ou seja exonerado até o fim da semana.

Para o lugar dele, os manifestantes preferem que seja indicado um indigenista.

MLST invade fazenda que polícia investiga – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007

Cerca de 80 famílias do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) invadiram ontem de madrugada a Fazenda Humaitá, em Coqueiro Seco (AL). A propriedade foi usada como cativeiro no seqüestro do presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, Paulo Zacarias. A Polícia Civil apurou que ela fora arrendada a Robert Davino, irmão do ex-secretário estadual de Defesa Social Robervaldo Davino. Segundo o MLST, o objetivo da invasão é pressionar o Incra a cumprir a meta de assentamentos. A assessoria do Incra informou que a solução desse caso está prejudicada pela greve dos servidores.

Stédile: sonho da reforma agrária acabou – O Globo – O País – 13/06/2007

Líder admite que modelo defendido pelo MST está esgotado e que assentamentos estimulam desmatamento

BRASÍLIA. O Movimento dos Sem Terra (MST) está em crise de identidade. No primeiro dia de discussões do seu 5º Congresso Nacional, em Brasília, o líder do movimento João Pedro Stédile admitiu ontem que o modelo de reforma agrária defendido há mais de duas décadas pelo MST está esgotado.

Sem renegar a inspiração marxista, e reeditando palavras de ordem contra o neoliberalismo e o capital estrangeiro, o dirigente avisou que o movimento precisa ir além da tática de ocupações de terra para garantir a sobrevivência.

Para Stédile, a vitória do agronegócio no campo obriga o MST a se politizar e buscar novas bandeiras, como a recuperação da indústria nacional e a defesa de uma nova receita de desenvolvimento.

Os ingredientes, ele admitiu, ainda não estão nos manuais da esquerda brasileira.

— Aquela reforma agrária com que o MST sonhou durante 20 anos não existe mais. Se ficarmos só na pauta da terra, seremos derrotados — disse.

Comemorados como conquistas do movimento, os assentamentos espalhados pelo país também caíram em desgraça.

De acordo com Stédile, 65% dos lotes foram distribuídos na área da Amazônia Legal, longe do mercado e perto do dinheiro fácil da extração ilegal de madeira. A falta de planejamento e infra-estrutura também impediriam os agricultores de produzir resultados capazes de competir com as grandes empresas.

— A maioria dos assentamentos devia ser chamada de projetos de colonização, porque estimula o desmatamento, não dá lucro aos agricultores e abre espaço para a plantação de soja e o cultivo de gado.

A idéia de que o camponês tem que morar no seu lote é uma invenção da burocracia brasileira — criticou Stédile.

As dúvidas existenciais do MST passam pela relação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, pela primeira vez, não foi convidado para um congresso do movimento.

— Votamos no Lula com a expectativa de que ele representasse um projeto antineoliberal, mas ninguém em sã consciência pode dizer que o governo implantou outro modelo — lamentou Stédile.

Ele circulou pelo ginásio Nilson Nelson, que abrigará cerca de 17 mil militantes até sexta-feira, com uma credencial de delegado que o identificava apenas como "João Pedro", da coordenação nacional.

Entre tendas de lona e barracas de produtos orgânicos, o principal ideólogo do MST agrupou jornalistas e correligionários numa roda de cadeirinhas de metal para compartilhar os dilemas que levam o movimento ao divã, 27 anos depois de sua fundação.

Apesar das críticas ao poder dos bancos e às soluções do governo para o campo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a aposentadoria rural, Stédile ressaltou que a culpa pela crise não pode ser atribuída só ao presidente e ao PT. Lamentou o período de pouca "mobilização de massas" e advertiu que os militantes do MST precisam esperar um novo momento de radicalização para ampliar seu espaço na arena política.

— Precisamos ter paciência histórica. As soluções vão demorar — afirmou.

Amanhã, os sem-terra planejam fazer uma grande marcha por Brasília. A manifestação passará pelo Setor de Embaixadas, para protestar contra as empresas transnacionais, e terminará em frente ao Congresso.

Ministro destaca o Crédito Fundiário como política complementar à reforma agrária

– Sítio eletrônico do MDA – 13/06/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou na abertura do Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), na manhã desta quarta-feira, em Valparaíso de Goiás, a importância dessa política pública de acesso à terra. “Quero reafirmar que o Crédito Fundiário era e continua sendo uma política central do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fundamental e complementar à reforma agrária. E será assim em todas as suas linhas neste segundo mandato”, disse o ministro.

O seminário começou hoje no Hotel Retiro das Pedras. A solenidade de abertura contou também com a participação do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, e do secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira; do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos; da coordenadora de Políticas de Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Severine Macedo; do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho; além de João Barbosa, do Banco Mundial.

Cassel destacou que o principal desafio do programa neste segundo mandato será dar mais agilidade às contratações e atingir a meta de atender 20 mil famílias. “Vamos colocar mais gente na terra, mas com a qualidade que esperamos”, ressaltou.

O ministro anunciou a liberação pelo MDA, ainda no mês de junho, de um aporte de R\$ 15 milhões para o Crédito Fundiário. Além disso, está sendo articulada a renovação do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial para a continuidade da linha Combate à Pobreza Rural, uma das linhas de crédito do PNCF.

Integração das políticas

O secretário de Reordenamento Agrário disse que a novidade da atual gestão será olhar o PNCF como um todo, não só por meio da linha Combate à Pobreza Rural, mas também da linha Consolidação da Agricultura Familiar. “O PNCF deve ser visto como uma política pública integral e, a partir daí, olharemos os seus recortes e as particularidades de cada segmento”.

Para Almeida, a prioridade é promover a integração das políticas públicas e reforçar o desenho do programa, por meio da participação e da descentralização. Ele destacou ainda os resultados do Crédito Fundiário nos últimos quatro anos. “Conseguimos que o programa conquistasse o seu espaço e iniciasse um processo que viabilizou a contratação de 48 mil famílias”.

De acordo com ele, agora será necessário ampliar o foco. “Temos de garantir o ritmo das contratações, mas também a consolidação dos projetos na fase posterior ao acesso à terra”.

Territórios da Cidadania

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, enfatizou o trabalho que vem ocorrendo no MDA para integrar as políticas públicas, não só do Ministério, mas do Governo Federal como um todo.

Um dos instrumentos de articulação que vêm sendo construídos é a criação dos Territórios da Cidadania. A proposta é de eleger alguns territórios prioritários, com necessidades e características comuns, para desenvolver essas ações.

De acordo com Oliveira, a integração das políticas públicas é um desafio do Governo Federal e uma cobrança dos movimentos sociais. “O seminário será uma boa oportunidade para promover essa discussão”, acrescentou.

Participação e controle social

O PNCF tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Para isso, oferece linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Uma das características programa é o seu modelo de gestão descentralizada. Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar. Essa rede de parceiros garante a transparência e o controle social do programa.

A coordenadora de Juventude da Fetraf, Severine Macedo, reconheceu a importância dessa parceria do programa com os movimentos sociais. “Não são todos os governos que têm essa abertura”, disse a líder sindical. Para ela, o seminário é um espaço para discutir melhorias nas linhas do programa, especialmente na linha Nossa Primeira Terra, voltada ao público jovem. “Espero que possamos sair daqui com uma perspectiva melhor, que possamos construir uma agricultura familiar forte e que contribua para a melhoria do País”.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, fez uma retrospectiva histórica do Crédito Fundiário, que surgiu em 2002 como resposta a uma demanda do movimento dos trabalhadores. Para ele, dos programas do Governo Federal, esse é o mais aberto em termos de discussão e de participação.

Santos também reafirmou o compromisso da instituição de que o Crédito Fundiário avance e ressaltou a necessidade de que o Governo Federal, os estados e as federações de trabalhadores se unam nesse esforço. “Este é o momento de fazermos uma auto-avaliação do papel de cada um”. De acordo com ele, o PNCF tem de ser visto como um programa que veio não para substituir, mas para complementar a reforma agrária.

R\$ 1 bilhão em recursos

O seminário continua até sexta-feira (15) com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo é abrir um processo de discussão e avaliação do programa (no período 2002/2007), e construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

O representante do Banco Mundial, João Barbosa afirmou que esta cultura de avaliação que vem sendo criada no Brasil para as políticas públicas é importante. “Espero que, ao final do encontro, as discussões do público possam contribuir para aperfeiçoar o programa”.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47,6 mil famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foi investido mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Incra realiza oficina para debater criação do Programa Habitat do Campo – Sítio Eletônico do MDA – 13/06/2007

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pesquisadores de universidades públicas, representantes de movimentos sociais e assessores de organizações não-governamentais (ONGs) estarão reunidos nesta quinta (14) e sexta-feira (15), na sede da autarquia federal, em Brasília (DF).

O objetivo do encontro é construir as bases do Programa Habitat do Campo, levando em conta as ações necessárias à afirmação da dignidade humana nos Projetos de Assentamento (PAs). A idéia é constituir uma proposta de planejamento e implantação de projetos físico-territoriais referentes ao habitat dos assentamentos.

Para tanto, dois grupos temáticos irão desenvolver trabalhos. O grupo 1 está responsável pela formulação das estratégias de planejamento, elaboração dos projetos físico-territoriais e de gestão da autoconstrução. O grupo 2 formulará as estratégias de planejamento e implantação do saneamento ambiental e infra-estrutura.

A oficina, que é uma iniciativa da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, deve reunir em Brasília cerca de 30 pessoas de vários estados brasileiros.

MST quer ir além da reforma agrária - Mauro Zanatta e Raymundo Costa – Valor Econômico – Especial - 13/06/2007

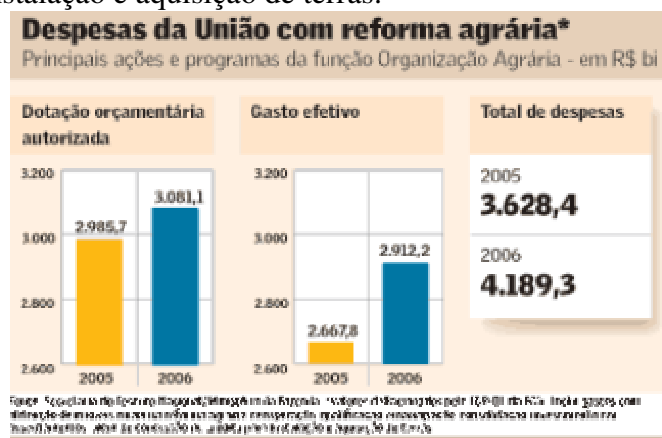
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu mudar e ampliar sua pauta de reivindicações para além da reforma agrária. "Se nós ficarmos só com a pauta da terra nós já estamos derrotados", diz o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile. A transformação está refletida até nas palavras de ordem dos encontros. Se não mudar, segundo Stédile, o MST será jogado na vala comum. Em 1985, o primeiro congresso nacional do MST consagrou o lema "Terra na Lei ou na Marra". Neste ano, o quinto encontro roga "Por Justiça Social e Soberania Popular". A nova pauta do MST está focada na mudança do modelo econômico, sem a qual não poderá ser feita a nova reforma agrária, segundo Stédile.

A lista inclui também a defesa de projetos voltados para o meio ambiente e a confrontação do chamado agronegócio, considerado "ambientalmente pernicioso" por Stédile. O ideólogo do movimento diz que o MST "vibrou com a eleição de Lula", pois julgava que representaria uma mudança do modelo. "Ninguém em sã consciência nesse país pode dizer que o governo Lula implementou um outro projeto. O governo Lula não conseguiu mudar o modelo econômico". E emenda: "Temos que refletir agora um outro tipo de reforma agrária, popular, que só se viabiliza se mudar o modelo". Para o MST, no atual modelo "não há lugar para camponês. Seu lugar é na favela ou, se continuar no campo, porque não gosta de morar na cidade, programa de compensação social, como Bolsa Família e aposentadoria no Funrural", resume Stédile. O movimento acredita não bastar mais dividir e ocupar a terra. É necessário um modelo de produção para combinar "reforma agrária popular" com pequenas agroindústrias, com técnicas agrícolas diferentes. Stédile também mantém as críticas ao programa da agricultura familiar (Pronaf) ao lembrar que apenas cerca de 40 mil do total de 1,2 milhão de contratos assinados beneficiam assentados do MST.

Embora duramente questionado pelo MST, o governo insiste que mantém "boas relações" com o movimento. "Nossa relação é boa, apesar das turbulências. Há momentos

em que se faz discursos mais radicais em função de uma base heterogênea, mas não considero o MST um adversário", resume o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Ex-braço-direito de Miguel Rosseto no ministério, Cassel diz não haver "crise de relação", mas admite um certo desconforto com as críticas do MST ao presidente Lula. "A posição contra a ida do Lula [ao congresso do MST] não era o que eles vinham manifestando". O MST e o Planalto chegaram a conversar sobre a participação de Lula, mas a conversa acabou, segundo o MST, quando o movimento informou que se tratava de uma reunião interna.

Em algum sentido, Cassel tem razão. O governo Lula tem, de fato, ampliado substancialmente os gastos com reforma agrária desde 2003. As despesas efetivas com organização agrária cresceram de R\$ 1,583 bilhão para R\$ 3,129 bilhões em 2006, segundo dados do Tesouro Nacional. Os valores, deflacionados pelo IGP-DI/FGV, incluem a obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária, a recuperação, qualificação, emancipação, consolidação e investimento em assentamentos, além de concessão de crédito para instalação e aquisição de terras.



Na comparação da dotação orçamentária entre 2005 e 2006, vê-se que os valores saltaram de R\$ 2,985 bilhões para R\$ 3,081 bilhões. Os números são ainda mais significativos quando se leva em conta a política de bloqueio de gastos pelo governo. Os dados deste período mostram que a execução efetiva do orçamento passou de 89,5% para 94,5%. "Não é verdade que governo tenha apoiado mais o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. O subsídio do Tesouro da agricultura familiar chegou a R\$ 3 bilhões contra R\$ 2 bilhões do agronegócio nos últimos anos", diz o ministro Cassel. Na verdade, os dados do Tesouro indicam um subsídio ainda suculento. Ao longo do primeiro mandato de Lula, foram gastos R\$ 7,8 bilhões em financiamento e equalização dos juros com o programa da agricultura familiar (Pronaf), segundo o Tesouro.

Alguns setores do governo vêm a busca de uma nova identidade no MST. A avaliação aponta um "momento de transição" do MST, reflexo da aposta na formação de novos quadros e numa nova estruturação. Alguns auxiliares do presidente Lula enxergam o MST em dificuldades para manter unida e controlar sua base social. Os episódios de invasão das instalações da Aracruz e da usina de Tucuruí seriam exemplo disso. Além disso, a luta sindical deflagrada pelo MST, com o distanciamento da pauta da agricultura familiar, soa "forçada e artificial", segundo avaliação. A avaliação identifica três falhas no movimento que o tem transformado em "refém de seus princípios". O isolamento de parceiros naturais como Contag e Fetraf, ligados à agricultura familiar; as dificuldades para

enxergar a nova realidade da Amazônia, já que o MST nasceu no Sul e cresceu no Centro-Oeste; e tentativa de jogar nos adversários a culpa de seus próprios problemas. No MST, Stédile reconhece que a ampliação de bandeiras é também uma maneira de o MST não cair na vala comum dos movimentos sociais de esquerda.

Questionado sobre eventuais negociações para a unificação dos movimentos sociais, Stédile nega, mas afirma que o MST pretende "acumular forças para ter influência sobre eles no momento de ascenso". O líder sem-terra acredita que o movimento popular passa por um "refluxo" desde 1989, mas não sabe avaliar quando ocorrerá este momento que chama de ascenso. "Não temos responsabilidade na unidade das esquerdas. A unidade só acontecerá no longo período histórico de reacenso. Não peçam para o movimento ser padrinho da união, porque não temos nenhum poder milagroso", diz.

Em Brasília, o MST tenta mostrar sua força. Segundo os organizadores, 18 mil delegados de 24 Estados estão reunidos na capital numa área de 31 mil metros quadrados. É a chamada "Cidade de Lona", espalhada em 144 cozinhas, e onde 1,5 mil crianças estão sendo atendidas por 400 professores.

MST decide fazer pressão sobre Lula - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007

Movimento fala em abandono pelo governo e hoje promove marcha com 18 mil sem-terra até Planalto - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva será "mais pressionado" pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) no final do seu governo do que foi até agora, disse ontem o dirigente nacional Gilmar Mauro, durante o 5º Congresso Nacional, em Brasília. É a forma, segundo o líder, de conseguir algum avanço na reforma agrária. Hoje, os 18 mil sem-terra prometem marchar até o Palácio do Planalto. "A conquista vai ser do povo organizado em luta e da pressão, não do compadrio e da amizade. Se não for assim, de lá não vai sair muita coisa", disse.

O movimento avalia que Lula, após a reeleição, se afastou dos movimentos sociais e firmou alianças com o agronegócio. O elogio do presidente aos usineiros, chamado de heróis, foi a gota d'água. Para o MST, a cana representa a monocultura que prejudica solo, água e biodiversidade, e explora o trabalhador rural. "Não há como não se dar conta disso", disse Mauro. Lula, segundo o líder, não teve coragem de enfrentar o latifúndio e aderiu à política neoliberal. "Ele se afastou do compromisso com a reforma agrária."

Criticando a "baixa produtividade dos fazendeiros", o líder disse que toda a exportação brasileira de carne bovina tem valor equivalente às exportações de uma única empresa, a Embraer. "Tanta terra sendo usada para isso."

O MST quer, de imediato, a retomada dos assentamentos e a mudança nos índices de produtividade para ampliar a desapropriação de terras pouco produtivas. Também pretende apressar a discussão sobre a limitação no tamanho da propriedade e a compra de

terras por grupos estrangeiros. A pressão será feita através de marchas e invasões. “A ocupação é a forma de luta mais contundente.”

Hoje, os sem-terra seguem para a Embaixada dos EUA, onde haverá protesto. Na passagem pelo Itamaraty, pedirão a retirada das tropas brasileiras do Haiti e no Superior Tribunal de Justiça, a anulação da privatização da Vale do Rio Doce. A concentração na frente do Planalto será por volta das 16 horas. Lula tem compromissos no Rio.

Quase 100 anos e um 'restinho de esperança' na reforma agrária – Estado de São Paulo – Nacional – 14/06/2007

Luiz Beltrame de Castro, o “seu” Luiz do MST, beira os 100 anos fazendo versos. É o mais velho militante do movimento. Domingo, saiu de Coroados (SP) para participar do congresso em Brasília. Com lucidez e muita disposição - faz 99 anos em outubro -, não poupa críticas aos grileiros, latifundiários e outros, na visão do MST, inimigos do homem do campo. Mas ainda tem “um restinho” de esperança na gestão Lula. Os versinhos saem fáceis, de improviso, com recado ao presidente. “A reforma agrária é lei/faz tempo que foi assinada/ela fica no Congresso/mas continua parada/ele diz que está fazendo/mas não está fazendo nada.”

Luiz do MST é recordista em marchas do movimento: mais de 10 mil quilômetros andados. Sem contar a primeira,acompanhando migração da família da Bahia para São Paulo. O pai vendeu a terra que tinha e quis economizar o dinheiro do ônibus para comprar outro sítio. Não conseguiu. Dos oito filhos, só um tem lote da reforma agrária.

Quando conheceu o MST, em 1996, estava revoltado com o “sofrimento” do trabalhador rural: “A Justiça no Brasil/vai onde está o dinheiro/vê massacrar os sem-terra/e apóia os fazendeiros.” Luiz do MST aprendeu a ler e escrever sozinho. “Escola faz falta, por isso digo para o pessoal do MST não deixar ninguém sem estudo.” Se Deus quiser, diz, quer estar no próximo congresso, mesmo que seja para dormir no chão, como hoje. Apesar da militância, nunca fez invasão: “Levanto bem cedo/prá fazer uma viagem/mas pra fazer ocupação/é preciso ter coragem.”

Ministro rebate MST e diz que Stedile desconhece projetos – Folha de São Paulo – Brasil – 14/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O ministro do Desenvolvimento Agrário, o petista Guilherme Cassel, reagiu ontem às declarações de líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contra as políticas de reforma agrária do governo.

Para Cassel, ao rotular de "quadrado burro" os projetos de assentamentos criados na região amazônica, o líder dos sem-terra João Pedro Stedile demonstra desconhecimento sobre experiências no Norte.

"Eu acho que o João Pedro [Stedile] desconhece muito a experiência na Amazônia. Eu compreendo isso, porque o MST não tem um trabalho naquela região. Os assentamentos na Amazônia são o oposto disso [quadrado burro]", disse o ministro. Anteontem, no 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, Stedile disse que o governo precisa adotar algo que "saia do quadrado burro" -ou seja, dos lotes isolados de água, luz, esgoto e estrada.

SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/06/2007

Trabalhadores reivindicam reajuste, carga horária máxima de 30 horas semanais e pagamento por metro, em vez de por tonelada - Última paralisação com pauta unificada aconteceu em 1986; Unica, associação que representa os produtores, não comenta

Entraves na negociação salarial com usineiros ameaçam levar 120 mil cortadores de cana do Estado, o equivalente a 70% do total, a iniciar uma greve geral. O alerta é da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo). A última greve geral de bóias-frias, com pauta unificada, aconteceu em 1986, começando por Leme e se espalhando por todas as regiões canavieiras do Estado. A mais famosa ocorreu dois anos antes, começando em Guariba. Em todos os anos, há paralisações descentralizadas, a maioria motivada por reivindicações pontuais. Ontem, parte dos trabalhadores da usina Santa Cruz, de Américo Brasiliense, aderiu ao movimento grevista, elevando para três o número de usinas cujos cortadores estão de braços cruzados. A Folha encontrou 150 trabalhadores da usina andando no meio do canavial, jogando baralho e dominó ou chupando cana. Eles disseram que só voltam ao trabalho se a usina elevar o salário deles.

Já estavam paradas as usinas Zanin, de Araraquara, e São Francisco, de Sertãozinho. Juntas, as três usinas têm cerca de 2.500 trabalhadores parados, segundo a Feraesp, ou menos de 2% dos 170 mil trabalhadores do Estado. As usinas calculam em menos de 500 cortadores parados.

Estado de greve

Outras três usinas entraram em estado de greve ontem, segundo a Feraesp: Santa Adelaide, de Dois Córregos; Ruete, de Catanduva; e Serra, de Ibaté. Élio Neves, presidente da Feraesp, prevê novas paralisações para esta semana. "Se não houver um processo de negociação estadual urgente que traga nivelamento do salário e das condições de trabalho para melhor, não por baixo, a tendência é a categoria paralisar o setor."

A Feraesp, ligada à CUT, reivindica piso de R\$ 1.600 (hoje é, em média, R\$ 450), carga horária máxima de 30 horas semanais (hoje é em torno de 44), fim do pagamento por

tonelada cortada (querem por metro), assistência médica e social, horário de descanso e refeições, mais segurança no trabalho e no transporte.

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) informou que não comentaria o assunto.

5º CONGRESSO DO MST - Verena Glass - Carta Maior – 15/6/2007

Marcha com cerca de 20 mil cobra mais agilidade na reforma agrária

Manifestação também incluiu ato em frente à embaixada dos Estados Unidos e à sede do Superior Tribunal de Justiça.

BRASÍLIA – Cerca de 20 mil militantes do MST, segundo a polícia, participaram, na tarde de quinta (14), da marcha de encerramento do 5o Congresso do MST em Brasília. A manifestação, que percorreu cerca de sete quilômetros entre o estádio Nilson Nelson e a Esplanada dos Ministérios, foi para o movimento um momento de externalizar os debates internos do encontro e levar o posicionamento do MST para a sociedade.

Neste sentido, no senso estrito da reforma agrária, houve cobranças duras ao governo pela lentidão de sua implantação, os obstáculos colocados pelo judiciário ao seu avanço e a ofensiva do legislativo contra o projeto e os movimentos sociais.

Do ponto de vista mais político, houve uma manifestação em frente à Embaixada dos EUA, onde foram depositados 20 caixões cobertos com panos que traziam o número de vítimas da intervenção militar americana em vários países. Já em frente ao Superior Tribunal de Justiça, o MST estendeu uma grande faixa referente à campanha de anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce. Nesta semana, o STJ está julgando uma ação da Vale, que exige a extinção das ações populares contra o processo de privatização da mineradora.

Já no monumento à JK, em frente ao Palácio do Planalto, o MST estendeu um grande painel. Segundo a direção do MST, a marcha desta quinta foi uma das maiores já realizadas pelo movimento. Tanto que os últimos militantes deixaram o estádio Nilson Nelson uma hora após a saída da manifestação.

Muito tranqüila, a marcha só teve um pequeno incidente na chegada da última delegação à Esplanada, por conta da proibição do uso do carro de som no local. Alguns manifestantes de Pernambuco tentaram segurar o carro no local, a tropa de choque e a cavalaria da polícia interferiram, houve empura-empurra, mas a situação foi logo controlada pelos seguranças do movimento.

Movimento apóia pedido para barrar transgênicos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007

O Movimento dos Sem-Terra (MST) engrossou ontem uma comissão de ambientalistas e deputados para entregar à ministra Dilma Roussef, da Casa Civil, um abaixo-assinado contra a aprovação do cultivo e comercialização de sementes de milho transgênico pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio). O conselho ministerial presidido por Dilma ainda pode vetar o uso das sementes transgênicas.

Para o líder do MST João Pedro Stédile, a medida só favorece as grandes transnacionais do setor e prejudica o agricultor brasileiro. Ele não foi ao Planalto: pediu que o movimento fosse representado pela dirigente Marina dos Santos. O combate aos transgênicos está na carta de princípios que o MST vai divulgar hoje, no encerramento do 5º Congresso Nacional.

O movimento propõe o que chama de 'reforma agrária popular', na qual os assentamentos seriam agrovilas próximas de centros urbanos. Critica ainda a política brasileira para o etanol e defende mudanças no modelo econômico exportador, por considerar que a forma atual favorece o agronegócio e o capital financeiro.

Outras reivindicações que considera 'imediatas' são o assentamento das 240 mil famílias acampadas no País, das quais 140 mil são do MST. Para isso, quer que o governo atualize os índices de produtividade no campo, o que favoreceria a desapropriação de terras improdutivas.

Também quer que o combate ao latifúndio passe a ser lei, com o estabelecimento de limites para o tamanho da propriedade. O movimento vai apoiar um projeto de lei que já tramita no Congresso estipulando a dimensão máxima em 15 módulos rurais. O módulo rural, estipulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) varia de 7 a 80 hectares, conforme a região. Isso significa que a maior propriedade no País poderia ter até 1,2 mil hectares na Região Norte, segundo a proposta do movimento.

Marcha do MST em Brasília vira confronto com PM - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 15/06/2007

Tumulto termina com policial e dois sem-terra feridos -Cerca de 18 mil integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem a Praça dos Três Poderes, em Brasília, durante uma marcha para cobrar a reforma agrária. Houve confronto com a Polícia Militar. Um carro de som do MST tentou entrar à força na praça e atropelou e arrastou o tenente Fernando Siqueira Guimarães, que barrava a passagem com a moto e teve ferimentos leves no braço. Os policiais reagiram usando os cassetetes e foram cercados. De acordo com o coronel Luis Renato Fernandes Rodrigues, comandante da PM, havia um acordo para a não entrada do som. A chegada da cavalaria provocou correria. O tumulto foi controlado com muita dificuldade.

Duas sem-terra foram feridas com golpes de cassetete. Messilene Gorete da Silva foi levada por uma ambulância com suspeita de fratura no braço. A outra não foi identificada. O coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues, disse que o incidente não atrapalhou: 'O balanço é positivo.' A marcha faz parte do 5º Congresso Nacional que o MST realiza em Brasília até hoje.

Na praça, os sem-terra cobriram a fachada do monumento a Juscelino Kubitschek com uma faixa preta com os dizeres 'Acusamos os Três Poderes de impedir a Reforma Agrária'. O busto de Juscelino foi coberto com uma bandeira com a imagem do líder revolucionário Che Guevara. Sentados, eles desfraldaram 2 mil bandeiras vermelhas do MST. O dirigente João Pedro Stédile disse que 'o recado' estava dado.

A multidão se aglomerou junto ao alambrado que separa a praça do Palácio do Planalto e passou a gritar palavras de ordem. O presidente Lula não estava no local.

A marcha foi a maior já realizada pelo MST em número de participantes. Os sem-terra deixaram os arredores do Ginásio Nilson Nelson, onde estão acampados, às 14 horas, e contornaram o Eixo Monumental. Na frente da Embaixada dos EUA, depositaram 20 caixões simbolizando os países onde morreram pessoas em razão de ações militares dos norte-americanos.

A marcha, com 7 km de extensão, tumultuou o trânsito. Antes, o MST recebeu apoio do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e de senadores e deputados.

Incra atropela lei ambiental, aponta estudo - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/06/2007

Segundo pesquisadora da UnB, há problema até em projetos de desenvolvimento sustentável

Na ânsia de cumprir metas, exibir números elevados de assentamentos rurais e responder às pressões de movimentos sociais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem freqüentemente atropelado a legislação ambiental do País. As leis são desrespeitadas até mesmo nos projetos de desenvolvimento sustentável, chamados de PDS, que deveriam servir de modelo de preservação do meio ambiente.

Essas são algumas das conclusões da dissertação de mestrado Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros, defendida pela pesquisadora Flávia de Araújo, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). A partir de estudos de casos, análises de documentos do Incra e entrevistas, ela observou que no processo de criação dos assentamentos não se cumpre nem a lei mais básica, que é a obtenção de licença ambiental. 'Do conjunto de quase 7 mil assentamentos no País, 90% não cumpriram essa norma', diz.

A pesquisadora visitou nove assentamentos, em Goiás, Amazonas, Acre e Minas Gerais. Constatou que a maioria deles surgiu sem a existência do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - outra exigência legal, criada com objetivo de garantir condições de sobrevivência para os assentados, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental.

'Metade não tinha esse plano', assinala Flávia, que é engenheira agrônoma. 'Por toda parte observei que há muita pressa em criar o assentamento, mas pouca preocupação com sua sustentabilidade.'

Um dos assentamentos que visitou, chamado Elói Ferreira, ocupa uma área de 4 mil hectares, em Minas. Lá pôde constatar que a licença ambiental saiu depois que o assentamento já existia, que ninguém fez o tal plano de desenvolvimento e que metade do projeto inicial não foi executado.

'Das 108 famílias previstas inicialmente para a área foram assentadas apenas 90. Mais tarde, 35 famílias devolveram os lotes ao Incra, alegando que era impossível produzir qualquer coisas naquela terra.'

A autora da dissertação esteve ainda no assentamento Morena, na região de Manaus - o primeiro do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. Lá também viu o resultado da pressa que o Incra tem para exibir números elevados: das 170 famílias previstas inicialmente, só 15 estavam vivendo na área.

Apesar dos sinais de fracasso desse PDS, o Incra levou adiante a experiência e criou em seguida outros 40 na mesma modalidade. 'Parece que não existe um processo de reflexão sobre as experiências feitas. É preocupante o fato de até hoje não existir um estudo detalhado sobre a produção dos assentamentos.'

Na opinião de Flávia, já passou da hora de mudar o foco da reforma: 'De que adianta exibir números elevados de assentamentos, se em muitos deles as famílias não conseguem renda para viver? A quantidade não faz o menor sentido se não houver qualidade, se não houver melhoria nas condições de vida das famílias assentadas.'

Na questão ambiental, ela notou uma mudança na estrutura do Incra: 'Há nove anos foi criada lá dentro uma coordenadoria ambiental, o que é um avanço, pois antes não existia nada na área. O coordenador e seus técnicos brigam, mas acabam atropelados pelos outros setores, que buscam o cumprimento de metas.'

Na entrevista ao Estado, Flávia enfatizou que sua dissertação é baseada em estudos de caso - e nem todos os resultados podem ser estendidos para as demais áreas da reforma. Também assinalou que, embora tenha observado sinais de degradação ambiental nas áreas que visitou, é difícil definir os responsáveis: se os fazendeiros que ocupavam a terra antes de ser repassada ao Incra, ou os assentados.

NÚMEROS

90% - dos quase 7 mil assentamentos no País não obtiveram licença ambiental, de acordo com o estudo

15 famílias - estavam vivendo no primeiro assentamento do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. A previsão inicial era de 170

MST reúne cerca de 20 mil em passeata em Brasília para cobrar reforma de Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/06/2007

Cerca de 20 mil integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveram ontem uma marcha em Brasília para, entre outros pontos, cobrar avanços na reforma agrária. Em frente ao Planalto, gritaram palavras de ordem contra o presidente Lula, que ontem estava no Rio.

"O povo na rua; Lula, a culpa é sua" e "Lula, por que não apareceu? Cadê a reforma agrária que você nos prometeu?", gritaram, ao se reunir na praça dos Três Poderes.

A marcha faz parte da programação do 5º Congresso Nacional do MST, que começou na segunda-feira e termina hoje. Um documento final irá expor as principais diretrizes do movimento para os próximos cinco anos. O congresso não teve como objetivo cobrar uma pauta específica do governo, e sim, segundo eles, "denunciar" à sociedade a lentidão da reforma agrária e o avanço da monocultura e das transnacionais no campo. Com cerca de 20 mil pessoas, segundo a PM e o próprio MST, a marcha deixou um ginásio no centro de Brasília, às 14h10, e duas horas depois chegou à praça. (EDUARDO SCOLESE)

CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST – Sítio Eletrônico do MST - 15/06/2007

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.

2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto da Lei já aprovado no Senado.
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.
9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.
10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.
11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.
12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.
14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.
15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.
16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Brasília, 15 de junho de 2007

Invasores querem resistir contra despejo em MS - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 16/06/2007

Justiça ordenou desocupação de fazenda onde há reféns

Pelo menos a metade das 1.057 famílias de sem-terra que ocupam a Fazenda Teijin, em Nova Andradina (MS), está disposta a resistir à ordem de despejo da Justiça Federal e continuar com o protesto iniciado na segunda-feira desta semana. Elas mantêm reféns 28 funcionários do Grupo Agropecuário Teijin e estão deixando sem água e alimentação 10 mil bois. Também bloquearam entrada e saída de pessoas e veículos, sustentando, como palavra de ordem, "Aqui ninguém entra ou sai".

Segundo garantiram líderes dos invasores, até a tarde de ontem não tinha havido notificação da decisão do juiz federal de Dourados, Jairo da Silva Pinto, determinando a desocupação imediata da propriedade e a reintegração de posse. São grupos ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) que estavam acampados nas margens da BR-267 e que há dois meses, apoiados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), invadiram o imóvel rural, que possui área de 28,5 mil hectares.

"É absurda a decisão da Justiça Federal", sustenta nota divulgada pelo MST, acrescentando que existem famílias aguardando assentamento no local há mais de dez anos. O advogado da fazenda, Diamantino Silva Filho, afirma lamentar a situação dos sem-terra e acredita que "eles foram enganados pelo superintendente regional do Incra, Luiz Carlos Bonelli".

Há parecer técnico afirmando que a área não serve para assentamento de sem-terra, devido à má qualidade do solo. "Não dá para 200 famílias viverem dignamente ali, e muito menos para as 1.057 selecionadas pelo Incra", explica o advogado.

Diamantino adiantou também que hoje solicitará força policial para o cumprimento do mandado judicial e já na próxima segunda-feira iniciará o levantamento do valor dos prejuízos causados pela invasão, para pedir ressarcimento.

"Queremos receber até o último centavo do Incra", disse o advogado. "Tivemos informações seguras sobre as condições impostas pelos invasores às 10 mil cabeças de bovinos que a empresa tem na fazenda. Os animais já apresentam sinais de debilidade, estão emagrecendo rapidamente, sem água e alimentação. Provavelmente entrarão no rol dos prejuízos", informou ele.

Para evitar aumento nos valores a serem ressarcidos, Diamantino disse que o grupo agropecuário pode doar todos os recursos necessários para a desocupação da fazenda. "Caso seja preciso, a empresa fornecerá ônibus, caminhões e alimentação para desocupar a fazenda. Conforme determina a decisão judicial, cada dia de invasão equivale a multa de R\$ 10 mil contra o Incra. Queremos uma desocupação pacífica, se possível, é claro", afirmou.

O Incra ainda pode recorrer, mas terá de fazê-lo diante da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal, com sede em São Paulo - a mesma que suspendeu no dia 6 os efeitos da desapropriação da Teijin, ocorrida por decreto presidencial em outubro de 2001. A medida foi adotada baseada em laudos da perícia judicial indicando que a fazenda é produtiva, diferentemente do que afirma o decreto.

Para o advogado dos proprietários, Bonelli teria intenções políticas, de olho em votos que a invasão da fazenda poderia gerar. Há indicações de que o superintendente do Incra poderia se candidatar a deputado estadual, caso o governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, saísse candidato ao Senado - o que não aconteceu. Caso o petista assumisse a candidatura, Bonelli poderia contar com votos entre as mais de 11 mil famílias de sem-terra que acomodou e assentou nas áreas compradas e desapropriadas pelo órgão, durante a sua gestão frente ao Incra de Mato Grosso do Sul.

Incra quer ocupar área preservada – Estado de São Paulo – Nacional – 16/06/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quer assentar 60 famílias de sem-terra na Fazenda São Luiz, na Serra do Japi, na Grande São Paulo, já vistoriada e declarada de interesse para compra. A vistoria ocorreu depois que a área foi invadida. Uma lei impede a vistoria até dois anos após a ocupação. A serra é Área de Proteção Ambiental (APA). A prefeitura de Jundiá e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) irão à Justiça contra o Incra. Segundo o órgão, a agricultura familiar é compatível com a preservação ambiental em áreas já exploradas pela agricultura, caso da fazenda.

MST reabre o debate sobre reforma agrária – O Globo – Primeira Página – 17/06/2007

O debate sobre o fracasso da reforma agrária foi reaberto pelo líder do MST João Pedro Stédile, ao admitir que o modelo está superado. Especialistas discutem as falhas nos assentamentos. Página 18

Stédile reacende debate sobre reforma agrária - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 17/06/2007

Crítico do MST diz que causa foi superada pela modernização do campo; professor da UFRRJ pede mais investimento

BRASÍLIA. Ao admitir na última semana que o modelo de assentamento defendido pelo MST há duas

décadas está esgotado, o principal ideólogo do movimento, João Pedro Stédile, jogou lenha na fogueira do debate sobre a viabilidade da reforma agrária no país. O desabafo marca uma mudança no discurso dos sem-terra, que conquistaram espaço à frente de grandes ocupações e protestos pela distribuição de terras improdutivas.

Stédile conseguiu surpreender, ao mesmo tempo, dois grupos antagônicos: os antigos desafetos do MST, que julgam suas bandeiras sepultadas pela História; e os responsáveis pela política fundiária do governo, que celebram o recorde de assentamentos no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— A reforma agrária era uma causa justa nos anos 60, quando se plantava com enxada, mas foi superada pela modernização do campo. Fui chamado de herege quando afirmei isso pela primeira vez, há mais de 15 anos — diz o engenheiro agrônomo Xico Graziano, um dos mais célebres críticos do MST.

Graziano: MST usou sem-terra como massa de manobra O desenvolvimento tecnológico que impulsionou o crescimento do agronegócio exportador teria inviabilizado a produção baseada na distribuição de terra a lavradores sem preparo e capacidade de investimento, diz o tucano, ex-deputado e atual secretário de Agricultura de São Paulo. Para competir com as grandes empresas, argumenta, a agricultura familiar precisa se organizar em cooperativas sólidas, como as de pequenos produtores de soja no Paraná: — O MST sabia que os assentamentos não funcionavam, mas insistiu no discurso para usar os sem-terra como massa de manobra para suas atividades políticas — acusa Graziano, que atribui o recuo de Stédile à constatação de que a sobrevivência do movimento corre perigo.

A existência de 200 mil famílias acampadas mantém a reforma agrária entre as prioridades do país, afirma o economista Sérgio Pereira Leite, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador de uma pesquisa em assentamentos distribuídos por 15 estados, ele contesta a idéia de que a plantação extensiva de soja e cana-de-açúcar seja a única solução para o meio rural brasileiro.

— Temos que nos perguntar se esse modelo, incentivado nos últimos anos com recursos públicos, supre as necessidades do país. O plantio de soja está desmatando a Amazônia e a corrida do etanol fez ressurgir o trabalho escravo no Nordeste. Qual é a sustentabilidade desse tipo de crescimento? — questiona.

Otimista com a queda da evasão nos assentamentos, Leite elogia projetos federais como o Luz Para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos, que no ano passado aplicou R\$ 118 milhões para garantir a venda de produtos dos sem-terra. Mas lamenta que a reforma agrária tenha ficado de fora dos investimentos previstos no Plano de Aceleração do

Crescimento (PAC) — o que, segundo ele, mostra a força dos grandes produtores no governo.

— A distribuição de terra não é só uma imposição social. Geração de emprego significa política econômica, e cada lote abre em média três postos de trabalho — afirma.

Apesar do aumento dos investimentos em reforma agrária — que saltaram de R\$ 1,1 bilhão em 2003 para R\$ 2,6 bilhões em 2005 — a agricultura familiar continua a perder a queda-de-braço política para a monocultura extensiva. No ano passado, o agronegócio bateu o recorde de exportações, com US\$ 49,4 bilhões em vendas, e respondeu por 93% do superávit na balança comercial.

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, é hora de inverter os pesos na balança de prioridades do governo.

— Há quatro anos, o Brasil enfrentava um período de grande vulnerabilidade econômica. Esse esforço foi necessário, mas já ultrapassamos os R\$ 80 bilhões em reservas. O governo está superando o encantamento com a grande propriedade e o volume de exportações — garante Cassel, um engenheiro gaúcho levado a Brasília pelo antecessor, Miguel Rosseto.

Ministro rebate as críticas de Stédile aos assentamentos Ligado à Democracia Socialista (DS), uma das tendências mais à esquerda no PT, o ministro mede as palavras para evitar atritos com o MST e classifica como “medieval” o discurso de que as bandeiras do movimento estão ultrapassadas. No entanto, rebate a declaração de Stédile de que os assentamentos no Norte têm acelerado o desmatamento da floresta amazônica.

— O João Pedro não conhece a Amazônia. O desmatamento diminuiu nas áreas loteadas pelo Incra — diz Cassel, que estima em 50% o percentual de assentamentos promovidos na Amazônia Legal durante o governo Lula.

Casos como o da região de Pacajá (PA), onde O GLOBO flagrou em maio o recrutamento de sem-terra por madeireiros, são descritos pelo ministro como pontuais. Já a ação armada de grileiros, que tem expulsado lavradores instalados no sul do Pará e em Roraima, é alvo confesso de preocupação do governo.

— Os assentamentos são feitos com apoio da Polícia Federal em terras públicas ocupadas por grileiros. Quando a polícia sai, os pistoleiros entram nos lotes com metralhadoras e começam a derrubar as árvores. Você acha que o assentado vai enfrentá-los com o documento do Incra na mão? É punk — resume Cassel. MULHERES do MST protestam em frente ao prédio da Anvisa contra os transgênicos: para Stédile, movimento tem que mudar o foco de luta

Mudança de foco – O Globo – O País – 17/06/2007

Em entrevista na terça-feira, no segundo dia do 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, o líder João Pedro Stédile afirmou que a reforma agrária com que o movimento sonhava há 20 anos não existe mais.

“Se ficarmos só na pauta da terra, seremos derrotados”, disse o principal ideólogo dos sem-terra, que defendeu o deslocamento da militância para novas causas, como o combate ao cultivo de transgênicos e às empresas transnacionais.

A mudança transparece nas palavras de ordem usadas pelo movimento. No primeiro encontro nacional, o lema era “Terra na lei ou na marra”. Este ano, o mote escolhido foi “Por justiça social e soberania popular”, e o principal ato público teve como alvo as ocupações militares dos Estados Unidos.

Stédile criticou os assentamentos na Amazônia Legal, foco da política fundiária do governo nos últimos quatro anos: “A maioria devia ser chamada de projetos de colonização, porque estimula o desmatamento e abre espaço para a plantação de soja e a criação extensiva de gado”.

Pela primeira vez desde a fundação do MST, em 1984, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi convidado para um encontro nacional do movimento.

O governo nega atritos, mas avalia que a organização se enfraqueceu com o crescimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de dissidências como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), de inspiração maoísta, que liderou a invasão do Congresso há um ano.

“Além disso, o MST perdeu legitimidade com a agenda continuada de conflitos”, diz o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Segundo a Ouvidoria Agrária, o número de ocupações de terra voltou a subir no ano passado, chegando a 259 em todo o país. Pouco mais que a metade das 502 invasões registradas em 1999, no auge dos conflitos no governo Fernando Henrique Cardoso.

MST prioriza alianças políticas, diálogo com sociedade e sustentabilidade - Verena Glass - Carta Maior – 18/06/2007

Passagem de dirigentes de movimentos sociais e políticos de vários partidos pelo evento marca nova fase de construção de alianças. MST também quer diálogo com sociedade para esclarecimento e apoio a projeto que enfrente predação capitalista.

BRASÍLIA – O 5º Congresso do MST foi uma oportunidade ímpar para um aprofundamento analítico sobre este fenômeno que, surgido há mais de 20 anos como principal herdeiro das lutas camponesas ao longo da história do país, é hoje uma organização nacional sólida cujo escopo político se configurou num dos projetos mais debatidos entre as esquerdas nacionais e latinoamericanas.

Grosso modo, o que ficou claro neste encontro é que aquele MST que surgiu para reivindicar o assentamento de trabalhadores expulsos da terra evoluiu para uma proposta mais ampla de luta por transformação social, que, mais que a compreensão da exclusão no campo como problema social, exige das forças progressistas e da sociedade uma participação mais ativa no debate sobre as opções políticas, o modelo de desenvolvimento e o futuro do país. Mas a questão é: o MST tem força e ressonância suficiente para bancar seu novo projeto?

A participação de cerca de 18 mil militantes de 24 estados no maior congresso do MST foi considerada internamente um indício da consolidação do movimento e da aceitação de suas propostas entre os trabalhadores rurais, apesar de todas as campanhas contrárias na imprensa e da ofensiva sofrida por parte do próprio Estado (principalmente Legislativo e Judiciário) - “O MST é como o bolo da vovó, quanto mais se bate, mais ele cresce”, brinca Gilmar Mauro, da direção nacional do movimento em São Paulo.

Por outro lado, o acucamento do debate sobre reforma agrária, capitaneado pelo núcleo duro do governo, apresentou um MST cauteloso e desafiado a criar novos instrumentos para se proteger do atropelo pelo capital agroindustrial, um oponente cada vez mais fortalecido politicamente. Para isso, concluiu o congresso, o movimento precisará de base, apoio político e compreensão.

A bem da verdade, a lógica sobre a qual o MST vem estruturando suas estratégias é simples: o modelo agroindustrial, com suas monoculturas extensivas voltadas à exportação, alta eficiência tecnológica, pouca demanda de mão de obra, respeitada contribuição ao PIB nacional, e sendo uma fusão de dois setores extremamente conservadores – o grande capital e o latifúndio – impõe a idéia de que a reforma agrária é obsoleta, incentiva a commoditificação e privatização dos recursos naturais, e preda o meio ambiente de forma extremamente agressiva. Portanto, tornou-se alvo prioritário do movimento – até por uma questão de simples sobrevivência do campesinato -, assim como são alvos a concepção e a estrutura de apoio político ao setor oferecidos pelo Estado.

É neste âmbito que o discurso ambiental passou a se destacar na nova cartilha do movimento. Por um lado, a defesa do planeta contra as inúmeras formas de agressão do capital é uma questão de sobrevivência da humanidade, coloca o MST. Por outro, é um tema que exige e facilita a participação da sociedade.

“Nós não teremos condições de vencer essa batalha [pela preservação] se não conseguirmos atingir o conjunto da sociedade brasileira. É preciso que ela entenda que um pé de eucalipto chega a consumir 30 litros de água por dia do 1o ao 7o ano de vida. Quer dizer, as conseqüências disso são gravíssimas para o meio ambiente. É preciso entender que a monocultura de cana, de eucalipto, destrói a natureza e os recursos naturais, para que a sociedade também entenda, quando fazemos uma ação numa área de eucalipto, por exemplo, o que é que nós estamos fazendo”, afirma Gilmar Mauro.

O dirigente explica, porém, que a adoção da bandeira ambiental, apesar de facilitar o diálogo com outros setores, passou a ser um dos pilares do trabalho de base do MST, como ficou explicitado no [documento final](#) do congresso. “A humanidade corre perigo de existência, e é isso que queremos discutir com a nossa base. Enquanto estamos olhando para a nossa terrinha, a conquista do assentamento, estão sendo destruídos recursos naturais em todo mundo. Para o MST, isto é uma questão de fundo, estratégica, não uma questão tática. É a defesa do planeta e de outra forma de produção para a preservação da espécie humana. Vincular esta questão de fundo com a construção de assentamentos que possibilitem esta preservação é uma tarefa que temos que construir inclusive com o nosso povo”.

Alianças

Numa análise mais teórica da conjuntura política, o MST tem aderido à tese de que está se encerrando o ciclo da esquerda brasileira que teve início com a construção do PT e da CUT nos anos 1970, e se exauriu neste governo. A questão é, segundo Gilmar Mauro, se o MST será o último movimento desta velha guarda ou o primeiro de um novo ciclo. E este

questionamento parece ser uma das principais diretrizes na busca de instrumentos para o fortalecimento do movimento.

O que se viu no congresso, por um lado, foi que, na luta pela reforma agrária e pela legitimação das ações e bandeiras do movimento, o MST ampliou o leque de “aliados” políticos para além dos tradicionais parlamentares e dirigentes do PT ou de interlocutores no governo federal. Assim, abriu frentes com governos como o de Aécio Neves (PSDB-MG) e Cid Gomes (PSB-CE), fortaleceu laços com Jackson Lago (PDT-MA), recebeu apoio efusivo de Itamar Franco e Roberto Requião (PMDB), e permitiu uma intervenção exclusiva a Jaques Wagner (PT-BA).

Por outro lado, o movimento reafirmou a intenção de aprofundar as articulações com um amplo espectro de forças de esquerda, da CUT ao PSTU, passando pelas organizações da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Com estes, o objetivo seria aprofundar o debate sobre um projeto popular para o país. “O congresso tirou como linha política prioritária do MST, para o próximo período, fortalecer as alianças. Existem muitas diferenças nas esquerdas, mas há pontos que são a base para um programa comum, que aponte para soluções estratégicas” explica Mauro. E para deixar clara a relação do MST com Lula, acrescenta: “nós queremos fazer o debate sobre o Estado brasileiro, não sobre o governo. O Estado no conjunto de seus poderes. É no Congresso que estão discutindo retrocessos à legislação trabalhista e previdenciária. É no Judiciário que estão paradas um monte de desapropriações. É um conjunto de ações do Estado brasileiro que impede avanços da Reforma Agrária e aponta para retrocessos”.

Por último, e possivelmente representando o maior desafio para os próximos tempos, o MST quer melhorar as relações com a sociedade em geral. Sob o mote “a reforma agrária é uma luta que toda a sociedade tem que lutar”, o movimento quer se fazer compreender e apoiar através de novas formas de diálogo, ainda não completamente elaboradas. Mas, a princípio, a avaliação é que o discurso sobre o suposto isolamento do MST, em função de sua radicalidade, é inconsistente. “O discurso que busca estigmatizar o MST eu ouço desde 1985, quando entrei no movimento. Mas continuamos crescendo, apesar de todas as críticas, algumas justas, outras injustas”, avalia Gilmar Mauro.

Por fim, o MST continuará investindo e avançando nas ações de organização dos sem terra e na luta pela reforma agrária. Em seu documento final, a “Carta do 5º Congresso Nacional do MST”, são detalhados os posicionamentos políticos e as demandas técnicas e sociais, uma vez que o sonho do agricultor ainda é a terra para produzir e viver, e é lá onde bate o coração que irriga o movimento, conclui Mauro.

Fotos: Verena Glass

MST vive dilema entre atacar e apoiar Lula - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2007

Líderes decidem criticar governo, mas bases ainda preferem o aplauso

Romper com o governo Lula e correr o risco de uma debandada nas suas bases, ou manter a aliança com o governo e ver seu projeto de reforma agrária cada vez mais distante da realidade? Durante o 5º Congresso Nacional encerrado na sexta-feira - que durante cinco dias manteve 18 mil militantes de 24 Estados num grande acampamento, em Brasília - ficou evidente que o Movimento dos Sem-Terra (MST) está diante de uma encruzilhada. No discurso, os líderes batem firme no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de alta traição aos sem-terra quando engavetou os compromissos da reforma agrária “assinados com o MST” e chamou os usineiros de heróis. Nos bastidores, dão sinais de que o “casamento” não acabou, principalmente para as numerosas bases do Nordeste, lulistas até os ossos. Depois de divulgar que a presença de Lula tinha sido vetada no congresso, por conta da linha crítica e independente do evento, o MST convidou e recebeu o ministro da Educação, Fernando Haddad, no encerramento do encontro.

Haddad participou de um evento na Escola Itinerante Paulo Freire e, auditório repleto, ladeado por João Pedro Stédile e Marina dos Santos, ambos da direção nacional do MST, fez competente propaganda do governo Lula. Os líderes que agora “demonizam” o presidente são os mesmos que, oito meses atrás, na véspera do segundo turno, punham a militância na rua para pedir votos para sua reeleição. Muitos sem-terra ainda desfilam com a estrela do PT no peito e envergam camisetas da campanha.

“Votamos nele e no projeto antineoliberal que o PT representou”, explica o coordenador nacional João Pedro Stédile. “Vibramos muito com a vitória e esperávamos que construísse outros projetos para os quatro anos, mas fez aliança com o capital estrangeiro e esqueceu os movimentos sociais.” Admirador confesso da trajetória do presidente, o próprio Stédile tem dificuldade em assumir postura contundente. “Nós do MST não queremos ser simplistas de culpar o Lula e o PT. Há um contexto histórico complexo.”

DESENCONTROS

A militância não assimilou o papel crítico em relação ao governo desejado pelos líderes. Quando o governador da Bahia, Jacques Vagner (PT), saudou os congressistas que lotavam o ginásio Nilson Nelson e defendeu o governo, foi ovacionado. Pouco antes, o governo tinha sido acusado de ter se “vendido ao capital financeiro”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve interrompido por aplausos seu longo discurso quando pediu que a reforma agrária “seja feita em diálogo com o governo Lula”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) falou claramente em nome do governo: “Trabalhamos muito para eleger Lula e o que estava em jogo naquele momento continua em jogo hoje. Podíamos ter feito mais, mas, se não dermos sustentação a esse projeto, os que quase derrubaram o presidente Lula no ano passado vão se fortalecer. Venho de peito

aberto pedir: precisamos que o MST continue forte e ativo para nos ajudar a derrotar nossos adversários.” Foi calorosamente aplaudida.

“Não é o MST que está rompendo com o governo. É de se perguntar por que o Lula está se afastando do povo”, provoca o líder Vanderlei Martini. “Vamos continuar o diálogo com o governo”, contrapõe Marina. Para o líder Gilmar Mauro, não há encruzilhada nem crise de identidade. “A realidade objetiva é que, amizade à parte, ele está cumprindo o papel dos nossos inimigos, portanto, vamos à luta.”

Durante o congresso, o MST não permitiu que os jornalistas circulassem pelo acampamento, a não ser acompanhados de assessores ou seguranças, o que inibiu os entrevistados. A reportagem conversou com vários sem-terra que, nas folgas, circulavam pelos shoppings e logradouros de Brasília. De cinco entrevistados, apenas um criticou o governo.

Para líderes sem-terra, governo não funciona sem pressão – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2007

Integrantes da cúpula do MST avaliam que antigo aliado se rendeu ao modelo que interessa ao capital

Os principais líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desistiu de levar adiante o projeto de reforma agrária no País. Embora seja um compromisso de governo e previsto em lei, o programa está praticamente parado, na avaliação do movimento. A demanda, segundo o MST, é imensa: há 4 milhões de famílias esperando terra em todo o Brasil. Só o movimento tem 140 mil sob a lona. Para os líderes, o antigo aliado se rendeu ao modelo que interessa ao capital, que tem garantido números modestos, mas consistentes, para a economia, e abandonou compromissos assumidos com os movimentos sociais. Por isso, o MST decidiu se articular com outros setores para ganhar mais força política. O Estado perguntou a seis dos principais líderes do MST, todos integrantes da direção nacional, se o governo faria a reforma agrária, caso o movimento deixasse de pressionar. A resposta foi unânime.

“Não. Primeiro nós temos de discutir um novo modelo de reforma agrária baseado nos 20 pontos que nós já entregamos para o governo Lula e estamos debatendo com o governo”, afirmou João Pedro Stédile. “É um programa que supera a fase dessa herança maldita do Fernando Henrique Cardoso, em que foi confundido reforma agrária com apenas fazer assentamentos.”

Na opinião de Stédile, os assentamentos atuais não são um processo de reforma agrária. “Eles representam dividir algumas fazendas, sobretudo na Amazônia, e jogar o povo pobre em cima”, criticou. “Em segundo lugar, como o próprio presidente tem dito em várias ocasiões, sem a pressão social, sem os movimentos sociais organizados não haverá nenhuma mudança neste país. O MST só tem razão de existir se continuar organizando os

pobres no campo para que lutem e pressionem. Sem isso não haverá não só a reforma agrária como nenhuma mudança neste país.”

Gilmar Mauro observou que seria uma utopia achar que o governo pode fazer a reforma agrária sem pressão. “Isso nunca ocorreu, não ocorre e não ocorrerá. Assim como nós pressionamos para fazer, o outro lado pressiona para não fazer. O capitalista não concorda com a distribuição das terras e vai combater sempre. Esse conflito de classes se repete no governo. Um lado quer, o outro não. Nossa tarefa é fazer a sociedade entender a importância da reforma para obtermos mais força política.”

Para Jaime Amorim, a pressão é indispensável. “Não está fazendo (a reforma agrária) nem pressionando, nem o movimento ocupando, fazendo marcha, fazendo a reivindicação, que dirá se parar”, comentou. “Nosso papel histórico é este, fazer a pressão, fazer a mobilização para que o governo cumpra a lei. Essa é a principal parceria que poderia ocorrer. O movimento social pressiona e o governo executa aquilo que diz a lei. Teria de se perguntar para o presidente por que ele não faz.”

A líder Marina dos Santos reforçou essa tese. “Qualquer governo só funciona como feijão cru. Só funciona se botar pressão. O governo Lula se afastou do seu compromisso histórico com a reforma agrária. Vamos pressionar para fazer a reforma agrária mantendo a autonomia de movimento social. Enfrentar o capital no campo e pressionar para que o governo ceda às vontades do povo.”

“Sem pressão popular nenhum governo funciona”, endossou Vanderlei Martini. “Nada acontece por acaso, nada cai no céu. As grandes transformações que a humanidade conhece, as mudanças que nós conhecemos na nossa sociedade foram feitas com a participação efetiva da maioria da população. A reforma agrária que nós queremos, a gente acredita que ela virá com a mobilização dos sem-terra principalmente, mas em conjunto com diferentes setores da sociedade brasileira.”

José Batista de Oliveira disse que o problema é o governo operar um modelo em que não cabe a reforma agrária. “Falta decisão política para romper essa estrutura do agronegócio. É o modelo que está sendo priorizado e que temos de combater. O Estado tem a obrigação de fazer, mas não faz. E o Estado hoje é o Lula. A sociedade deve fazer pressão sobre o governo por uma mudança estrutural.”

MDS participa de evento preparatório para Encontro dos Povos das Florestas – Sítio Eletrônico do MDS – 19/06/2007

O lançamento do 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta em Brasília foi prestigiado pela secretária-executiva adjunta do MDS, Arlete Sampaio, e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, entre outras autoridades.

A secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, participou nesta terça-feira (19/06) da cerimônia de lançamento de mobilização para a 2º Encontro Nacional dos Povos das Florestas, que acontecerá de 18 a 23 de setembro, em Brasília. A solenidade contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, além de representantes do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Governo do Distrito Federal, de embaixadas, do Congresso Nacional e de organizações ligadas ao meio ambiente.

Arlete Sampaio enfatizou que o encontro será um momento para discutir formas de o MDS contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável. "Queremos que os programas do Ministério cheguem cada vez mais a todas as comunidades", reforçou a secretária. Ela lembrou que a pasta integra o grupo de trabalho que desenvolve ações junto aos povos e comunidades tradicionais.

O primeiro Encontro Nacional dos Povos das Florestas aconteceu há 20 anos, em Xapuri (AC), sob a coordenação do seringueiro Chico Mendes. O evento é promovido pela Aliança dos Povos da Floresta, formada por três redes sociais: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Conselho Nacional dos Seringueiros e Grupo de Trabalho Amazônico.

Assentamentos desmatam 4 vezes mais que média amazônica - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2007

Campanhas do MST acusam grandes empresas do agronegócio de agredir meio ambiente - Em ataques às empresas do setor do agronegócio, o Movimento dos Sem-Terra (MST) alega que elas têm como característica principal a falta de responsabilidade com o meio ambiente. Em oposição, os assentamentos da reforma agrária seriam ecologicamente responsáveis. Não é isso, porém, o que indica um estudo que deve ser apresentado hoje em Foz do Iguaçu (PR), durante o 5º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

Segundo o autor do estudo, o ecologista Flávio Olmos, a história dos assentamentos tem sido marcada por impactos ambientais que incluem incêndios e exploração ilegal de madeira e plantas. 'De maneira geral, a taxa de desmatamento nos assentamentos da Amazônia tem sido quatro vezes superior à média da região', diz ele.

Mas não é só na Amazônia. Os assentamentos têm sido importantes agentes de destruição ambiental em outros lugares, segundo o estudioso. O que mais chama a atenção dele, no entanto, é o ataque às áreas de preservação.

'Propriedades consideradas 'improdutivas', segundo o conceito legal, não são os únicos alvos de invasões por sem-terra. Áreas que deveriam ser conservadas, como reservas legais, são um alvo freqüente', diz.

Entre os casos de ataques a reservas listados no estudo, chama a atenção o ocorrido na área de floresta nativa da antiga Fazenda Araupel, no sudoeste do Paraná. Com 33.254 hectares, constituía um dos maiores remanescentes de floresta com araucária existentes no País.

Isso mudaria, porém, com a chegada dos militantes do MST. Entre 1996 e 2002, segundo Olmos, eles dizimaram 10 mil hectares da floresta e deixaram o restante gravemente degradado. 'Foi o maior desmatamento identificado pela ONG SOS Mata Atlântica em seus 18 anos de história', lembra.

O ecologista examina de modo detalhado três casos mais significativos em que o encontro dos sem-terra com reservas legais resultou em danos ambientais. O primeiro é o da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, 'um dos mais importantes mosaicos de áreas protegidas do domínio da mata atlântica'.

Desde 2003 um grupo de sem-terra acampa na reserva, apesar dos protestos de ambientalistas. A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já se manifestou, declarando que a área não é apropriada para assentamento.

Os sem-terra acusam os ambientalistas de estarem a serviço da biopirataria estrangeira; e asseguram que pretendem instalar áreas de cultivo com abordagem agroecológica. Para Olmos, a insistência nesse projeto tem objetivo político: 'Conseguir que um assentamento seja implantado no interior da APA teria grande valor simbólico para o MST, por abrir um precedente.'

Os outros casos analisados são o do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, e o do Parque Nacional da Capivara, no Piauí. No primeiro, ele acusa o Incra de atropelar leis ambientais na tentativa de criar assentamentos ao redor do parque.

No Piauí, a existência de assentamentos no entorno de Capivara sempre resultou em danos - da caça à exploração ilegal da madeira. Apesar disso, o Incra ainda insiste em assentar mais gente na região: 'Por que se optou por estimular a ocupação de um trecho de caatinga ainda intacta, ao invés das áreas já ocupadas por plantios das fazendas decadentes ao lado?'

No final, o pesquisador questiona a insistência governamental no projeto da reforma agrária: 'Como é feita atualmente, a reforma agrária se apóia em justificativas ideológicas e tem produzido como resultado final uma combinação de enorme destruição ambiental com avanços sócio-econômicos modestos.'

NÚMEROS

10.000 hectares de um total de 33.254 foram dizimados entre 1996 e 2002 na área de floresta nativa da antiga Fazenda Araupel, no sudoeste do Estado do Paraná, por

militantes do MST. Foi o maior desmatamento já verificado pela ONG Mata Atlântica em seus 18 anos de atividade

4 vezes maior é a taxa de desmatamento promovido por assentamentos da reforma agrária em comparação à taxa média da região amazônica

Encontro nacional marcará reunificação do movimento fundado por Chico Mendes - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 20/06/2007

Fundada nos anos 80, Aliança vai reunir GTA, Coiab e CNS e quer retomar agenda de lutas pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Vinte e um anos depois, novo encontro nacional será realizado em Brasília, em setembro.

RIO DE JANEIRO - A proximidade do aniversário de 20 anos da morte de Chico Mendes, assassinado em 1988, está fazendo com que as idéias e propostas do líder seringueiro e ambientalista voltem a ser lembradas com mais força pelas organizações dos movimentos sociais no Brasil. Um dos resultados práticos mais importantes desse fenômeno é a rearticulação da Aliança dos Povos da Floresta, entidade idealizada por Chico Mendes em meados dos anos oitenta para unificar as principais bandeiras dos movimentos sociais da Amazônia em sua luta pelo desenvolvimento sustentável da região.

A volta da Aliança dos Povos da Floresta ao cenário da luta política nacional foi acertada em janeiro, após um período de negociações envolvendo três grandes redes: o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). A plataforma de atuação da entidade será definida no 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, a ser realizado em Brasília entre os dias 18 e 23 de setembro. Esse encontro acontecerá 21 anos depois do primeiro, que foi organizado pelo próprio Chico Mendes na cidade de Xapuri, no Acre.

O presidente do CNS, Júlio Barbosa, comemora a reunificação da Aliança “após anos de distanciamento” e enumera as conquistas obtidas pelos povos da Floresta Amazônica nas duas décadas que separam os dois encontros nacionais: “Foram criadas 59 reservas extrativistas, houve a demarcação de terras indígenas, houve a criação da Câmara Técnica de Proteção ao Patrimônio dos Povos das Florestas e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). É muito importante a retomada da Aliança, cujos protagonistas - os índios e os seringueiros - têm participado ativamente das discussões sobre as políticas públicas para a região”, diz.

Para o secretário-geral do GTA, Adílson Vieira, a realização do segundo encontro em Brasília servirá para fortalecer a Aliança para além dos limites da Amazônia: “Precisamos discutir os problemas que ocorrem em outros biomas, como Caatinga, Mata

Atlântica e Cerrado, que são igualmente importantes, ricos em biodiversidade e com uma população expressiva vivendo nesses ecossistemas. Queremos discutir uma política florestal como um todo para o Brasil, definindo um modelo adequado para o desenvolvimento das comunidades e para a proteção das florestas”, diz.

O 2º Encontro terá apoio dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também dos governos do Acre, do Amapá, do Pará e do Amazonas. O evento, na avaliação do MMA, deverá atrair à capital federal mais de 10 mil representantes dos movimentos indígena, seringueiro e extrativista, além de membros de organizações não-governamentais e outros movimentos sociais. Os principais temas do encontro serão as mudanças climáticas, o desmatamento, os desdobramentos do PPG-7, a redução da pobreza dos povos que habitam a floresta e as iniciativas de exploração sustentável dos recursos florestais.

Marina anuncia 2º Encontro

A realização do 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta foi anunciada nesta terça-feira (19) pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante o seminário “O Papel dos Povos da Floresta no Desenvolvimento Socioambiental da Amazônia”, realizado no Hotel Mercure, em Brasília. A ministra, que ajudou Chico Mendes na organização do primeiro encontro, ressaltou a história da Aliança dos Povos da Floresta: “Temos de celebrar o esforço dessas comunidades historicamente marginalizadas, que foram capazes de ampliar uma aliança fundamental para recuperar a sua história e avançar socialmente”, disse.

Ao lado de representantes do GTA, da Coiab, do CNS, do Unicef e da Rede de ONGs da Mata Atlântica, entre outros, Marina enumerou o que considera como avanços obtidos pelos povos da floresta durante o governo Lula. A ministra citou “os 18 milhões de hectares em reservas extrativistas criadas nos últimos quatro anos” e prometeu que “nos próximos meses teremos mais oito milhões de hectares para este fim”. Ela também citou “os 10 milhões de hectares em terras indígenas homologadas na primeira gestão do governo Lula” e a redução do desmatamento de 50% na Amazônia e de 75% na Mata Atlântica.

Rainha anuncia onda de invasões do MST – Estado de São Paulo – Nacional – 21/06/2007

O líder José Rainha Júnior prometeu iniciar hoje nova ofensiva contra fazendas paulistas, seguindo decisões do 5.º Congresso do MST. 'Se a ordem é manter a pressão pela reforma agrária, vamos fazer nossa parte, com a ocupação de 20 fazendas esta semana.' Ele batizou a nova ação de Operação São João, pois vai 'esquentar' o inverno.

Sem-terra invadem duas fazendas em SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 22/06/2007

Ações foram na região de Araçatuba; Rainha promete mais ocupações no Pontal

Cerca de 350 sem-terra ligados ao líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior invadiram ontem duas fazendas na região de Araçatuba, em São Paulo. O grupo contou com o apoio de sindicatos de agricultores familiares da região e trabalhadores rurais filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Rainha também já anunciou novas ações para o fim de semana no Pontal do Paranapanema - a região que registra o maior número de conflitos agrários no Estado. Segundo as explicações do líder dos sem-terra, essas ações seguem as diretrizes do 5º Congresso Nacional do MST, realizado na semana passada, em Brasília.

“O congresso chegou à conclusão de que somente através de alianças com os trabalhadores de outras categorias e de lutas concretas será possível avançar a reforma agrária”, disse Rainha. “É o que estamos fazendo aqui na região.”

A coordenação estadual do MST, porém, não confirma as informações de Rainha. Segundo a assessoria de imprensa da organização, as ações para acelerar a reforma agrária em São Paulo ainda estão sendo discutidas. A ofensiva iniciada ontem por Rainha seria uma ação isolada, disse o assessor.

Publicamente, porém, nenhuma liderança se dispôs a censurar Rainha. Nas ações de ontem - na Fazenda Aracanguá, em Santo Antonio de Aracanguá, e na Fazenda Araçá, em Araçatuba -, os invasores empunhavam as bandeiras vermelhas do movimento.

Ao explicar a escolha dos locais de invasões, Rainha disse que o objetivo é cobrar rapidez do Judiciário na imissão de posse de propriedades que foram desapropriadas há mais de 3 anos. No Pontal, a intenção é atingir a proposta encaminhada há uma semana à Assembléia Legislativa pelo governador José Serra (PSDB). Se aprovada, ela permitirá a regularização de títulos de propriedades com mais de 500 hectares que estejam localizadas em áreas de terras devolutas. Para Rainha, trata-se de “mais um ato de privatização do governo tucano, pois são terras públicas e deveriam ser usadas para novos assentamentos”.

O mais influente líder dos sem-terra no Estado também disse que pretende continuar agindo em conjunto com os sindicatos rurais contra “a exploração do trabalhador” nos canaviais e a favor de mais investimentos nos assentamentos. Tanto num caso como no outro ele acredita que conta com a simpatia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Temos o presidente como nosso aliado.”

O combate ao projeto de Serra para a regularização de terras também está na pauta da coordenação regional do MST no Pontal. De acordo com o coordenador Valmir Rodrigues Chaves, uma comissão vai à Assembléia, no dia 26, para tentar convencer os deputados a combater e derrubar a proposta governamental. No mês de julho, o movimento

pretende realizar invasões, bloqueios de rodovias e marchas para chamar a atenção da sociedade para o assunto.

ESTRADA FECHADA

No Pará, cerca de 500 trabalhadores rurais fecharam ontem pela manhã a rodovia Belém-Brasília, na altura da cidade de Castanhal, no nordeste do Estado. A interdição, que só foi suspensa à tarde, provocou um engarrafamento superior a 10 km, nos dois sentidos da rodovia.

Os trabalhadores protestavam contra a desocupação, pela Polícia Militar, de 39 fazendas invadidas no Estado. Eles querem que a governadora Ana Júlia Carepa (PT) mande suspender a operação, iniciada na terça-feira.

Só na região de Castanhal, segundo o líder dos manifestantes e presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Raimundo Nonato Coelho de Souza, está prevista a saída das famílias de 16 fazendas.

COLABOROU CARLOS MENDES

Agora é o MST do Rainha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

José Rainha Júnior tornou-se para a direção nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) uma espécie de pílula quadrada que a entidade tem cada vez mais dificuldade de engolir, mas nem por isso pode descartar, tal o número de adeptos que ele ainda consegue arregimentar em suas operações “autônomas”. Mesmo tendo sido proibido pela cúpula do movimento de agir em seu nome desde 2002, e mesmo tendo sofrido várias sanções da Justiça - foi condenado em 2000 por dano ao patrimônio público, em 2003 por porte ilegal de arma, em 2005 a dez anos por incêndio criminoso e furto qualificado, além de ter ficado preso por 121 dias por formação de quadrilha e porte ilegal de arma -, Rainha inicia, agora, uma nova onda de invasões em São Paulo. O plano, iniciado com a invasão de duas propriedades, na madrugada de quinta-feira, na região de Araçatuba, tem o nome de “Inverno quente” e “Operação São João”.

Rainha reuniu para sua operação de inverno 350 militantes do MST que lhe são fiéis. E, certamente, para compensar a falta de apoio da direção nacional emessetista, o líder da facção dissidente do MST aliou-se com sindicatos de agricultores familiares e trabalhadores rurais filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele também desenvolve outras operações de invasão na região de maiores conflitos fundiários do Estado, o Pontal do Paranapanema, no que afirma seguir a orientação do 5º Congresso Nacional do MST, há pouco realizado em Brasília. “O congresso chegou à conclusão de que somente através de alianças com os trabalhadores de outras categorias e de lutas concretas será possível avançar a reforma agrária” - disse Rainha, justificando as novas operações que comanda.

Mas as justificativas de Rainha parecem mais “autônomas”, quando ele explica as razões de escolha dos locais invadidos, como a Fazenda Aracanguá, em Santo Antonio de Aracanguá, e a Fazenda Araçá, em Araçatuba. Diz ele que o objetivo é cobrar rapidez do Judiciário na imissão de posse de propriedades que foram desapropriadas há mais de três anos. A esse respeito, parece que os sem-terra só acham que a Justiça age com rapidez (no caso, exagerada) quando expede mandados de reintegração de posse contra seus esbulhos. No entanto o MST de Rainha revela um objetivo adicional ao desencadear novas invasões na região do Pontal: trata-se de combater o projeto de lei encaminhado pelo governador José Serra à Assembléia Legislativa, tendo em vista a regularização de títulos de propriedades com mais de 500 hectares em áreas de terras devolutas.

No tocante ao boicote da iniciativa de regularização fundiária que o governador Serra empreende no Pontal do Paranapanema, o MST de Rainha parece perfeitamente alinhado com sua matriz - conforme se depreende do que disse o coordenador do MST no Pontal, Valmir Rodrigues Chaves. Para Rainha, a iniciativa do governador é “mais um ato de privatização do governo tucano, pois são terras públicas e deveriam ser usadas para novos assentamentos”.

Curioso é esse raciocínio, que parece não considerar que uma desapropriação levada a efeito pelo Incra, por exemplo, para efeitos da reforma agrária, não deixa de ser uma “privatização” de áreas públicas - ou será que os lotes de terra distribuídos aos assentados continuam pertencendo ao Estado?

Há que se entender, certamente, que no campo da reforma agrária os movimentos de sem-terra, nos dias que correm, têm razões políticas que a razão da produção no campo desconhece. Não interessa a ninguém - nem ao MST, nem ao MST de Rainha, nem aos seus assemelhados e aliados - o encaminhamento de solução para a região que mais sofre com conflitos fundiários. Pois, se estes conflitos eventualmente desaparecessem, se chegasse a um nível razoável de convivência das partes em disputa - algo que de alguma forma favorecesse a produção e o aumento de renda naquela região -, de que forma os “movimentos sociais” haveriam de mostrar seus serviços, manter suas estruturas e abastecer-se de subsídios, internos e externos, fornecidos pelo governo, pela Via Campesina e outros mantenedores?

MST de Rainha inicia nova onda de invasões no interior – Cristiano Machado - Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007

Cerca de 300 militantes invadiram duas fazendas em Araçatuba; objetivo da "Operação São João" é invadir 18 áreas até domingo

Quatro meses depois de promover 14 invasões de fazendas num intervalo de quatro dias, a ala do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) liderada por José Rainha Jr., 46, iniciou ontem nova onda de ações em São Paulo.

A ofensiva, batizada de "inverno quente" e "operação São João", começou com a invasão de duas propriedades rurais na madrugada de ontem, em Araçatuba (530 km a oeste de SP).

Sérgio Pantaleão, aliado de Rainha, disse que a meta é invadir 18 áreas até domingo, dia de São João, nas regiões de Araçatuba e no Pontal do Paranapanema, num protesto contra os governos estadual e federal por "agilidade na reforma agrária". Os alvos ontem foram as fazendas Aracanguá (4,2 mil ha) e Araçá (2,6 mil ha), que cultivam cana-de-açúcar. Segundo o MST, cerca de 300 pessoas participaram das invasões. A PM não tinha estimativa sobre o número de participantes. Entre os militantes do MST, estavam trabalhadores rurais de sindicatos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Proibido pela direção nacional do MST de atuar em nome do movimento, José Rainha participou diretamente da invasão na Aracanguá, administrada pela CFM Agropecuária. A reportagem tentou ouvir a CFM Agropecuária, mas foi informada que a direção estava em reunião e não podia atender. A assessoria não ligou de volta. Já os proprietários da Araçá não foram localizados.

Rainha era um dos integrantes do comboio de dois caminhões e dezenas de carros que chegou à propriedade por volta das 5h40 de ontem. À Folha o líder sem-terra negou ter liderado a ação. "Estou como um militante do MST", disse.

Desde 2003, quando ficou 121 dias preso por crimes como formação de quadrilha e porte ilegal de arma, essa foi a segunda vez que Rainha participou de uma invasão. Temendo novos processos, Rainha, que ganhou o direito de responder em liberdade a condenações que somam 18 anos de prisão, passou esse período só articulando as ações - visitava as áreas invadidas por seus grupos dias depois, para evitar processos.

"Aqui na região de Araçatuba entramos [nas fazendas] para pressionar o Incra e a Justiça federal a agir e desapropriar as áreas para assentar as famílias. Já no Pontal, onde as famílias também vão ser mobilizadas, protestamos contra a legitimação da grilagem que o governador Serra quer fazer" -referindo-se a um projeto de regularização de áreas acima de 500 ha.

PROCESSOS: SEM-TERRA JÁ SOMA DIVERSAS CONDENAÇÕES – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007

Proibido pela direção do MST de agir em nome do movimento desde setembro de 2002, José Rainha Júnior foi condenado em 2005 a dez anos de prisão por incêndio criminoso e furto qualificado. Recebeu também outras condenações: por porte ilegal de arma, em 2003 e por dano ao patrimônio público, em 2000. Condenado por homicídio em 1997, foi absolvido em 2000.

Para diretor do Itesp, projeto é pacificador – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007

O diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, disse ontem que o projeto enviado pelo governador José Serra (PSDB) à Assembléia para regularizar a titulação de áreas superiores a 500 hectares no Pontal do Paranapanema é uma medida "democrática" e "legítima" para resolver o conflito por terra na região e visa acelerar essa solução.

O projeto é um dos motivos, segundo a coordenação do MST ligado a José Rainha Jr., da onda de invasões. Para o MST e Rainha, ele "legitima a grilagem de terra na região".

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) informou que as fazendas Aracanguá e Araçá "estão decretadas para fins de reforma agrária, aguardando emissão de TDA [Título da Dívida Agrária]".

CAMPO MINADO: AGRICULTORES FECHAM RODOVIA NO PARÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 22/06/2007

Agricultores ligados à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) interditaram ontem, por cerca de três horas, trecho da rodovia BR-316 na região de Castanhal (PA). A Federação disse que a manifestação ocorreu para reivindicar a suspensão de 30 mandados de reintegração de posses de fazendas localizadas no Estado.

Pistolagem no campo se alimenta da impunidade – Tatiana Farah – O Globo – O País – 22/06/2007

No Pará, não houve inquérito ou investigação ficou inconclusa para 70% de 774 assassinatos

SÃO PAULO A impunidade dobra o número de crimes no campo. A avaliação é do ouvidor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Gercino José da Silva Filho. O último balanço da Comissão Pastoral da Terra (CPT) confirma a injustiça nos rincões do país. Em dez anos, os conflitos de terra saltaram de 658, em 1997, para 1.212, ano passado. Desde 1985, foram mortos 1.465 trabalhadores.

Apenas 20 mandantes e 71 executores foram condenados. Nem todos estão presos; muitos fugiram ou aguardam em liberdade julgamento de recurso.

— Se não fosse a impunidade, avalio que a violência diminuiria mais de 50%. Em muitos casos, as pessoas cometem o crime confiando que não vão ser punidas — diz o ouvidor, para quem uma das soluções seria a criação de Justiça especializada em questões agrárias, assim como polícias Militar e Federal agrárias.

O balanço de 1.465 mortes no campo em 20 anos, segundo a CPT, pode ser apenas pequeno retrato da realidade.

O número foi apurado pelos núcleos da Pastoral, da Igreja Católica, em todo o país, e é base para estudos de outros movimentos sociais e ONGs de direitos humanos internacionais.

— Esse balanço é praticamente simbólico. O número de assassinatos no campo é muito maior. Não estão contabilizados casos de chacinas no interior da floresta, de

expansão da fronteira agrícola, quando trabalhadores são assassinados e jogados nos rios, em cemitérios clandestinos, ou são queimados. Esses registros nunca chegam até nós — diz o coordenador nacional da CPT, o advogado

José Batista Gonçalves Afonso, que trabalha em Marabá, sul do Pará.

— A impunidade é uma licença para matar. O pistoleiro que assassina aqui hoje, e não é punido, amanhã continua à disposição para cometer outros crimes, em outras regiões — diz o coordenador da CPT, para quem a impunidade, associada à morosidade na reforma agrária, é a responsável pela violência no campo: — O governo faz uma reforma agrária de resultados, que só responde na base da pressão.

Só ano passado, segundo a CPT, foram assassinados 39 trabalhadores rurais (em 2005 foram 38).

Houve outras 72 tentativas de assassinato, num aumento de 177% em relação ao ano anterior (26). Em 20% dos 1.212 casos de conflitos de terra, seja pela posse ou pelo uso, estavam envolvidas populações indígenas ou quilombolas (remanescentes dos quilombos). Ano passado, por exemplo, toda a comunidade quilombola de São Malaquias foi despejada do município de Vargem Grande, no Maranhão. O despejo judicial nem sequer aguardou o velório do chefe de uma das famílias.

— Há muitas situações de impunidade, mas, desde 1996, quando foi criada a Ouvidoria Agrária, posso dizer que isso mudou: nenhum caso que tenha motivação agrária fica sem abertura de inquérito — diz o ouvidor.

Os números do órgão diferem dos da CPT. A Ouvidoria registrou sete mortes ano passado, mas outras 46 ainda estavam sob investigação policial para saber se havia ligação com questões agrárias.

Situação é mais grave no Pará O estado onde a questão é mais grave é o Pará. De 1971 a 2006, foram assassinados 774 trabalhadores. Desses casos, 70% dos inquéritos não foram abertos ou concluídos pela polícia.

Nos casos que resultaram em processo criminal, apenas cinco mandantes foram julgados e condenados — dos quais, quatro ou fugiram ou aguardam recurso em liberdade e apenas um cumpriu pena. São processos que se arrastam por décadas nos tribunais.

No Pará, o assassinato da irmã Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005, revoltou o mundo e resultou em um julgamento que pode ser considerado “relâmpago” para padrões brasileiros: em pouco mais de dois anos, quatro de seus cinco assassinos foram condenados e estão presos.

— No caso dela, nos ajudaram muito a repercussão internacional e a nossa tentativa de federalizar o crime.

Embora o julgamento tenha ocorrido na Justiça do Pará, acabou indo mais rápido do que se imaginava por causa das pressões internacionais — conta o coordenador da CPT.

A vida da irmã valia, no mercado da pistolagem, R\$ 50 mil. Os assassinos ganham de R\$ 500 a R\$ 100 mil para matar padres, advogados, sindicalistas, sem-terra e índios.

A cabeça mais “valiosa” hoje é a do frei francês naturalizado brasileiro Henri des Roziers: R\$ 100 mil.

Aos 73 anos, ele vive em Xinguara, município que já foi recordista de assassinatos no Pará nas décadas de 80 e 90. Frei Henri, assim como o bispo do Xingu, dom Erwin Kräutler, e a sindicalista Maria Joel Dutra da Costa, viúva do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, José Dutra da Costa, assassinado em 2001, são algumas das pessoas que vivem sob proteção policial.

'Antes de morrer, queria ver pelo menos um deles na cadeia' - Fellipe Awi – O Globo – O País – 22/06/2007

Famílias sofrem com a perda de parentes e a ameaça constante

RIO MARIA e MARABÁ, PA. Aos 71 anos, dona Geraldina Canuto gosta de repetir que confia mais na justiça de Deus que na dos homens. Não fosse por sua fé, seria por experiência própria.

Há 22 anos, ela espera ver os mandantes do assassinato de seu marido e de dois filhos punidos: — Antes de morrer, queria ver pelo menos um deles na cadeia.

Sua história, passada na cidade de Rio Maria, no sul do Pará, é o exemplo da consequência mais cruel da impunidade, que é a de permitir a repetição do crime. A morte dos irmãos José e Paulo, em 1991, foi uma espécie de continuação do assassinato do pai, João, seis anos antes. Os três orientavam agricultores em processos trabalhistas contra fazendeiros. Membros da família ainda são ameaçados.

— É só a gente mexer no processo, falar com a imprensa, que as ameaças voltam. A última que recebemos foi do filho de um dos mandantes do assassinato do meu pai — conta a professora Luzia Canuto, filha de João.

O sangue da família Canuto começou a ser derramado em 1985, quando o sindicalista João foi assassinado com 14 tiros a caminho do trabalho.

Onze anos antes, ele e sua família haviam trocado Goiás por Rio Maria para trabalhar numa fazenda.

Quando foi expulso do lugar, com toda a sua produção de arroz e milho queimada, ele entrou na Justiça contra o patrão, e, após fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, começou a orientar outros colonos a fazer o mesmo.

— Como a Justiça e a polícia estavam envolvidas com os fazendeiros, poucas providências eram tomadas — conta Luzia.

Ela e seu irmão Orlando assumiram o lugar do pai no sindicato e na lista dos marcados para morrer.

Em 1990, Orlando, José e Paulo foram seqüestrados.

O primeiro escapou, mesmo levando três tiros, mas os outros não tiveram a mesma sorte.

— Ninguém foi preso. O delegado era o mesmo do caso do meu pai — diz Luzia, que passou três anos escondida em Belém, mas voltou a Rio Maria.

— Aqui, apesar das ameaças, acompanho os processos de perto.

Em 2003, a Justiça condenou os dois mandantes do assassinato de João: os fazendeiros Vantuir Gonçalves de Paula e Adilson Carvalho Laranjeira, ex-prefeito de Rio Maria. Ambos aguardaram o recurso em liberdade.

Quando saiu a decisão definitiva, já estavam foragidos. Os Canuto souberam que Laranjeira morreu, mas não acreditam. O intermediário do crime, Jurandir Pereira, está foragido. Só os pistoleiros estão presos.

— Ainda encontro com parentes do Vantuir nas ruas — conta Luzia.

Maria Joel Dias da Costa vive o mesmo drama. Nas ruas de Rondon do Pará, sudeste do estado, passa de vez em quando pelo fazendeiro Décio Nunes, a quem acusa de ser o mandante do assassinato do marido, o sindicalista José Dutra da Costa, em 2000. Por decisão judicial, ela anda escoltada por dois policiais civis porque também está jurada de morte.

— O Delsão continua matando e desmatando e ninguém faz nada — diz Maria Joel, que assumiu o

sindicato no lugar do marido.
Sete anos depois do crime, só foi condenado o pistoleiro Wellington de Jesus, que recebeu R\$ 2 mil pelo serviço.
Os dois intermediários, foragidos, receberam R\$ 15 mil.
Em março, um pistoleiro entrou na sede do sindicato e disse a Maria que Delsão oferecera a ele R\$ 2 mil para matá-la. Mas ele estava arrependido e queria R\$ 300 para deixar a cidade. O pistoleiro acabou preso.

Rainha atrai Mast para ações no Pontal – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2007

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior anunciou a unificação dos movimentos sociais que atuam no Pontal do Paranapanema (SP) para ações como invasão de fazendas na região. Segundo ele, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e o Unidos na Luta pela Terra (Uniterra) se juntarão ao MST para o “combate ao latifúndio”. Está prevista a ocupação de dez fazendas nos próximos dias, no que Rainha apelidou de “inverno quente”. O Mast é a segunda força de sem-terra no Pontal, só atrás do MST. O movimento já tem o apoio de sindicatos rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Onde os bois vivem melhor que trabalhadores - Felipe Awi – O Globo – O País – 23/06/2007

Em fazendas do Pará, Ministério do Trabalho resgata homens vivendo em condições semelhantes à da escravidão

BREJO GRANDE DO ARAGUAIA E MARABÁ, PA. No Sul do Pará, ainda existe animal vivendo melhor do que gente. Foi o que constatou uma operação do grupo móvel do Ministério do Trabalho encerrada esta semana, que libertou 27 trabalhadores rurais vivendo em condição análoga à de escravos.

O resgate, acompanhado pelo GLOBO, impressionou os fiscais do Trabalho e os agentes da Polícia Federal por uma cena emblemática: os bois de uma das fazendas recebiam mais cuidados que homens.

Em Brejo Grande do Araguaia, quase na divisa do Pará com Tocantins, o grupo móvel encontrou 12 trabalhadores da Fazenda São José morando no meio do mato, num barraco de palha, parcialmente coberto e em condições lastimáveis.

Contrastava com a estrutura de madeira e com telhado de cerâmica destinados aos bois, bem no início da fazenda. De igual, apenas a água que as pessoas e os animais bebem, ambas provenientes de um igarapé, que é barro puro quando chove.

— As boas condições em que se encontra o gado são mais um agravante, porque tiram do fazendeiro o argumento de que não pode cuidar melhor de seus funcionários — afirma o auditor do Trabalho Calixto Torres.

Jornada era de 5h às 18h, de segunda-feira a sábado A Fazenda São José reunia características clássicas do trabalho escravo. Os trabalhadores foram aliciados em Tocantins por um intermediário, chamado de gato na região, que lhes prometeu “fazer um

bom dinheiro” roçando terra no Pará. Os mais antigos, com três meses de trabalho, só receberam até agora R\$ 150, a título de adiantamento.

A diária era de R\$ 15.

A jornada é de 5h às 18h, de segunda-feira a sábado.

— Como vou voltar para casa sem dinheiro? Não posso nem pegar uma condução — disse o Josenil Ferreira, que saiu de Augustópolis, em Tocantins.

Ele trabalhava com uma ferida profunda na perna, mas não pôde deixar o roçado porque seria descontado, embora seja de um dinheiro que ainda nem viu.

Comida (arroz e feijão todo dia), sabão, ferramentas, botas e outros itens serão descontados, e os preços cobrados são quase o dobro do mercado.

Para comer carne, os trabalhadores caçam jabuti, tatu e paca na mata. Outros bichos, no entanto, causam medo: onça e cobra já foram vistas perto do alojamento. Não há nem vela para iluminar o lugar à noite.

— De noite faz um frio aqui que a gente nem consegue dormir.

Se eu soubesse que era assim, não tinha deixado a minha casa — conta José Filho Vieira, morador de Ananás (TO).

Na Fazenda Ladeirão, em Pacajá, os auditores do ministério encontraram 15 trabalhadores acampados num terreno acidentado, também em condições subumanas. A comida era descontada, e o salário nunca era pago integralmente.

No período de chuvas, é praticamente impossível cruzar os 54 quilômetros que separam a fazenda da cidade.

— Uma vez fiquei doente aqui, não recebi remédio e tive de ir em cima de um burro. Na volta, vim a pé. Levei um dia inteiro — contou o trabalhador rural Raimundo Gomes.

Proprietários tiveram de pagar R\$ 50 em direitos trabalhistas A operação nas duas fazendas resultou em indenização por danos morais, estabelecidos pelo Ministério Público do Trabalho, em cerca R\$ 35 mil, verba que será usada para equipar hospitais da região. Os proprietários das duas fazendas fiscalizadas tiveram de pagar quase R\$ 50 mil de direitos trabalhistas, fora as multas, cujo valor ainda será calculado.

— O trabalho escravo está ligado à ausência do Estado e à falta de informação dos trabalhadores, que nem sequer conhecem seus direitos. São lugares de difícil acesso, o que dificulta a fiscalização — disse a procuradora do Trabalho Guadalupe Turos, que acompanhou a operação.

Para ministério, Pará é campeão de trabalho escravo O Pará é o campeão nacional do trabalho escravo, segundo o Ministério do Trabalho.

O estado é responsável por mais de 31% de todos os trabalhadores resgatados ano passado pelo grupo móvel do ministério. Foram 1.062 pessoas entre os 3.342 brasileiros encontrados nessa situação.

Para a Organização Mundial do Trabalho (OIT), que também põe o Pará no topo da desonrosa lista, a situação do estado ainda é mais grave porque ele concentraria 70% dos trabalhadores que ainda vivem como escravos, estimados em 30 mil. O problema está concentrado no arco do desmatamento na Floresta Amazônica, pois o Pará é seguido de Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

'Este é o meu trabalho' – Fellipe Awi - O Globo – O país – 23/06/2007

CORPO A CORPO AMADEUS CARVALHO DA SILVA

Há mais de 15 anos, Amadeus Carvalho da Silva recruta mão-de-obra escrava para fazendas de Tocantins e do Pará. Ele é a figura conhecida como gato, o intermediário entre o fazendeiro e o trabalhador. Foi quem levou os funcionários para a Fazenda São José, em Brejo Grande, a grande maioria saída de Ananás (TO). Amadeus ajuda a entender por que o trabalho escravo ainda existe no Brasil. Ele diz que os trabalhadores sabem que vão ser tratados assim e ainda os culpa pelas condições desumanas em que vivem. Como não foi preso em flagrante, diz que vai continuar fazendo o seu serviço.

O GLOBO: Como o senhor faz para recrutar os trabalhadores ?

AMADEUS É a coisa mais fácil. Os fazendeiros me procuram e me dizem o número de trabalhadores de que precisam. Vou na rádio de Ananás e mando anunciar que quem quiser trabalhar pode me procurar em casa. Peço dez trabalhadores e aparecem 20, 30. Aí eu digo quanto vai ser a diária, geralmente R\$ 15, R\$ 20, e eles aceitam. Alguns fazendeiros usam carteira de trabalho, outros não.

O senhor explica que eles vão viver em barracos sem água, no meio do mato?

AMADEUS: Digo que eles mesmos vão construir o alojamento deles. Eles já saem de casa sabendo que vão morar naquelas condições. Mesmo assim, querem ir. E quem eu não escolho ainda fica bravo comigo.

Todo mundo precisa de dinheiro.

O senhor não acha errado deixar os trabalhadores naquelas condições e sem receber salários?

AMADEUS: Eu pago os salários direito (os trabalhadores da Fazenda São José, porém, não estavam recebendo seus pagamentos).

E, se eles vivem num lugar ruim, é porque não cuidam direito do barraco.

Fazem a maior bagunça.

Um dia acham o barraco bom e, no outro, reclamam, querem ir embora.

Mesmo depois de a polícia ter resgatado todos os trabalhadores lá na Fazenda São José, o senhor vai continuar trabalhando nisso?

AMADEUS: Claro, este é o meu trabalho. Não vejo problema algum nele. Por melhor que esteja o alojamento, a polícia sempre vai achar que não está bom mesmo.

Rainha inicia mobilização unificada no Pontal hoje - José Maria Tomazela – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior vai iniciar hoje mobilização com outros movimentos contra o projeto do governador de São Paulo, José Serra (PSDB), que prevê a regularização das fazendas com mais de 500 hectares no Pontal do Paranapanema. O líder espera mobilizar o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e grupos menores, como o Unidos em Luta pela Terra (Uniterra) para invadir pelo menos 10 fazendas.

A idéia é ocupar áreas que são alvo de ações do Estado, sob alegação de serem terras devolutas. O “inverno quente”, como Rainha o chama, será a primeira ação unificada dos movimentos de luta pela terra no Pontal.

Dissidência do MST, o Mast é a segunda força entre os sem-terra no Estado. No Pontal, tem seis acampamentos em Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Piquerobi e Presidente Bernardes, com cerca de 1.200 membros. O Uniterra tem 300 acampados em Presidente Epitácio. Rainha conta com 1.800 militantes em 11 acampamentos do MST e o apoio de sindicatos rurais ligados à CUT.

Na quinta-feira, a direção estadual do MST informou que as ações de Rainha no Pontal são pessoais e não refletem as decisões do movimento. O líder, no entanto, diz estar seguindo as diretrizes da carta de princípios divulgada no 5º Congresso Nacional do MST, encerrado dia 15, em Brasília. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, informou que a entidade vai pedir a prisão de Rainha por organizar as invasões.

11 grupos de índios isolados vivem em áreas desprotegidas - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

Povos não têm assistência do poder público e vivem expostos às agressões de invasores ilegais de terras

No Brasil, 11 grupos de índios isolados do contato com a sociedade vivem em áreas desprotegidas, sem nenhuma garantia legal ou assistência institucional do poder público. Estão expostos aos ataques de exploradores de madeira, de minério, da fauna e da flora. São áreas de absoluta vulnerabilidade, já que a integração com o homem branco representa risco de morte, seja por causa dos conflitos ou em decorrência das doenças urbanas às quais estão desacostumados.

Desde dezembro de 2006, a Fundação Nacional do Índio (Funai) passou a considerar a existência de 68 povos indígenas autônomos espalhados na Amazonia Legal (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima), além de um caso em Goiás. Do total, 57 estão em áreas já reconhecidas como terra indígena ou em territórios de influência das Frentes de Proteção Etno-Ambiental, da Funai, que são os grupos responsáveis pelo monitoramento e salvaguarda dos isolados. Em tese, estão mais protegidos que os demais.

No último censo populacional do IBGE, 700 mil indivíduos se autodenominaram índios. Os autônomos (ou isolados, como são mais conhecidos), entretanto, representam uma população que foge a qualquer amostragem demográfica. Por opção, rejeitam o contato com a “sociedade nacional” (que é o termo usado pela Funai) e vivem escondidos na floresta, preservando a maior parte de suas tradições culturais. Como a Funai deixou de buscar o contato desde os anos 80, não se sabe quantos são nem de quais etnias fazem parte.

ESTATÍSTICAS - Diagnóstico feito pela Coordenação de Grupos de Índios Isolados, da Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro passado subiu de 40 para 68 o total de registros de povos indígenas vivendo nessas condições pelo País. O órgão

atribui o crescimento a novos estudos realizados e à coleta de dados feita pelos grupos de campo.

Das 68 áreas, 39 ainda estão em estudo. São referências confirmadas somente por meio de vestígios materiais, relatos de moradores (legais ou ilegais) e outros indícios - ainda não houve contato direto. Confirmados documentalmente e com dados mais precisos são 24 tribos, além de 5 recém-contatadas.

A Funai esclarece que o isolamento não significa que eles vivem sem saber da existência de um mundo urbano ou de outras tribos indígenas. Em algum momento podem ter tido algum contato com povos ribeirinhos, ou terem observado outras culturas. Decidiram, no entanto, viver suas próprias tradições, sobrevivendo da caça, da pesca, de plantações (mandioca e banana, entre outras), cultuando outros deuses, preservando cantos e costumes.

O presidente da Funai, Marcio Meira, explica que, assim que é feito o registro da existência de índios desconhecidos numa área, o órgão promove a interdição do perímetro para evitar que contatos indesejados sejam feitos.

ALERTAS

No final de maio, um fato colocou em alerta os grupos de estudo de povos isolados da Funai. A aparição de 87 metuktires dos quais não se tinha notícias havia 57 anos. Os índios deixaram sua aldeia no sul do Pará e caminharam por cinco dias, floresta adentro, até chegar ao norte de Mato Grosso, onde acamparam ao lado de uma aldeia da mesma etnia, mas que já mantém contato com a cultura nacional desde 1950.

A Funai acredita que eles migraram em busca de proteção. O fato fez crescer a dúvida sobre até que ponto os grupos isolados localizados em áreas oficiais estão mais protegidos que os demais. Os metuktires viviam numa área já reconhecida, mas aparentemente foram afugentados por ataques de garimpeiros ou madeireiros. “Os que estão fora de território regularizado estão mais vulneráveis. Contudo, às vezes até nas terras indígenas já totalmente regularizadas existem altas pressões de madeireiros, garimpeiros, empreendimentos agroindustriais, hidrelétricas, estradas etc”, explica o coordenador substituto da Coordenação Geral de Índios Isolados, Elias Bigio.

Os metuktires não são o único caso recente de aparição de povos isolados. Na terra indígena Vale do Javari, que tem a maior concentração de povos autônomos, um grupo de índios korubos, conhecidos como caceteiros - por usarem as bordunas (pedaços de pau) ao invés do arco e flecha -, decidiu sair do isolamento e há um mês está acampado à beira do Rio Ituí. Quem relatou o caso foi o antropólogo Gilberto Azanha, coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Segundo ele, nos últimos três anos esse grupo aparecia frequentemente nas margens do rio, mas há um mês decidiu acampar no local. Não se sabe o motivo. “Curiosidade, possivelmente”, afirma Azanha. A Funai confirmou a aparição da tribo.

Funai não faz contato, só protege área – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

Fundação tem frente de proteção e espera que índios tomem iniciativa de sair do isolamento - A Funai deixou de buscar contato com os índios isolados desde os anos 80 e decidiu que deixaria na mão deles a decisão de buscar uma integração com outras sociedades. Isso porque a tentativa de aproximação provocou centenas de conflitos e casos de aldeias inteiras dizimadas por doenças simples, como a gripe. “A Funai procura não fazer o contato. Fazemos um cinturão de proteção quando os identificamos”, explica Marcio Meira, presidente da fundação.

O órgão monitora à distância os povos já reconhecidos. São sei grupos de atuação de campo, chamados de Frentes de Proteção Etno-Ambiental. Sua área de abrangência compreende Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia - regiões onde existe o maior número de referências sobre índios sem contato. Essas frentes de proteção realizam ações de localização, proteção, vigilância e fiscalização, em uma área de 15 milhões de hectares.

Segundo a Coordenação Geral de Índios Isolados, a qual estão subordinadas as frentes, “a rapidez com que tem ocorrido a ocupação da região amazônica”, especialmente no Acre, norte de Mato Grosso, Rondônia, Pará, sul do Amazonas e Roraima, exige ação efetiva da Funai. Há exploração de madeira, minério, fauna e flora. No mesmo documento, a coordenação diz que essa ação se dá “no sentido de antecipar-se à invasão e à exploração inadequada das terras indígenas”, para garantir a vida das populações e evitar que, isoladas ou não, sejam exterminadas.

Mas a Funai, como outros órgãos do governo federal, padece de insuficiência de pessoal e orçamentária. A frente de proteção do Vale do Javari (no Amazonas, fronteira com o Peru) é responsável por uma área de 8.544.482 hectares, demarcada pelo governo. Essa frente protege os índios korubo, recentemente contatados. Mas existem ainda outras 20 referências de índios isolados nesta mesma terra.

As frentes são importantes para a proteção dos povos e também para a identificação de novas ocorrências. Como a do grupo Avá-Canoeiro, que se refugiou na Serra da Mesa (GO), mas não foi localizado pela última expedição da Funai, em julho de 2006. A fundação ainda acredita em sua existência, baseada em vestígios e em relatos de quilombolas que vivem na região.

Existem também casos de um único índio tentando sobreviver isolado na floresta. O mais conhecido é do “índio do buraco”, último remanescente de uma etnia não identificada, no sudoeste de Rondônia. A área onde ele reside, de 8.070 hectares, está interdita pela Funai.

'O isolamento é um direito' – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

O presidente da Funai, Márcio Meira, afirmou que o isolamento é um direito do índio. “À medida que confirmamos a presença de um grupo, interditamos o local para início do registro da terra. Essa ainda é a melhor forma desses povos terem sua segurança garantida”, afirmou. “São mais de 60 povos vivendo sem contato com o Ocidente. É uma riqueza de diversidade étnica sem igual.”

Segundo Meira, todas as ações da Funai são para “reduzir os impactos” causados pelo contato com o branco. Até mesmo as trilhas por onde caminham os índios ficam interditadas.

Em Mato Grosso, onde 87 metuktires fizeram contato com uma tribo de índios já aculturados, todos aqueles que vivem próximos dos isolados estão sendo vacinados pela Funasa, parceira da Funai nesse processo de redução de impactos.

17 povos vivem na 'iminência' de extinção, alerta Cimi – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acredita que existem 17 povos indígenas isolados vivendo “na iminência de extinção”. Eles ficam no Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia.

Um dos casos envolvendo denúncia de genocídio ocorreu entre os povos isolados do Rio Pardo, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso. De acordo com denúncia no Ministério Público Federal, houve massacres nos municípios de Apuí e Colniza, no fim de 2004 e início de 2005. Segundo o Cimi, um grupo de madeireiros, com participação de um ex-delegado de polícia de Mato Grosso, invadiu a área indígena e matou os índios.

Em outubro de 2005, a Frente de Proteção Etno-Ambiental Madeirinha, da Funai, fez contato visual com um grupo de três índios sobreviventes. A terra indígena foi interditada por duas portarias, mas, segundo o Cimi, “falta fiscalização da área”.

Para o Cimi, grupos de extermínio agem a serviço de grileiros de terras, madeireiros e fazendeiros, que tentariam eliminar “qualquer vestígio de presença indígena para inviabilizar a demarcação de suas terras, liberando-as para a apropriação privada, exploração dos recursos naturais, pecuária e agronegócio”.

Os riscos vão além dos conflitos. A história dos matises é um bom exemplo de como o contato com o branco pode ser desastroso. No início da década de 70, eles não tinham contato com outras culturas e eram aproximadamente mil. Com a chegada da Funai, e após os madeireiros (2002), eram 216. Em meados de 90, eram 100 apenas. Voltaram a crescer após o isolamento dos rios Ituí e Itaquai, em 1996, pela Funai.

Índios do Alto Rio Negro acusam Funasa de omissão no atendimento - Natália Suzuki -
Carta Maior – 25/06/2007

Indígenas do Alto Rio Negro, na Amazônia, afirmam que assistência médica às comunidades - que reúnem 25 mil pessoas - não chega por falta de transporte. Fundação Nacional da Saúde discorda e diz que tem cumprido as demandas.

SÃO PAULO – As denúncias sobre as deficiências no tratamento da saúde indígena já não são mais novidades. A Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), o Conselho Distrital de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (Condisi) e o Departamento de Controle Social divulgaram uma carta na qual acusam a Funasa (Fundação Nacional da Saúde), órgão do Ministério da Saúde, e o Ministério Público Federal de Brasília de serem omissos em relação aos problemas que as comunidades do Alto Rio Negro (AM) têm enfrentado nos últimos seis meses.

A carta afirma que “a saúde dos indígenas continua se deteriorando”. Em março do ano passado, as lideranças indígenas já haviam enviado um documento relatando a situação dos índios aos órgãos públicos. “A gente não recebeu nenhuma resposta dos órgãos e nem um relatório do que irão fazer. É um descaso”, considera André Fernando, da etnia Baniwa, presidente do Condisi e vice-presidente do Foirn.

A região do Alto Rio Negro compreende cerca de 500 aldeias, que somam mais de 25 mil pessoas de 22 etnias diferentes. A maior parte desses povos tem pouco contato com os brancos. Partindo do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), cidade-sede da região, a viagem de barco pode levar até cinco dias para chegar às comunidades mais distantes

De acordo com o documento, há uma demanda não sanada por meios de transporte, insumos e medicamentos. Fernando explica que os motores de popa e ‘voadeiras’ (pequenas e rápidas embarcações) são essenciais, porque é apenas pela navegação que as equipes médicas, responsáveis pelo atendimento e pelos programas de saúde, conseguem chegar às comunidades. “Nesses últimos meses, as equipes não puderam seguir com os programas de saúde. Eles são de grande importância, porque a prevenção é parte fundamental da saúde indígena”, explica o líder Baniwa. Os programas são voltados para informar a população sobre questões de saúde bucal, prevenção contra tuberculose e educação sanitária.

“Todas as ações são realizadas normalmente e as atividades relacionadas aos programas de saúde, preconizadas pelo Ministério da Saúde, estão em plano funcionamento”, contraria a Funasa, em nota à imprensa. Segundo o órgão, o período das secas também atrapalha a navegabilidade dos rios e o acesso às populações.

A assessoria de imprensa do órgão explica que encerrou todos os antigos convênios de repasse de verbas no estado de Amazonas, inclusive o que mantinha com o Foirn. O motivo seria a falta e os equívocos nas prestações de contas feitas pelas conveniadas. Atualmente, um novo convênio foi estabelecido com uma organização sem vínculos com o

movimento indígena, a Asterg, mas que é responsável por repassar a verba vinda da Funasa na infra-estrutura e atendimento das comunidades.

Os números sobre o índice de mortalidade neste semestre são díspares. A Funasa informa que entre janeiro e abril, 44 indígenas morreram. Para o órgão, esse índice é aceitável de acordo com a taxa de mortalidade dos últimos três anos.

Já segundo as lideranças, neste mesmo período, houve 55 mortes de índios na região do Alto Rio Negro. De acordo com o Condisi, 66% desses casos não obtiveram assistência médica por conta dos problemas de locomoção das equipes de saúde. “Dos 34% de óbitos que tiveram acesso à assistência de saúde, apenas 5% tiveram auxílio dos profissionais do Distrito Sanitário Especial Indígena, agora sob gestão da FUNASA, os 95% restantes foram assistidos por agentes indígenas de saúde, pela família ou removidos ao Hospital de Guarnição do Exército em São Gabriel da Cachoeira”, contabiliza o documento.

MST invade 12 fazendas em SP – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2007

Cerca de 900 militantes, liderados por José Rainha, participam das ações contra projeto do governo Serra

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), disse que é impossível fazer a reforma agrária como determina a lei. “A reforma agrária bem-feita envolve um componente econômico insuportável. Desapropriação, crédito para o agricultor, educação, habitação, estradas e assistência técnica. É impossível pelo custo”, afirmou Serra, em palestra no 1º Diplomado da Juventude do PSDB-SP, anteontem à noite, horas antes da onda de invasões no oeste paulista.

Há dez dias o governo paulista anunciou um novo projeto para regularizar a posse de terras devolutas no Pontal. Serra prometeu R\$ 159,2 milhões em investimentos em várias frentes para os 32 municípios da região.

A intenção é corrigir proposta lançada na gestão de seu antecessor, Geraldo Alckmin (PSDB), que resolveu a questão fundiária das pequenas propriedades, mas fracassou nas tentativas de regularização de áreas com mais de 500 hectares.

O novo projeto deve permitir a regularização de 200 fazendas com área total de 300 mil hectares, que são objeto de disputa, por problemas de regularização fundiária.

A promessa do governo é desburocratizar o processo, permitindo que os proprietários rurais entreguem ao Estado parte da terra ocupada - ou de outras áreas - como compensação pela regularização.

Ruralista quer prisão de Rainha – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2007

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, promete entrar hoje com uma representação no Ministério Público Estadual pedindo a prisão do líder do MST José Rainha Júnior. No pedido, acusará Rainha de apologia ao crime. “Invasão é crime e, como ele cumpriu a ameaça, estamos pedindo a suspensão do benefício que permite sua liberdade”, afirmou.

Outras lideranças também serão responsabilizadas, segundo Nabhan.

Rainha tem condenações que somam 18 anos de prisão por porte ilegal de armas, formação de quadrilha, entre outros crimes. O líder está em liberdade graças a um benefício jurídico.

Custo de assentamento é de R\$ 31 mil por família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007

Valor é suficiente para manter casal com três filhos por 27 anos no Bolsa Família - Custo inclui da vistoria ao pagamento dos primeiros subsídios aos assentados e pode oscilar em até 500% de acordo com a região do país

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem desembolsado uma média de R\$ 31 mil para assentar cada família sem terra do país.

O custo, suficiente para manter por 27 anos um casal com três filhos no Bolsa Família (principal programa social do governo federal), inclui desde o trabalho de vistoria e de desapropriação das áreas até a implantação do projeto e o pagamento dos primeiros subsídios ao assentado.

O valor gasto por família pode oscilar em até 500%, dependendo da localização da propriedade e da forma de obtenção da terra pelo governo.

Isso é o que revelou recente e inédito estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário obtido pela Folha, feito com base no total investido em 2004 e 2005 e em projeções, de até 15 anos, do pagamento de terras via TDAs (Títulos da Dívida Agrária).

O trabalho, coordenado pelo engenheiro agrônomo e assessor especial da pasta Vicente Marques, revela que para assentar uma família numa área desapropriada no Sudeste, onde estão muitos dos acampados, o governo gastou em média de R\$ 58,1 mil. Isso representa um valor 296% acima do que foi gasto para assentar outra família numa terra pública no Norte (R\$ 19,5 mil).

Outro exemplo: numa terra pública da região Sul, gasta-se em média R\$ 16,4 mil por família, contra R\$ 81,1 mil para acomodar outra em uma propriedade adquirida no Sudeste.

O estudo da pasta levou em conta gastos diretos com o assentamento, como diárias dos servidores que fazem a vistoria de uma área, obtenção do imóvel rural, implantação do projeto, contratação de assistência técnica e os primeiros créditos de custeio e de investimento. Não incluem, portanto, gastos com a manutenção das famílias, como uma assistência técnica permanente.

Custo variável

O custo por família depende muito da região do país e da forma de obtenção de terra, que pode ocorrer de três formas: desapropriação (de áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra direta com o proprietário) e não-onerosa (na prática, terras públicas).

Nos assentamentos em terras públicas, sem custo na obtenção, os primeiros créditos consomem 87% do total investido por família.

Nos processos com aquisição, os custos de área e benfeitoria ficam com 73%, ante 24% dos créditos.

Já nos processos de desapropriação, há um pouco mais de equilíbrio -53% na terra e nas benfeitorias e 41% nos créditos. O restante, em todos os casos, é gasto em ações preparatórias do Incra e na fase de implantação do projeto.

O modelo preferido dos movimentos sem-terra é a desapropriação, pois, por meio dela, diminui-se a concentração de terra e pune-se o proprietário que mantém a área ociosa. Os custos com muitos dos assentados, porém, começam antes da divisão dos lotes e da criação do projeto. A cada ano, por exemplo, o governo gasta cerca de R\$ 50 milhões com a compra de cestas de alimentos às famílias acampadas. Cada uma das cerca de 200 mil famílias atualmente nessas condições recebe, a cada bimestre, uma cesta de R\$ 40 (com 22 kg de alimentos).

Neste ano, diante de uma greve nacional do Incra (autarquia responsável pela reforma agrária) que já dura um mês, a meta é assentar 100 mil famílias, sendo a maioria delas no Nordeste (34%), seguido de Norte (33%), Centro-Oeste (20%), Sudeste (7%) e Sul (4%).

A **Folha** cruzou dados do estudo com a divisão regional da meta deste ano. O custo final para assentar 100 mil famílias ficará em torno de R\$ 3,2 bilhões, com média de R\$ 32 mil para cada família. Esse valor tende a subir, entre outros pontos, por conta do reajuste no valor de alguns créditos, como o que trata da aquisição de materiais de construção, de R\$ 5.000 para R\$ 7.000.

Entre 2003 e 2006, a maioria das famílias foi assentada na região amazônica. Atualmente, no país, há cerca de 200 mil famílias (quase 1 milhão de pessoas) vivendo em acampamentos, a maioria delas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Governo diz que valor é alto, mas compensa – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Diante de um dado do estudo que aponta a geração de três empregos diretos para cada família assentada, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirma que a reforma agrária "custa caro", mas que seus resultados compensam os investimentos. "É uma obrigação do Estado levantar o custo de um programa que custa caro ao país. Fizemos o estudo para a sociedade avaliar se vale a pena ou não", disse o ministro. "Tenho certeza de que vale a pena, pela ocupação do espaço, pela geração de emprego e renda e pela comparação com outras atividades econômicas", completou.

O orçamento do ministério para 2007 é de R\$ 4,1 bilhões.

Uma das conclusões do estudo da pasta é que cada família assentada representa a geração de 4,7 novos empregos, sendo três deles diretos.

O trabalho indica ainda que cada R\$ 1 milhão investido pelo governo na reforma agrária reverte-se em 136 empregos diretos, 31 indiretos e outros 46 induzidos (efeito-renda).

Esses resultados foram colhidos com base em dados do próprio ministério e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com atualização da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e metodologia do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A relação de 136 empregos para cada R\$ 1 milhão investido coloca a atividade da reforma agrária à frente de setores como transportes, comércio e calçados. O estudo da pasta dividiu os dados da agropecuária entre "agropecuária familiar" e "agropecuária patronal" e considerou os assentados como agricultores familiares.

Fim do preconceito

Segundo o ministro, outro objetivo do estudo foi buscar informações reais para acabar com o "preconceito" daqueles que defendem a destinação somente de áreas mais baratas aos sem-terra.

"Cada Estado e cada região têm a sua própria característica", disse Cassel. Caso o proprietário não conteste o processo de desapropriação na Justiça, o período entre a primeira vistoria de uma área e o pagamento dos créditos de investimento aos recém-assentados pode levar até dois anos.

"Queremos encurtar esse prazo, oferecendo, por exemplo, uma novo tipo de crédito para a reforma agrária. O assentado deve, no início, produzir o equivalente à média da região. Em seguida, precisa gerar excedentes." (ES)

Sem-terra invadem 12 fazendas em SP –Cristiano Machado – Folha de São Paulo –Brasil – 25/06/2007

Em protesto contra projeto do governo estadual para o Pontal, movimento promove, em nove cidades, maior ofensiva do ano

Movimento diz que 1.300 pessoas participaram das invasões ontem e anuncia que mais 10 devem ocorrer ainda nos próximos dias

Na maior ofensiva do ano em protesto contra o governo de São Paulo, sem-terra invadiram ontem 12 fazendas em nove cidades do interior paulista. As áreas são de produção de cana-de-açúcar e de criação de gado, principalmente. O número de propriedades invadidas no Estado desde a última quinta-feira subiu para 14.

As ações foram articuladas pelo coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) José Rainha Jr. em protesto contra o que considera "lentidão" do governo paulista na reforma agrária e para pressionar o governador José Serra (PSDB), que enviou à Assembléia Legislativa projeto que regulariza terras acima de 500 hectares do Pontal.

Para os sem-terra, a ação do tucano "legitima a grilagem de terra". Com as invasões, esperam que o governo recue e retire a proposta da Assembléia. O MST embasa sua crítica no fato de que o próprio Estado tenta na Justiça classificar muitas das áreas como devolutas (públicas, com titulação questionável e suspeitas de terem sido griladas no passado).

Esta foi a segunda onda de invasões organizada por Rainha em São Paulo na gestão Serra. Em fevereiro, 14 imóveis foram invadidos em uma semana. Na ocasião, as críticas eram divididas entre o Judiciário e os governos estadual e federal.

Para o diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, a alegação apresentada pelo movimento é "absurda". "A motivação alegada para as ocupações de terras é absurda, pois uma medida que objetiva resolver conflitos deveria despertar vivo apoio dos movimentos sociais."

A Polícia Militar fez estimativa de participantes em 8 das 12 áreas invadidas -810 no total. O MST afirma ter mobilizado cerca de 1.300 militantes no que batizou de operação "São João" ou "Inverno Quente".

As invasões causaram reação da classe ruralista. A UDR (União Democrática Ruralista), por exemplo, deve protocolar representação no Ministério Público para que seja feita uma "varredura" na situação jurídica de Rainha.

Donos das áreas foram à polícia registrar boletim de ocorrência e querem reunir documentos hoje para pedir a reintegração de posse na Justiça. Rainha, que está proibido pela direção nacional do MST de agir em nome da sigla, conseguiu nesta ação reunir sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e até outros grupos sem-terra.

Respondendo em liberdade graças a habeas corpus, Rainha tem condenações que somam 18 anos de prisão. Ele teme novos processos. Apesar da precaução, o coordenador do MST, por telefone, recebia e repassava informação a seus aliados que organizaram as invasões. "A mobilização é uma decisão das famílias", disse. A coordenação do MST subordinada a Rainha anuncia que a meta é totalizar 24 invasões neste mês.

ASSIS: GRUPO DE 50 SEM-TERRA É RETIRADO DE CHÁCARA ONDE MORA PM – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007

Pouco mais de meia hora após invadirem uma área em Assis (SP), a PM retirou cerca de 50 membros do MST da propriedade. A invasão ocorreu na madrugada de ontem na chácara Alcindo, que tem cerca de dez alqueires. Segundo o boletim de ocorrência, o morador da chácara, o policial Cícero Gomes, disse que foi ameaçado com foices e facões. "Usaram spray de gás de pimenta, cães e tudo mais para cima da gente", disse o coordenador do MST no local, Luciano de Lima. A PM afirma que os sem-terra saíram espontaneamente e que a ação não foi corporativista.

Não há dinheiro para reforma agrária, diz Serra – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2007

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), disse achar "impossível", pelo suposto alto custo, realizar uma reforma agrária "bem-feita" no Brasil. Afirmou que é um instrumento de distribuição de renda "caríssimo". Ele deu as declarações em palestra para jovens militantes do PSDB, em São Paulo, no sábado à noite, antes da última onda de invasões no Pontal do Paranapanema.

Segundo Serra, que afirmou se basear num estudo feito pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o custo total da reforma agrária é de US\$ 35 mil por família, incluindo desapropriação das terras, créditos, educação e infra-estrutura para os assentados.

"É impossível. Impossível, pelo custo. É uma maneira de distribuir renda redistribuindo patrimônio. [Dizia-se:] "Eu vou melhorar a vida das pessoas dando uma propriedade, toda assistência técnica, tudo mais". Não há dinheiro para isso. Nenhuma das

sociedades modernas, dos países onde tem agricultura ainda grande etc. e tal, na América Latina, tem dinheiro para isso. Para fazer uma coisa bem-feita."

O evento, realizado num hotel de São Paulo, foi aberto a jornalistas credenciados pela Juventude do PSDB.

Serra disse ter chegado a essas conclusões nos anos 70, quando, exilado no Chile, estudou o programa executado pelo presidente chileno Eduardo Frei (1964-1970). "A questão da reforma agrária, eu verifiquei, envolvia um componente econômico -a reforma agrária bem-feita- insuportável. Porque custava US\$ 10 mil, dólares de 1968, por família assentada. Em dólares atuais, uns US\$ 35 mil. Quando começou o governo Fernando Henrique, eu mandei fazer o mesmo cálculo", disse o governador.

Esquerda

Serra citou a reforma agrária como uma das três bandeiras da esquerda na década de 60, ao lado da "maior presença do Estado" e da "luta contra o capital estrangeiro" -todas estariam hoje superadas, segundo o governador.

O tucano disse que o padrão da esquerda para definir a reforma agrária era o preconizado pela Cepal, comissão ligada à ONU (Organização das Nações Unidas). Segundo ele, era um modelo autoritário.

"O padrão cepalino (...) é para [a reforma] ser feita como foi feita na Ásia, pelo general [americano Douglas] MacArthur (...), em que efetivamente houve desapropriação, não pagaram a desapropriação, formou uma classe média rural, e a renda ficou mais bem distribuída, funcionou. Agora, não era pago, era feita na ponta, até certo ponto, do fuzil da autoridade. Não era feita num contexto democrático, institucional, tudo pago, direitinho", afirmou o governador.

Programa é um dos melhores investimentos em geração de emprego - Verena Glass - Carta Maior – 26/06/2007

Estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta que reforma agrária gera, em média, um emprego direto a cada R\$ 10 mil de investimento público. Posto na indústria custa cerca de R\$ 23 mil..

SÃO PAULO – Um estudo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre os aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil, entre os anos de 2000 e 2005, demonstra que o assentamento de agricultores pelo governo é um dos investimentos públicos mais baratos e eficientes na geração de postos de trabalho.

O estudo, que analisou tanto o montante de investimentos na reforma agrária no período, quanto o tipo de gastos – que incluem do processo preparatório aos financiamentos para investimento e custeio nos assentamentos, passando por aquisição de terras, titulação, assistência técnica, educação etc -, também esmiuçou as diferenças nas cinco grandes

regiões do país segundo a modalidade de obtenção de terra, item mais caro do processo de assentamento.

Como resultante, constatou-se que há grandes diferenças entre os valores da reforma agrária dependendo da região. O gasto mínimo com o assentamento de uma família, de acordo com o documento, foi de R\$ 16,4 mil, correspondente à obtenção não-onerosa (arrecadação, discriminação, reconhecimento e outras formas de aquisição) da terra para um pequeno número de famílias na região Sul. O valor máximo foi de R\$ 81,1 mil, correspondente a aquisições (compra da terra) na região Sudeste. Nos casos em que houve desapropriação da terra, os valores oscilam entre R\$ 25,8 mil (Nordeste) e R\$ 58,2 mil (Sul).

No cômputo geral, levados em conta todos os gastos do processo da reforma agrária, o investimento médio no assentamento de uma família no Brasil é de R\$ 30.977,00. Um valor baixo se forem consideradas os benefícios sociais que traz..

De acordo com o estudo do MDA, assentar uma família equivale à geração, em média, de três empregos diretos e 1,4 indiretos. “É possível estimar a geração de 4,7 ocupações por família assentada, considerando-se os levantamentos feitos a campo e o cálculo dos efeitos direto, indireto e induzido para geração de empregos na Agricultura Familiar. Segundo a Fipe, os efeitos indireto e induzido respondem por mais de um terço (36%) das ocupações totais neste subsetor”, afirma o documento.

Segundo o economista e pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Sergio Leite, especialista na questão agrária, o cruzamento dos valores gastos no assentamento de uma família com o seu potencial de geração de empregos faz da reforma agrária um dos programas mais eficientes e baratos de investimento público na criação de postos de trabalho.

“Comparativamente, se pegarmos os dados do Ministério de Trabalho sobre políticas como o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), por exemplo, teremos um custo de R\$ 13.600 para a geração de um emprego na indústria, R\$ 25.600 no setor de serviços e R\$ 20.300 no comércio. O mesmo cálculo nesses setores, tendo como base o resultado do Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Pró-Trabalho), apontou uma despesa de R\$ 23.000,00, R\$ 35.500,00 e R\$ 88.300,00, respectivamente, a geração de um posto de trabalho. Na reforma agrária, o valor cai para R\$ 10 mil, considerados apenas os empregos diretos”, explica Leite.

Outro detalhe importante que reforça o peso econômico do programa de reforma agrária é o comparativo com a capacidade do agronegócio de gerar empregos. “O subsetor familiar gera 213 postos de trabalho e o patronal, 84. Ou seja, o primeiro é capaz de gerar 2,5 vezes mais ocupações que o segundo (...). O principal elemento que os diferencia é o emprego direto de cada um deles (136 postos frente a 22). Segundo o mais recente Censo Agropecuário, a agropecuária familiar é responsável por cerca de 78% do pessoal ocupado na agricultura brasileira” diz o documento.

Para além da economia - Apesar de reforçar o benefício econômico da reforma agrária, o estudo do MDA também frisa a importância do “papel do Estado para desenvolver e implementar políticas de desenvolvimento que reconheçam direitos e promovam o acesso democrático aos recursos naturais e aos recursos financeiros associados à reforma agrária”, bem como os impactos do gasto público sobre o crescimento e a redução da pobreza.

Uma avaliação simplista mas muito comum entre os críticos da reforma agrária tem sido a de que a aplicação de políticas de compensação social, como a bolsa família, aos trabalhadores sem terra, seria menos onerosa para o Estado e mais cômoda para o modelo agroindustrial em expansão no país.

Sobre a questão, a cientista social e pesquisadora da UFRRJ, Leonilde de Medeiros, avalia que existe um choque entre crescimento econômico e desenvolvimento, uma vez que o modelo agroindustrial gera um processo contínuo de exclusão social. Na mesma direção, a defesa das políticas compensatórias significaria manter um grupo cada vez maior sob absoluta dependência do Estado, acredita.

Sergio Leite concorda. “Política assistencial é para conter uma situação conflituosa. 200 mil famílias acampadas é uma situação de conflito, que precisa de políticas assistenciais. Mas isso não resolve questões estruturantes”. O engenheiro agrônomo e assessor especial do MDA, Vicente Marques, coordenador do estudo, arremata: “Justamente para que as famílias não precisem ficar 27 anos no Bolsa Família é que é fundamental a reforma agrária”.

Por outro lado, a tese de que, com o crescimento econômico, dependência e exclusão seriam sanadas pela absorção da massa de sem-terras no sistema produtivo, também é falsa, afirma Leonilde. Segundo a pesquisadora, os clientes da reforma agrária dificilmente teriam escolaridade suficiente para a inclusão num mercado de trabalho qualificado. Sobraria, então, o emprego degradante na agroindústria ou, em situação extrema, o trabalho escravo. “[Os sem-terra] são um público que circula muito e estão expostos a condições de altíssima exploração da mão de obra”, diz.

Portanto, afirma Leonilde, é imperativo que as políticas públicas não sejam avaliadas estritamente sob o aspecto de “receita x despesa”, investimento x retorno econômico. Tanto ela como Leite reforçam a necessidade de se relevar, no mesmo patamar da análise econômica, o aspecto social e cultural da reforma agrária.

“O efeito do assentamento sobre os trabalhadores rurais é extremamente compensador do ponto de vista social e cultural”, diz Leite. “Reforça o núcleo familiar, a cidadania, possibilita acesso ao estudo, enfim, reduz drasticamente a deterioração dos laços sociais. É um ganho enorme, gera um processo de reorganização individual e coletiva, enfim, significa vida digna”, conclui Leonilde.

MST e Mast se unem em invasão no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007

É a 15.^a ação do mês, mas a primeira feita em conjunto pelos 2 movimentos

Um grupo de 150 sem-terra invadiu, na madrugada de ontem, a Fazenda Estrela do Laranja Doce, em Martinópolis, no Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. Foi a 15.^a invasão de terras este mês no Estado em protesto contra o projeto do governador José Serra de regularizar as áreas com mais de 500 hectares no Pontal. É também a primeira ação conjunta do Movimento dos Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), no “inverno quente” anunciado pelo líder José Rainha Júnior.

Os dois grupos se juntaram no domingo, no Acampamento Santa Madalena, do Mast, em Regente Feijó. O grupo do MST, sob a liderança do coordenador Luciano de Lima, fora despejado pela Polícia Militar, na noite anterior, da Chácara Alcinda, em Assis. Os sem-terra, com suas bandeiras - a branca com letras verdes do Mast e o pavilhão vermelho do MST -, entraram na fazenda de 4 mil hectares de madrugada.

De acordo com Américo Cametelli Júnior, coordenador do Mast, a fazenda foi vistoriada pelo Incra, que a considerou improdutiva. Um dos proprietários, Aldo Mário Gava, disse que a área é produtiva e está com gado de corte. A superintendência do Incra em São Paulo informou ter feito um levantamento preliminar sobre a situação da Estrela, mas ainda não concluiu o processo.

O representante dos donos, Marcos Borba Zandoni, registrou a invasão na Polícia Civil. A reintegração de posse deve ser pedida hoje. As 12 áreas invadidas no domingo pelo MST continuavam ocupadas ontem.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, protocolou no Ministério Público Estadual, em Presidente Prudente, pedido de identificação dos invasores e da prisão de Rainha. Segundo Nabhan, ele foi o “mentor” das invasões.

Condenado a 18 anos por crimes relacionados a invasões de terras, Rainha não participou diretamente das últimas ações. Ontem ele não foi localizado pelo Estado. Seu braço direito, o coordenador do MST Wesley Mauch, disse que as ações continuarão até o fim do mês.

A direção nacional do MST divulgou nota ontem afirmando que Rainha não integra a direção da entidade e não está autorizado a falar em seu nome.

COLABOROU ROLDÃO ARRUDA

Há intransigência, diz Serra – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), afirmou ontem que a nova onda de invasões dirigida pelo MST é uma prova da “intransigência” das lideranças do movimento. Ele diz que o projeto de lei de regularização de propriedades com mais de 500 hectares no Pontal foi discutido com proprietários de terra e representantes dos trabalhadores rurais. “Não precisa recorrer à violência para fazer valer seu ponto de vista.”

Para o secretário de Justiça, Luiz Antonio Marrey, os líderes do MST tentam eternizar os conflitos na região do Pontal: “Eles se nutrem dos conflitos e não têm interesse na regularização das terras, porque perderiam a razão de sua atividade política.”

Ação foi combinada com dono de fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2007

Imagens exibidas pelo “JN” mostram acerto com líder do Mast

A invasão da Fazenda Estrela do Laranja Doce, em Martinópolis, foi acertada entre líderes dos sem-terra e um dos proprietários. Imagens gravadas com uma câmara escondida, entregues a uma emissora da região e exibidas ontem no Jornal Nacional, da TV Globo, mostraram o momento em que um suposto dono da fazenda foi ao acampamento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) para combinar a invasão.

De acordo com o trecho da conversa exibida, o proprietário apóia a invasão porque assim poderá convencer seus sócios a venderem a propriedade. “Se vocês entrarem, eles vão fazer uma reunião e vão querer vender”, diz.

Do outro lado, o representante do Mast promete não causar danos na propriedade: “A gente não vai arrebentar nada”. Ao final da conversa, ele também pede “uma força” para ajudar no financiamento da operação. “O custinho do pessoal”, explica.

A fazenda acabou sendo invadida por 150 integrantes do Mast e do Movimento dos Sem-Terra (MST). Eles usaram o portão principal da propriedade, sem cortar cercas ou causar danos.

A direção do Mast comentou a notícia. O líder do MST no Pontal, Wesley Mauch, disse que o movimento não reconhece o acordo - e pôs em dúvida a gravação.

“Posso garantir que nosso pessoal não fez e não sabia do acordo, se é que houve”, disse. Ele também assegurou que irá cobrar a direção do Mast: “Nosso movimento não aceita esse tipo de coisa, mas é preciso ver se houve mesmo a negociação.”

Essa foi a primeira ação conjunta do MST com o Mast. A propriedade, de 4 mil hectares, tem vários donos. O detentor da maior parte da área disse que, se houve alguma negociação, foi à sua revelia.

Essa não é a primeira vez que surgem denúncias apontando acertos entre sem-terra e proprietários interessados em vender terras ao Incra.

Alto custo – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/06/2007

APARECEU uma cifra que permite comparar a reforma agrária com outros programas sociais, sob a ótica de custos e benefícios. Estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a pedido da Folha apurou que o gasto médio para o assentamento de uma família no Brasil é de R\$ 31 mil.

O titular da pasta, Guilherme Cassel, defende a sua seara. Reconhece que o custo é alto, mas argumenta que o benefício, a geração de empregos, compensa. Segundo o estudo, cada dez novas famílias assentadas levam à criação de 47 postos de trabalho. Por princípio, qualquer dinheiro novo que o governo destinar aos mais pobres redundará na criação de empregos. Pesquisas em regiões beneficiadas pelo Bolsa Família mostram como o comércio, a agricultura e a indústria locais se expandem e criam empregos por conta da entrada dos recursos públicos.

À diferença de um programa de renda mínima, a reforma agrária se pretende política emancipadora. As famílias beneficiadas deveriam ter condições de alçar vôo autônomo a partir de certo ponto. É preciso saber se os empregos gerados pelo programa agrário se sustentam ao longo do tempo e se produzem um nível mínimo de renda sem o concurso do poder público.

Caso contrário, a reforma agrária se torna uma doação contínua de dinheiro do Estado e deveria ser substituída por ações como o Bolsa Família, mais baratas e eficientes sob esse aspecto. Seria interessante, para aperfeiçoar o debate, que centros de estudos autônomos como o Ipea tentassem aferir o grau de emancipação dos assentados.

Onda de invasões no Pontal demonstra "intransigência" do MST, afirma Serra – Evandro Spinelli – Folha de São Paulo – Brasil – 26/06/2007

O governador José Serra (PSDB) disse ontem que a onda de invasões na região do Pontal do Paranapanema demonstra a intransigência dos líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A ofensiva, que começou na semana passada e já atinge 15 propriedades na região, tem o objetivo de protestar contra um projeto de lei do governo do Estado que tramita na Assembléia e prevê a regularização de terras com mais de 500 hectares na região do Pontal. O MST também critica o que chama de "lentidão" do governo Serra em promover a reforma agrária.

Serra disse que o projeto foi discutido democraticamente antes de ser enviado à Assembléia. "Refizemos a lei discutindo com proprietários e com trabalhadores também." Para ele, uma prova da intransigência dos líderes do MST é que, na Assembléia, todos os setores envolvidos podem opinar. O governo conta com esmagadora maioria no Legislativo.

"Essa discussão faz parte da democracia. Não precisa recorrer à violência para fazer valer o seu ponto de vista. Esse pessoal não está à vontade na democracia representativa que nós vivemos", afirmou Serra.

O governador deu as declarações em entrevista no Palácio dos Bandeirantes após o lançamento de um programa de recuperação de estradas vicinais. Cerca de 1.500 pessoas, incluindo aproximadamente 200 prefeitos, estiveram presentes.

Em seu discurso, Serra disse que o programa "não se trata de tapar buracos", uma crítica indireta ao governo federal, que fez um programa de tapa-buracos em 2006. Questionado, tentou desconversar: "Sabemos que o programa de tapa-buracos não funcionou. Mas amanhã vem o presidente da República aqui, não vou ficar..."

MST de Rainha faz 15ª invasão em 4 dias em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 26/06/2007

A ala do MST liderada por José Rainha Jr. realizou a 15ª invasão no interior paulista em quatro dias. A ação contou com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra. Juntos mobilizaram, segundo a PM, 70 pessoas para invadir fazenda em Martinópolis (SP).

O contador da fazenda diz que a área é produtiva. A aliança, que conta com sindicatos ligados à CUT, é mais uma estratégia de Rainha para ampliar as ações da "Operação São João". No domingo foram 12 invasões no Pontal e noroeste do Estado.

Polícia apura acordo sobre invasão de terra – Cirstiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 27/06/2007

A Polícia Civil de Martinópolis (553 km a oeste de SP) abriu inquérito ontem para apurar suposto acordo entre o Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e donos da fazenda Estrela do Laranja Doce para pressionar o governo paulista a comprar a área para reforma agrária.

A fazenda foi invadida na madrugada de anteontem. Na segunda-feira, o "Jornal Nacional" exibiu reportagem na qual um coordenador do Mast discute estratégia da invasão com uma pessoa apresentada como "representante dos fazendeiros".

O advogado dos donos da fazenda, Paulo Borghi, disse ontem à Folha que seus clientes "são vítimas de uma situação criada". "Eles não querem negociar e não pretendem negociar com sem-terra e nem "com terra".

O coordenador do Mast Américo Canetelli Neto, que aparece na reportagem, disse que foi "enganado" e "vítima de uma armação". Segundo ele, o encontro ocorreu há seis meses no acampamento do movimento. O diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, afirmou que o órgão vai "analisar o caso".

Uma nova agenda para a reforma agrária - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 27/06/2007

Não é compreensível que o debate de um assunto tão delicado como a reforma agrária permaneça centrado exclusivamente em metas quantitativas a nível nacional. Numa sociedade que - felizmente - ainda possui mais de um quinto da sua população rural, e que, ademais, três em cada quatro dos seus 5600 municípios gravita em torno da terra, condenar a reforma agrária à lata de lixo da história seria uma temeridade.

No seu primeiro mandato, o presidente Lula assentou 381 mil famílias, 95% da meta prevista no Plano Nacional da Reforma Agrária, com investimentos de R\$ 4,1 bilhões na obtenção de terras. Em volume de área desapropriada e número de assentados, é o melhor desempenho da história. E, acompanhado de um conjunto articulado de ações que inclui investimentos na construção de estradas e pontes - da ordem de R\$ 2 bilhões; em educação e luz elétrica para 132 mil famílias; expansão do crédito aos assentados no valor de R\$ 871 milhões só em 2006; e contratação de 1.771 servidores do Incra e novas superintendências, sem falar na expansão simultânea de 72% nos financiamentos à agricultura familiar.

Faria um bem inestimável ao futuro político e social do país, agora, se energia equivalente fosse acompanhada de um debate substantivo sobre a reforma agrária mais adequada ao Brasil do século XXI.

Em seu livro "A Questão Agrária Brasileira", de 1962, Ignácio Rangel, que hoje empresta seu nome à recém-inaugurada sala de cooperação internacional do Incra em São Paulo, alertava que o crescimento da produtividade capitalista no campo - confirmada anos depois pela expansão do agronegócio - tenderia a acelerar a liberação de forças produtivas na agricultura, tanto em termos de mão-de-obra quanto de áreas ociosas. Em princípio, essa disponibilidade de recursos impulsionaria um maciço projeto reformista no campo, não fosse por um traço particular do capitalismo periférico brasileiro: o uso da terra como reserva de valor, dada a instabilidade da moeda e a ausência de mecanismos financeiros confiáveis para abrigar a riqueza monetária.

O controle da inflação, com a inundação subsequente da liquidez internacional, incentivou a sofisticação do mercado financeiro nacional nos últimos anos, sugerindo que o caminho preconizado por Rangel teria encontrado finalmente como deslanchar e derrubar o preço da terra. Todavia, não é essa a realidade que se esboça no horizonte. É certo que o agro latino-americano mudou nos últimos anos. O latifúndio carcomido, embora persistente em algumas regiões, já não é a referência de poder e de produção graças a uma pressão combinada de movimentos sociais e de agricultura empresarial.

O formato da questão agrária, portanto, modificou-se. Novas condicionalidades somaram novos dilemas à construção de um desenvolvimento mais equitativo no campo. O

advento do aspirador de compras chinês, por exemplo, permitiu uma valorização das commodities agrícolas que tinham seus preços em queda desde os anos 70. Isso deu novo impulso à mecanização nas etapas pré e pós-colheita, acelerando ainda mais a redução de demanda por mão-de-obra agrícola. Como resultado, os preços da terra iniciaram um novo ciclo de valorização, agora não mais por conta das incertezas monetárias, mas de uma espiral altista insuflada pela pantagruélica demanda asiática e as especulações sobre o futuro promissor dos biocombustíveis.

Um plano de adensamento da reforma agrária no Nordeste contribuiria para modificar os indicadores sociais de todo o país

Dados recentes do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo indicam que o preço da terra de primeira subiu quase 30% no Estado entre 2001/2006. Ao mesmo tempo, num excelente trabalho apresentado em recente seminário promovido pela FAO, em Santiago do Chile, técnicos do Inca trouxeram preocupantes informações sobre os custos da reforma agrária no biênio 2004/05: o custo médio do assentamento de uma família foi de R\$ 39,2 mil utilizando-se a desapropriação; e de R\$ 65,6 mil se por aquisição dos imóveis, sugerindo que essa última via caminha para um ponto de esgotamento. A literatura internacional recomenda que o custo da terra não exceda a um terço para liberar outros investimentos essenciais. No caso brasileiro, a terra representa mais de 40%, mesmo quando o processo se dá pela desapropriação, sugerindo que, depois de um recuo nos anos 90, esse ativo retomou a trajetória altista - que uma estratégia ampliada de aquisições de imóveis rurais só faria agravar.

Outra informação importante do Inca é que na região Nordeste o peso do terra mantém-se muito abaixo da média nacional, com um custo de R\$ 25 mil por família na desapropriação e R\$ 40 mil no caso da aquisição.

Abre-se aqui uma oportunidade para o país repensar a filosofia e a geografia da reforma agrária nos próximos anos. Uma estratégia de concentração regional da reforma agrária - a exemplo do que se fez na Itália no pós-guerra - teria no Nordeste sua fronteira privilegiada, ademais se favorecida pelas oportunidades criadas pelo biodiesel e pelas obras do rio São Francisco.

O Nordeste concentra 50% da população rural brasileira. Abriga 50% da pobreza do país. Um plano bem-sucedido de adensamento da reforma agrária nessa região contribuiria favoravelmente para modificar os indicadores sociais de todo o país, além de regenerar a pertinência dessa agenda no desenvolvimento brasileiro. Retomar os perímetros irrigados, combinados com a idéia de Rangel de uma reforma agrária não essencialmente agrícola, contribuiria muito para reagrupar famílias de bóias-frias que estão perdendo seus miseráveis empregos sazonais.

José Graziano Da Silva é professor titular de Economia da Unicamp e atualmente Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe. Foi ministro especial de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Encapuzados agredem acampados em Minas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

A Polícia Militar investiga ataque de um grupo de homens encapuzados a um acampamento do Movimento Popular pela Reforma Agrária, na Fazenda de São Vicente, em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. Dois acampados ficaram feridos na ação, ocorrida na manhã de terça-feira.

Segundo a PM, um caminhão sem placas chegou ao acampamento por volta das 10 horas, com cerca de 20 homens, armados e vestindo capuzes. O grupo desceu do veículo e passou a agredir os sem-terra a socos e pontapés.

Os agressores também atearam fogo em cinco barracas. O acampado Vanildo Amaral, de 51 anos, que estava no interior de uma barraca, sofreu queimaduras de primeiro e segundo grau no braço, tórax e coxas.

O grupo também depredou um automóvel que estava no acampamento. Vanildo e uma sem-terra, identificada apenas como Angelita, foram encaminhados para o hospital da cidade. Os agressores fugiram e até a tarde de ontem a PM não tinha pistas de seu paradeiro.

CHACINA - Em Cumaru do Norte, no sul do Pará, a Polícia Civil investiga denúncia de chacina feita ontem pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Dois homens e uma mulher que viviam num acampamento da Fetraf teriam sido mortos a tiros por pistoleiros na tarde de terça-feira. Outras 18 pessoas, segundo líderes da Fetraf, teriam sido levadas sob a mira de armas para dentro da mata e até ontem ainda não haviam sido localizadas.

A Fazenda Estrela de Maceió, onde teria ocorrido a chacina, fica a 70 quilômetros da cidade de Redenção e figura como reincidente na “lista suja” do Ministério do Trabalho. Quatro anos atrás ela foi condenada a pagar R\$ 5 milhões por danos morais coletivos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador por manter trabalhadores em regime análogo ao de escravidão.

A assessoria da Polícia Civil informou que uma equipe seguiu de Belém para apurar o caso e fazer o resgate dos corpos, que estariam numa região de mata de difícil acesso. Peritos do Instituto Médico Legal também seguiram para o local. A polícia não confirmou as mortes e alegou que tudo o que sabe foi informado pela Fetraf. “Os pistoleiros chegaram atirando, o pessoal começou a correr e a se jogar no chão para escapar das balas”, contou Chico da Cibe, diretor da Fetraf em Cumaru. O ouvidor agrário nacional, Gersino Filho, foi informado do caso e seguiu para a região.

Cumaru do Norte é um dos municípios mais violentos da região. Com 15 mil habitantes conta com apenas 4 policiais e não possui sequer uma delegacia.

EDUARDO KATTAH e CARLOS MENDES, ESPECIAL PARA O ESTADO

Após reintegração de posse no Pará, MST critica petista – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 28/06/2007

A Polícia Militar do Pará iniciou ontem operação para cumprir 12 mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) criticou a governadora Ana Júlia Carepa (PT), apoiada pelo o movimento na campanha eleitoral do ano passado, e ameaçou resistir às reintegrações. A Operação Tocantins, como foi batizada, mobilizou 115 policiais militares e dez policiais civis e terá duração de 30 dias. Os policiais darão suporte aos oficiais de Justiça. Alguns dos mandados aguardavam cumprimento há mais de um ano. Três outras operações policiais já estão programadas na seqüência para cumprir reintegração de posse em outras regiões do Pará.

Um grupo de sem-terra ligado à Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) ameaçou durante todo o dia bloquear a BR-275, entre Eldorado do Carajás e Parauapebas, no sudeste do Estado. Ayala Ferreira, da coordenação estadual do MST, disse que a governadora Ana Júlia Carepa cedeu às pressões dos fazendeiros.

O governo do Pará disse que dialogou com todos os setores, o que reduziu o número de reintegrações no Estado. A coordenação de comunicação disse que famílias de sem-terra desalojadas são ajudadas e que não será tolerada nenhuma atitude violenta nas desocupações.

O primeiro dos 12 mandados judiciais foi cumprido ontem, na fazenda Landi, em São João do Araguaia. Segundo o coronel Walcyr Travassos de Queiroz, comandante da operação, cerca de 200 pessoas saíram sem que houvesse resistência.

O diretor de Política Agrária da Fetagri, Manuel Indiritiba, disse ontem que a governadora recebe pressões de "todos os lados" e que as decisões judiciais precisam ser cumpridas.

CAMPO MINADO: ENCAPUZADOS QUEIMAM ACAMPAMENTO SEM-TERRA
– Folha de São Paulo – Brasil – 28/06/2007

Cerca de 20 homens encapuzados e armados invadiram anteontem o acampamento sem-terra em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, e atearam fogo às barracas. O incêndio, que destruiu totalmente o acampamento, deixou o sem-terra Vanildo Gabriel Amaral, 51, com queimaduras graves. Ele está internado, mas não corre risco de morte. O conflito ocorreu à luz do dia. O palco foi a Fazenda São Vicente, invadida por sem-terra ligados ao MPRA (Movimento Popular pela Reforma Agrária).

Sem-terra invadem mais 3 fazendas em São Paulo – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/06/2007

Número de propriedades invadidas sobe para 67

Com mais três invasões realizadas ontem no Pontal do Paranapanema e noroeste de São Paulo, os sem-terra já totalizam 18 fazendas invadidas em uma semana pelo MST de José Rainha Jr. com apoio de sindicatos da CUT e outros grupos. Com essas ações, já são 67 invasões neste ano no Estado, segundo o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Na madrugada de ontem, 40 pessoas ligadas a sindicatos da CUT invadiram, em parceria com o grupo de Rainha, a fazenda Jangada, em Sud Menucci (SP). O Inbra informou que o acordo para a aquisição da área para fins de reforma agrária foi ajuizado em 19 de novembro de 2004 e que "aguarda apenas a imissão de posse" da fazenda. A propriedade, de 657,04 ha, custaria R\$ 2,2 milhões e tem capacidade para 41 famílias. No final da tarde, o Movimento Terra Brasil, dissidência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) aliada ao grupo de Rainha, invadiu duas fazendas do pecuarista Joaquim Reis Neves em Presidente Epitácio (SP) -a Santo Antônio e a Santa Maria.

Articulador da onda de invasões, José Rainha Jr., 46, foi condenado a dois anos e 20 dias de prisão por apropriação indébita. A sentença, de 19 de junho, é do juiz de Mirante do Paranapanema (SP), Rodrigo Antônio Franzini Tanamatti, que julgou Rainha culpado de ter se apropriado de dinheiro de um assentado do MST.

Compra de terras por empresas transnacionais é ameaça - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 30/06/2007

Reunidos em um seminário promovido pelo Centro Celso Furtado, especialistas, dirigentes do MST e da Contag e presidente do Inbra alertam para o novo ciclo de concentração de terras em curso no Brasil. Debatedores pedem a mudança do modelo agrícola do governo Lula.

RIO DE JANEIRO – A expansão descontrolada do agronegócio e o início de um novo ciclo de concentração de terras, inclusive nas mãos de empresas estrangeiras, são atualmente os maiores inimigos da reforma agrária no Brasil. Mudar essa realidade e transformar o modelo de desenvolvimento agrícola levado a cabo no governo Lula são tarefas urgentes para que o país possa conquistar justiça social no campo e desafogar as grandes cidades que já concentram 84% da população brasileira.

Essas foram as principais conclusões de um instigante seminário que reuniu nesta sexta-feira (29), no Rio de Janeiro, importantes personagens da questão agrária brasileira. Realizado pelo Centro Celso Furtado, o debate teve a participação de Rolf Hackbart

(presidente do Incra), João Pedro Stédile (dirigente do MST), Manoel dos Santos (dirigente da Contag), Leonilde Medeiros (cientista social da Universidade Federal Rural do RJ) e Plínio de Arruda Sampaio (coordenador do último Plano Nacional de Reforma Agrária realizado no Brasil). Também aguardado no evento, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não pôde comparecer.

A mais presente ameaça à reforma agrária, segundo os debatedores, são a cobiça e a especulação sobre as terras no Brasil criadas desde que o país anunciou sua intenção de se tornar um pólo produtivo de matéria-prima para novas fontes de energia: “É grande a pressão dos latifundiários e a gana pela terra nesse momento em que se discute a globalização do processo das energias renováveis, como etanol e biodiesel. O Brasil é um dos países que tem maior possibilidade de avançar nessa área e isso é sem dúvida uma grande fonte de expectativa de investimento para os latifundiários locais e também uma atração para os outros que estão lá fora e querem vir fazer essa exploração aqui”, avaliou Manoel dos Santos.

Para Rolf Hackbart, uma “disputa pelo território brasileiro” está em curso: “O mundo está discutindo a matriz energética e vê no Brasil um dos grandes potenciais em volume de terra, volume de água, fotossíntese, biodiversidade”, diz. O presidente do Incra afirma ter recebido relatos dando conta dessa realidade: “Em algumas regiões, o avanço de certas culturas e certas produções já está tendo um impacto violento. Nesse sentido, já se fala dos escravos da cana modernos, da reconcentração da propriedade e do uso das terras em algumas regiões. Já se fala também da compra de áreas, muita terra no Brasil, por grupos internacionais”, disse.

Plínio de Arruda Sampaio criticou o governo Lula por deixar de mudar o modelo agrícola brasileiro e preferir colocar o país numa posição subalterna aos interesses internacionais: “O mercado internacional e as potências já decretaram que o Brasil vai ser novamente uma economia dinamizada pela produção e exportação de matéria-prima. O Brasil, com o apoio do atual governo, está se encaixando em seu nicho no mercado globalizado. Nós recuamos para a situação vivida antes da década de 30”, disse.

“Todos os dados empíricos que os pesquisadores têm mostram que aumentou a concentração da propriedade da terra no governo Lula. Portanto, houve uma contra-reforma agrária, até no sentido clássico”, afirmou João Pedro Stédile que, provocado pela platéia por ter, segundo a grande imprensa, “desistido da reforma agrária”, retrucou afirmando que foi o tipo de reforma que mudou: “Agora, a reforma agrária que defendemos não pode ser mais uma reforma distributivista. Na reforma agrária clássica, era possível sair da pobreza apenas distribuindo terra. Agora nós temos que distribuir terra, mas também reorganizar a produção agrícola para o mercado interno e para a produção de alimentos”, disse.

Opção pelo agronegócio

A opção do atual governo por um modelo que privilegia o agronegócio foi ilustrada no seminário por uma comparação contundente: foram destinados este ano R\$ 12 bilhões à agricultura familiar e R\$ 58 bilhões ao agronegócio: “No modelo atual, o agronegócio cresce, e as conseqüências disso são as que já sabemos: aumento do desmatamento, do

envenenamento do solo, do desemprego no campo. Não podemos resolver o problema social dos excluídos desse modelo de crescimento apenas com medidas compensatórias como o bolsa-família”, afirmou Leonilde Medeiros.

Mesmo reconhecendo que os recursos para a agricultura familiar tiveram aumento considerável no governo Lula, Manoel dos Santos enxerga a situação longe do ideal: “Nesse modelo de desenvolvimento do campo, o agronegócio continua ganhando. Queremos a reforma das políticas públicas para fortalecer um modelo de desenvolvimento focado na agricultura familiar. Portanto, tem que ser uma política que envolva os assentados e os pequenos agricultores que têm terras por outros meios e que faça um planejamento que leve a essas famílias a condição de viver com dignidade”.

Hackbart recorreu a números para mostrar que o agronegócio também drena recursos que poderiam ser destinados à reforma agrária: “O orçamento do Incra no ano passado, arredondando, foi de R\$ 3 bilhões. O ministro da Agricultura divulgou recentemente que o estoque da dívida do setor patronal é de R\$ 131 bilhões e o Tesouro paga anualmente em torno de R\$ 4 bilhões para a rolagem dessa dívida”.

"Nova aliança do capital"

A retomada da concentração de terras no Brasil em nome de grandes empresas transnacionais também preocupa os debatedores. Stédile afirmou que “o capital construiu uma nova aliança” para controlar a agricultura em todo o mundo: “No antigo modelo de industrialização dependente, quem dominava era a burguesia industrial. Agora não. Agora está em curso um processo que é fruto de uma nova aliança entre o capital financeiro internacional e os fazendeiros capitalistas”.

O dirigente do MST lembrou que o capital financeiro está por trás das grandes empresas transnacionais: “O capital financeiro injetou dinheiro de fora da agricultura, concentrou e centralizou. Nos últimos dez anos nos tivemos um movimento violentíssimo de concentração das empresas que atuam na agricultura”, disse. As pesquisas de Leonilde Medeiros confirmam as palavras de Stédile: “O fazendeiro tradicional é um personagem residual. Hoje, há o quase completo controle dos grandes conglomerados financeiros sobre as terras e a produção agrícola”, disse a especialista.

“Há dez anos, ninguém sabia o que era a Monsanto. Hoje ela controla o mercado do milho, do algodão, da soja, do óleo. Por quê isso? Porque a Monsanto é o fruto da concentração de 56 empresas que atuavam no comércio agrícola, na fabricação de venenos, na agroindústria, nas farmácias, nas pesquisas com sementes transgênicas”, disse Stédile, acrescentando que “essas empresas hoje estão controlando o comércio agrícola internacional, o preço e até mesmo a matriz tecnológica, pois determinam o tipo de adubo, o tipo de veneno e o tipo de máquina que devem ser utilizados na agricultura”.

Rainha sofre terceira condenação judicial - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo
– Nacional – 30/06/2007

Desta vez, líder do MST é acusado de tomar R\$ 1,4 mil de um assentado

O líder dos sem-terra, José Rainha Júnior, foi condenado a dois anos e 20 dias de reclusão, mais 20 dias de multa, sob acusação de ter se apropriado indevidamente de R\$ 1,4 mil de um assentado. A sentença, datada do último dia 19, só foi divulgada ontem. Rainha liderou a mais recente onda de invasões em São Paulo, com a ocupação de 16 fazendas no Pontal do Paranapanema e no oeste do Estado.

O juiz Rodrigo Antonio Franzini Tanamati concedeu ao réu o direito de continuar em liberdade enquanto aguarda o julgamento do recurso.

É a terceira condenação penal do líder em São Paulo, mas nenhuma de caráter definitivo, pois há recursos à espera de julgamento. Em 2003, Rainha foi condenado a 2 anos e 8 meses de prisão pela Justiça de Teodoro Sampaio por porte ilegal de arma. Dois anos depois, no mesmo fórum, recebeu pena de 10 anos de prisão por incêndio e furto qualificado. Nos dois casos ele chegou a ser preso, mas conseguiu o benefício de ser libertado para esperar o julgamento dos recursos. Há dez anos, foi levado a júri sob acusação de ter participado da morte de um fazendeiro em Pedro Canário (ES). Condenado no primeiro julgamento, foi absolvido no segundo.

EXPULSÃO

Desta vez, ele é suspeito de reter o dinheiro do assentado Aparecido Guimarães, em 1999, durante distribuição de recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para assentados da Fazenda Santa Clara. Rainha integrava a comissão do Movimento dos Sem-Terra (MST) encarregada de distribuir as verbas e alegou que o assentado tinha abandonado seu lote.

O recurso foi transferido para Bertoldo Rainha, irmão do líder. Segundo o juiz, à época Bertoldo não figurava como beneficiário da reforma agrária. Ele disse, na sentença, que a coordenação do MST não tinha autonomia para expulsar o assentado. “O Incra, único com autorização legal, não havia definido a exclusão da vítima do lote.” Na fixação da pena, Tanamati levou em conta os “maus antecedentes” do réu e “sua personalidade, reveladora de uma propensão inata para a prática de delitos penais”.

O advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Roberto Rainha, outro irmão do líder, protocolou recurso de apelação no Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo ele, Rainha não reteve o dinheiro nem o usou em benefício próprio. Ele entende que, por se tratar de verba federal, a ação não deveria ser julgada pela Justiça estadual. Segundo o advogado, juízes de primeira instância analisam “de forma parcial” processos contra integrantes do MST.

Rainha disse ontem que sua condenação em primeira instância não é surpresa. “Seria surpresa se tivessem absolvido e garanto que, se tivesse pena de morte no Pontal, eu já não estava mais aqui.”

Ele disse desconhecer a quantidade de processos que está respondendo - só a inquéritos, no Pontal, ele respondeu a mais de 60 -, mas alega que é réu primário. “Nenhuma condenação foi até o final.” Rainha alegou que sofre perseguição política e estranhou que a ação tenha sido julgada na mesma época em que seus seguidores se mobilizam contra o projeto do governador José Serra que propõe a regularização fundiária da região.

A direção nacional do MST voltou a dizer que Rainha não faz parte de nenhuma instância do movimento e age por conta própria. Também descredenciou seus seguidores, que usam bandeiras e bonés do MST, de agir em nome do movimento.

Rainha reafirmou que continua no MST, embora não tenha função de direção. “É uma questão interna e o que eles (o movimento) estão fazendo, de trazer isso para fora, é falta de ética e de respeito.”

FRASE - José Rainha Júnior - Líder do MST - “Seria surpresa se tivessem absolvido e garanto que, se tivesse pena de morte no Pontal, eu já não estava mais aqui”

Desabrigados invadem selva e desmatam em Manaus - Liege Albuquerque – Estado de São Paulo – Nacional – 30/06/2007

Cerca de 4 mil famílias ocupam desde quinta-feira uma área federal na zona norte de Manaus, na rodovia AM-010. A área, já batizada pelos invasores de Comunidade Novo Millenium, tem quase 295 hectares, segundo a Secretaria de Política Fundiária do Amazonas, o equivalente a 40 campos de futebol.

O acesso ao local foi interditado pelos invasores com toras. Centenas de árvores foram derrubadas e queimadas. Ontem havia muita fumaça. Dois homens com uniforme da Secretaria Municipal do Meio Ambiente saíram de lá com um bicho-preguiça e uma arara - os próprios invasores chamaram a secretaria para resgatá-los.

“Aqui não tem nenhum latifundiário, só famílias que perderam suas casas nas enchentes de Manaus. Só gente que nem o governo nem a prefeitura se importam”, destacou Sidney Souza, um dos líderes da ocupação. Ele disse que há pelo menos 4 mil famílias na Novo Millenium e cada uma ocupará uma área de até 160 metros quadrados.

“Estamos aqui porque não temos para onde ir e sabemos que o presidente Lula vem aqui no fim de julho. Vamos pedir o apoio dele”, afirmou Souza. Há dois meses, o presidente determinou que uma área da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a invasão Nova Vitória, que existe há três anos, fosse doada aos posseiros.

A Secretaria de Política Fundiária estima que cerca de 300 mil moram em áreas invadidas e desmatadas nos arredores da cidade. “Mais de 90% da capital nasceu de invasões. Com os desmatamentos constantes, elas precisam ser contidas”, afirmou o secretário George Tasso.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Manaus tem 57 bairros. A Secretaria de Meio Ambiente garante que há pelo menos 30 a mais, todos nascidos de invasões. A secretária Luciana Valente disse que só no ano passado foram impedidas 38 invasões. “Foi um ano eleitoral, como é o próximo. Então vamos esperar ainda mais invasões, com proteção de alguns políticos.”

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

